

# RELATÓRIO & CONTAS APIRAC

Museu do Oriente - Assembleia-Geral de 27 de março de 2018



# RELATÓRIO | CONTAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO\_2017



Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores  
Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente

**Assembleia-Geral**

**27 de março de 2018**

Fundação Museu do Oriente | Sala Beijing



## ÍNDICE


### 1. RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Nota Introdutória .....	7
A APIRAC .....	7
Situação macroeconómica envolvente .....	14
Envolvente jurídico-legal setorial .....	17
Performance de 2017 .....	33
Relatório Departamento Técnico e de Apoio à Certificação .....	52
Relatório Departamento Jurídico .....	63
Relatório Departamento de Apoio à Formação .....	65
Relatório Departamento de Comunicação e Imagem .....	75
Relatório Departamento Administrativo e Financeiro .....	79
Nota Final e Agradecimentos .....	91

### 2. CONTAS DO EXERCÍCIO

Balanço .....	97
Demonstração de Resultados .....	98
Fluxos de Caixa .....	99
Anexo às Demonstrações Financeiras .....	100





# Relatório da Direção

Relatório & Contas APIRAC 2017

Museu do Oriente - Assembleia-Geral de 27 de março de 2018







### NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, a Direção da Associação Portuguesa das Empresas dos Sectores Térmico, Energético, Electrónico e do Ambiente (APIRAC) vem submeter à apreciação dos Associados o Relatório de Gestão e Contas respeitante ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



## A APIRAC

A APIRAC é uma Associação Patronal, sem fins lucrativos, constituída 1975, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215-C/75 de 30 de abril, e hoje enquadrada nos artigos 506.º e seguintes do Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto. Os seus estatutos foram publicados no Diário do Governo, III Série, de 14 de agosto de 1975. Em 1991, foram objeto de uma inteira remodelação, cujo novo teor se encontra publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 3.ª Série, n.º 16, de 30 de agosto desse ano. Posteriormente, outras atualizações se verificaram: BTE, 3.ª Série, n.º 5, de 15 de março de 1992; BTE, 3ª Série n.º 3, de 15 de fevereiro de 1997; BTE, 1ª série n.º 29, de 08 de agosto de 2004; BTE, 1ª série n.º 30, de 15 de agosto de 2005; e BTE, n.º 32, de 29 de agosto de 2014.

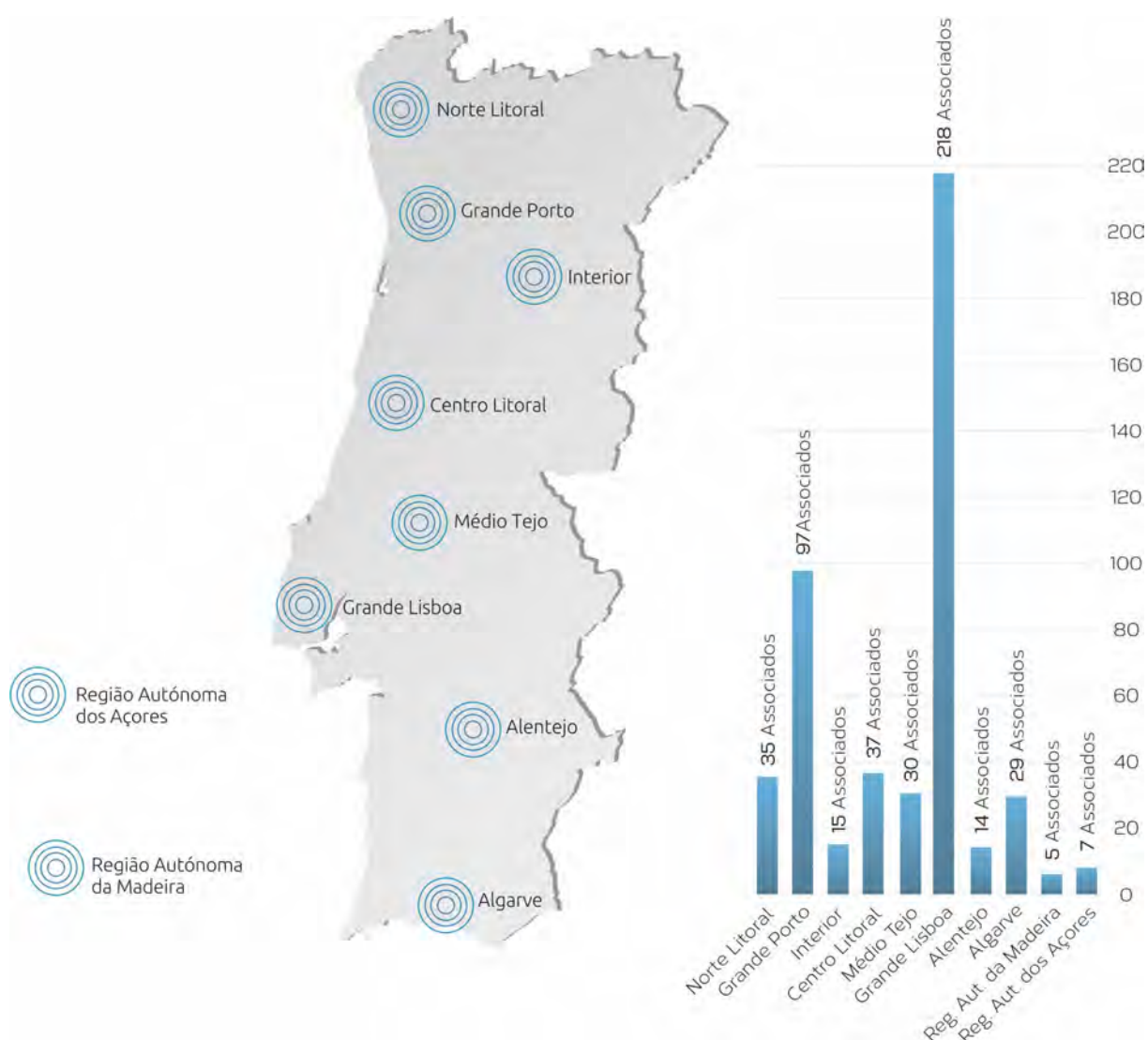
A APIRAC desde sempre tem pautado a sua atividade pela defesa e proteção dos interesses dos seus Associados, contribuindo para a adequada estruturação e desenvolvimento do Setor da Refrigeração e da Climatização em Portugal. Usufruindo de uma base de representação extremamente interessante, congrega verticalmente a nível nacional numa única associação, simultaneamente, as empresas de todos os segmentos de mercado que integram a cadeia de negócios: projeto, consultoria e certificação energética; fabrico, importação, representação e distribuição de equipamentos e componentes; instalação, manutenção, assistência técnica; sistemas de gestão técnica de edifícios; higiene ambiental e qualidade do ar interior.

Gráfico 1 | Associados por segmento de atividade



A APIRAC detém assim uma representatividade ímpar, facto que aliado a uma estrutura coesa e dinâmica lhe tem proporcionado uma boa capacidade de intervenção junto do tecido empresarial e social.

Gráfico 2 | Distribuição geográfica de Associados



## ESTRUTURA ORGÂNICA DA APIRAC

Da estrutura orgânica da APIRAC fazem parte a Assembleia-Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, eleitos por períodos de três anos. Os órgãos sociais em exercício foram eleitos na presente Assembleia e mandatados para o período de 2017 a 2019, mandato esse que agora se inicia.

A **Assembleia Geral** é constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e compete-lhe, entre outras atribuições, eleger a respetiva Mesa, a Direção e o Conselho Fiscal, bem como, enquanto órgão máximo, definir as grandes linhas de atuação da APIRAC. Composição:

Membros	Representantes	Cargos
INTEC – ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALAÇÕES TÉCNICAS, LDA.	Celestino Augusto Viegas Rodrigues	Presidente
ENGIE, S.A.	Pedro Manuel Antão Alves	Vice-presidente
CLIMACOM - ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE CLIMATIZAÇÃO, LDA.	Manuel Norberto dos Santos Presa	Primeiro Secretário

À **Direção** compete assegurar a gestão das atividades sociais, representar a Associação perante o Estado, os seus serviços ou quaisquer pessoas ou entidades e, de um modo geral, praticar todos os atos julgados necessários à realização dos fins da Associação. Composição:

Membros	Representantes	Cargos
FBCE - CONSULTORES DE ENGENHARIA, LDA.	Fernando Quirino Calado de Brito	Presidente
GEOTERME AUTOMAÇÃO, LDA.	António José dos Santos Vieira	Vice-presidente
BOSCH TERMOTECNOLOGIA, S.A.	João António Louro Fernandes	Vogal
DAIKIN AIR CONDITIONING PORTUGAL, S.A.	Jorge Manuel Mestre de Carvalho	Vogal
LG ELECTRONICS PORTUGAL, S.A.	Hugo Miguel Costa Delgado	Vogal
NUNO STROTHMANN & RIBEIRO, LDA.	José Manuel Magalhães Ribeiro	Vogal
OLITREM - INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO, S.A.	Armando José Vieira Tomás Ferreira	Vogal

O **Conselho Fiscal** é constituído por três membros, competindo-lhe a regular fiscalização dos serviços de gestão e dar parecer sobre o relatório e contas da Direção. Composição:

Membros	Representantes
SODECA PORTUGAL, LDA.	António Luiz Ribeiro da Silva Araújo
ISOLMOBEL – PROJETOS DE CLIMATIZAÇÃO E TECNOLOGIA DE INTERIORES, LDA.	Jorge Alexandre Ferreira Marques da Silva
CIMAGOM - AVAC E EQUIPAMENTO HOTELEIRO, LDA	Tito Miguel Gomes

Esta Associação organiza a sua atividade em vários departamentos:

- » **Departamento Técnico e de Apoio à Certificação**
- » **Departamento Jurídico**
- » **Departamento de Apoio à Formação**
- » **Departamento de Comunicação e Imagem**
- » **Departamento Administrativo e Financeiro**

A APIRAC tem ainda quatro comissões de trabalho em atividade, relativas a segmentos de mercado representados, que têm como objetivo a análise de problemas, promovendo as ações adequadas para a prossecução dos seus fins específicos e apresentação de propostas de atuação à Direção:

- » **Fabrico de Frio Comercial e Profissional**
- » **Importação, Representação e Distribuição**
- » **Instalação, Manutenção e Assistência Técnica**
- » **Sistemas de Gestão Técnica de Edifícios**

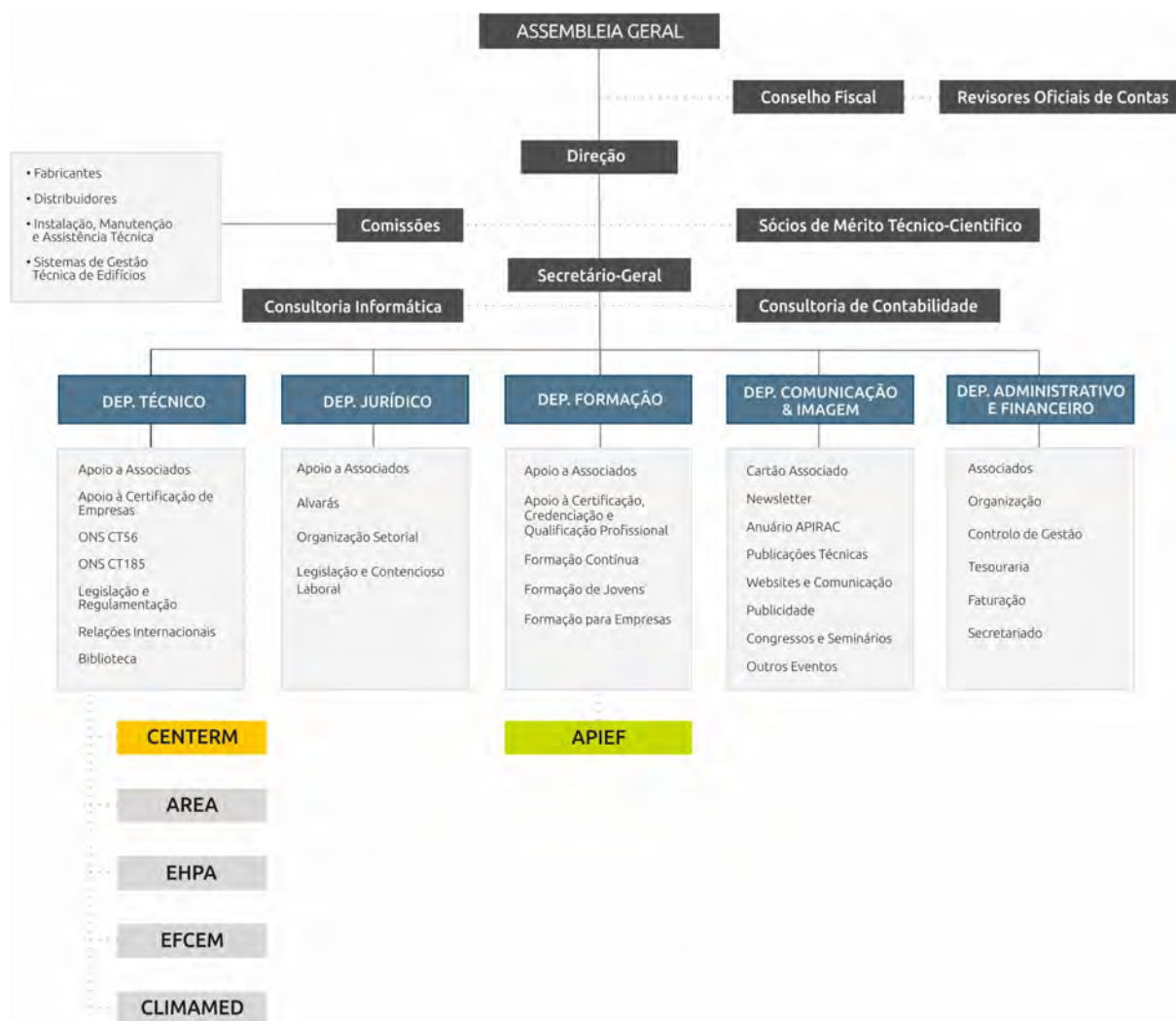
A APIRAC é Organismo de Normalização Setorial (ONS) para os campos do AVAC&R, com duas Comissões Técnicas (CT):

- » **Comissão Técnica CT-56 Frio - Instalações e Aplicações Frigoríficas;**
- » **Comissão Técnica CT-185 – AVAC - Aplicações, Sistemas e Gestão de Instalações em Edifícios.**

A APIRAC tem a sua sede social situada em Lisboa, na Rua do Alecrim, n.º 53, 2º, duas Delegações Norte, na Rua Brito Capelo, 1414, em Matosinhos, e na Rua Alfageme de Santarém, 126 - R/C, na cidade de Guimarães.

Apresenta-se de seguida, o organograma da APIRAC.

Figura 1 | Organograma



#### SERVIÇOS AO ASSOCIADO

A adesão ao nosso movimento associativo permite beneficiar de todo o trabalho desenvolvido em prol do Setor. Dos serviços prestados permitimo-nos destacar:

- negociação e intermediação junto da tutela para a defesa da atividade dos Associados (Secretaria de Estado do Ambiente, APA, ADENE, DGEG, ASAE, IGAMAOT, IMPIC);
- apoio técnico, regulamentar e legislativo, nomeadamente:
  - » habilitação e certificação das empresas em F-Gases,
  - » qualificação e certificação de técnicos,
  - » planos de manutenção,
  - » encaminhamento de resíduos da atividade (procedimentos, GAR, MIRR),
  - » regulamentação de bens em circulação (DT, Folha de Obra, Imobilizado);
- relacionamento institucional com entidades certificadoras;
- organismo de normalização setorial, com a produção de normas e guias técnicos nacionais e a transposição de normas internacionais (Ar Condicionado, Refrigeração e Bombas de Calor);
- promoção e difusão de literatura técnica de apoio às Comissões (Guia Técnico de GTC);
- apoio jurídico na área do direito laboral;
- instrução gratuita de alvarás;
- possibilidade de integrar a comissão de trabalho da especialidade do segmento de intervenção, ou beneficiar do trabalho aí desenvolvido;
- organização de congressos, seminários, colóquios e sessões de esclarecimento;
- produção e disseminação de informação relevante através de circulares, newsletters e área restrita do associado em [www.apirac.pt](http://www.apirac.pt), com acesso a legislação e regulamentação em vigor e ainda minutas de contratos;
- inserção gratuita no Anuário APIRAC e no diretório do website em [www.apirac.pt](http://www.apirac.pt);
- inserção de logos e banners com links à página da empresa nas plataformas de comunicação da APIRAC com desconto de 25% sobre preços de tabela;
- desconto de 20% sobre toda e qualquer ação de formação profissional ministrada pela APIEF;
- reembolso de 20% sobre despesas de examinação em processos de certificação no CENTERM;
- descontos e vantagens múltiplas decorrentes de Protocolos em curso.



## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Considerando o envolvimento nacional no espaço europeu e a dinâmica de produção regulamentar e normativa daí emanada, tendo em vista a ordenação do mercado, a participação em fóruns e grupos de trabalho transnacionais, a APIRAC tem promovido a integração europeia, usufruindo atualmente de relações institucionais privilegiadas com entidades internacionais que desenvolvem atividades nos mesmos campos.

Estrategicamente, este relacionamento tem demonstrado ser absolutamente fundamental para planear e estruturar a intervenção associativa no plano nacional, quer junto da tutela quer no envolvimento das empresas nas linhas que se abrem na evolução do mercado.

Assim, a APIRAC integra as seguintes Associações Europeias:

- AREA (*Air Conditioning Refrigeration European Association*);
- EHPA (*European Heat Pump Association*);
- EFCEM (*European Federation of Catering Equipment Manufacturers*).

A participação nestas organizações tem como objectivo permitir o acesso a fóruns de discussão das questões que marcam a agenda europeia, transmitindo por um lado a sensibilidade nacional e auscultando por outro a corrente comunitária nos diversos domínios da intervenção, legislação e regulamentação.

Relevância ainda para o relacionamento com instituições cujos objetivos vão desde a promoção da atividade, passando pela disseminação de informação técnica, à Normalização e regulamentação até à formação, com troca de literatura e de técnicos em formação nos campos da Refrigeração, Ar Condicionado, Qualidade do Ar Interior e Eficiência Energética, entre outros. Destaque a:

- ASHRAE (*American Society of Heating, Refrigeration, and Air Conditioning Engineers*);
- REHVA (*Federation of European Heating and Air-Conditioning Associations*);

## SITUAÇÃO MACRO-ECONÓMICA ENVOLVENTE

### Antecedentes

Desde 2012, o rácio de endividamento das sociedades não financeiras (SNF) portuguesas tem apresentado uma trajetória descendente.

Refletindo a redução dos empréstimos contraídos e o nível historicamente reduzido das taxas de juro, o custo de financiamento por dívida das SNF tem vindo a diminuir de forma continuada desde 2012, atingindo um valor mínimo em 2016. Não obstante, os níveis de alavancagem financeira das empresas portuguesas continuam a revelar-se mais elevados do que os das suas congéneres europeias, permanecendo vulnerável a uma eventual subida das taxas de juro de curto prazo. Apesar do peso reduzido que, em média, os encargos com juros têm na estrutura de custos das empresas portuguesas, um agravamento do custo de financiamento poderá ter efeitos não negligenciáveis na capacidade de servir a dívida por parte de algumas empresas, elevando os rácios de incumprimento e implicando um acréscimo das imparidades registadas pelas instituições financeiras credoras.

Em termos agregados, a estrutura de financiamento alheio das empresas portuguesas caracteriza-se por um peso relativamente elevado dos empréstimos bancários e por um número relativamente reduzido de empresas que recorrem aos mercados organizados de dívida. Não obstante, analisando a estrutura de financiamento total das empresas portuguesas, é possível verificar que, em 2016, 41% das empresas portuguesas não recorriam a instrumentos de financiamento com juro associado (valor similar ao obtido para 2010, 40%), não sendo, por isso, diretamente afetadas por um eventual aumento da taxa de juro de curto prazo.

### 2017

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2017 a economia portuguesa cresceu 2,7%, mais 1,1% que o verificado no ano anterior, tendo atingido, em termos nominais, 193 mil milhões de euros. O crescimento do PIB fica ligeiramente acima da última previsão do Governo para 2017, que era de 2,6%, mas acabou por ser mais favorável do que o crescimento de 1,5% previsto inicialmente pelo Ministério das Finanças no Orçamento do Estado para 2017.

Este é o ritmo de crescimento mais elevado desde 2000, sendo que esse ano a economia subiu 3,8% e desde então, quando cresceu, foi sempre a ritmos inferiores a 2,7%.

Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. O contributo da procura interna para o PIB aumentou 2,9 pontos percentuais. Tal como se esperava, a subida deveu-se à aceleração do investimento, que registou uma taxa de variação de 8,4%, consideravelmente acima dos 0,8% registados em 2016.

Quanto às restantes componentes da procura interna – o consumo privado e o consumo público – o contributo não foi tão expressivo. Por um lado, o consumo privado (despesas de consumo final das famílias residentes e das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias) acelerou ligeiramente de 2,1% para 2,2%. O consumo público (despesas de consumo final das Administrações Públicas) registou uma taxa de variação de 0,1%, abaixo dos 0,6% de 2016. Em sentido contrário, a procura externa líquida registou um contributo negativo de 0,2%, “observando-se uma aceleração das exportações ligeiramente menos intensa que a das importações de bens e serviços”, refere relatório do INE.

Em termos nominais, o saldo externo de bens e serviços representou 1% do PIB em 2017, menos 0,1% que em 2016. “As exportações de bens e serviços em volume registaram, em 2017, uma taxa de crescimento de 7,9% (4,4% em 2016), refletindo a aceleração de ambas as componentes”, explicou o INE. “De igual forma, observou-se em 2017 um crescimento das Importações de Bens e Serviços de 7,9% (4,2% em 2016), com uma aceleração de ambas as componentes”.

O défice orçamental cumpriu “com alguma margem” o objetivo de descer para 1,4% do PIB, situando-se em 1,2%, ainda que esteja pendente a questão da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

A economia portuguesa fortaleceu-se e o país melhorou o seu acesso aos mercados financeiros a ponto de depender menos em 2017 das compras de dívida pública por parte do Banco Central Europeu (BCE), refere relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI). O crescimento económico permitiu manter “almofadas de liquidez prudentes”, inverter a trajetória de subida do peso da dívida pública no Produto Interno Bruto (fechando em 126,2% do PIB), e tornar nomeadamente as emissões

obrigacionistas de médio e longo prazo “elegíveis para inclusão em vários índices internacionais”. Sobretudo depois de ter saído do Procedimento por Défice Excessivo e conseguido retirar a classificação de “lixo financeiro” em termos de rating da dívida. Uma sequência que “contribuiu para resultados em 2017 melhores do que os antecipados”.

No mesmo período, a economia europeia cresceu 2,5%, com o crescimento em 2017 a ser o mais elevado desde 2007, quando o PIB cresceu 3%. A taxa de crescimento avançada pelo Eurostat para a zona euro é superior à estimativa de 2,3% para os Estados Unidos, e claramente acima da taxa de 1,8% prevista para o Japão.

As boas notícias do crescimento na zona euro alimentam o otimismo global, mas continua o problema da inflação que não descola para um ritmo próximo de 2%, já que média da inflação na UE posicionou-se nem 1,3% no fecho do ano.

### **Perspetivas**

Entre os objetivos do investimento, perspectiva-se, entre 2017 e 2018, um aumento da importância relativa do investimento associado à extensão da capacidade de produção, enquanto o peso relativo dos investimentos orientados para a substituição e para outras finalidades deverá diminuir.

Há riscos externos com probabilidade elevada que podem gerar incerteza nos mercados financeiros internacionais, abalar a confiança e provocar a subida do prémio de risco da dívida portuguesa.

De acordo com as intenções manifestadas pelas empresas no Inquérito de Conjuntura ao Investimento de outubro de 2017 (com período de inquirição entre 1 de outubro de 2017 e 17 de janeiro de 2018), o investimento empresarial em termos nominais deverá apresentar uma taxa de variação de 3,7% em 2018.

O principal fator limitativo do investimento empresarial identificado pelas empresas nos dois anos analisados foi a deterioração das perspetivas de venda, seguindo-se, em 2017, a incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos e, em 2018, a insuficiência da capacidade de autofinanciamento. Entre 2017 e 2018 prevê-se um aumento do peso relativo da insuficiência da capacidade de autofinanciamento e uma redução do peso relativo da dificuldade em obter crédito bancário.

## **ENVOLVENTE JURÍDICO-LEGAL SETORIAL**

### **ENVOLVENTE JURÍDICO-LEGAL**

O enquadramento jurídico-legal reveste-se de diversas dimensões quando nos confrontamos com a atividade da Refrigeração & AVAC, e agora também denominada por RACHP (Refrigeração, Ar Condicionado e Bombas de Calor). Poucas atividades existirão com uma influência tão transversal em aspetos básicos da vida, senão vejamos as implicações no âmbito do acondicionamento alimentar, na qualidade do ar em que habitamos, trabalhamos e convivemos em cerca de 80% do nosso tempo, e no conforto dos mesmos espaços. Na verdade, a qualidade de vida é extramente condicionada pelo bom desempenho das empresas e profissionais do nosso Setor.

Muito provavelmente por essa razão, a atividade está hoje parametrizada por um conjunto de instrumentos regulamentares e legislativos de ordem ambiental, energética e das especialidades técnicas envolvidas. Seguidamente, apresenta-se um levantamento por áreas temáticas.

### **Ambiente | Fluidos**

#### **Gases Fluorados com efeito de estufa**

A política do ambiente constitui um elemento estruturante da estratégia de desenvolvimento sustentável do País e da qualidade de vida dos cidadãos. As alterações climáticas são reconhecidas como uma das mais relevantes ameaças ambientais, sociais e económicas da atualidade. A resposta a este problema tem-se traduzido na aplicação de um conjunto de instrumentos e de medidas com o objetivo, entre outros, de promover uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa.

As emissões de gases com efeito de estufa diminuíram 19% desde 1990, mesmo com a produção económica a aumentar 45%. A diminuição da utilização de combustíveis fósseis e de alguns poluentes provenientes dos transportes e da indústria contribuíram para isso. Porém, as políticas em campo não permitirão à União Europeia cumprir as metas de redução das emissões em 80-95% até 2050.

Embora o gás com efeito de estufa responsável pela maior parte das emissões seja o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), existem outros também relevantes, destacando-se os gases fluorados, em particular os regulamentados pelo Protocolo de Quioto, pelo seu elevado potencial de aquecimento global.

De acordo com o Regulamento Europeu CE n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, atualizado pelo Regulamento (CE) n.º 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril, os Estados Membros devem assegurar que unicamente as empresas que comprovem dispor no seu quadro de pessoal titular de certificação possam assegurar a realização das atividades envolvidas no manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa. A esse respeito, as atividades deteção de fugas, recuperação e instalação, bem como manutenção ou assistência, só podem ser executadas por técnicos certificados.

Esta determinação é igualmente aplicável às empresas que executam as atividades de instalação e manutenção ou assistência técnica.

Com estes Regulamentos são tomadas medidas com o objetivo de harmonizar os requisitos relativos à utilização e à comercialização e rotulagem de produtos e equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa. Nesse quadro, o Governo Português publicou o Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de abril, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro. O referido diploma regula ainda a recuperação de gases fluorados com efeito de estufa em recipientes, equipamentos e sistemas em fim de vida. Por fim, é ainda estabelecido o regime de fiscalização da aplicação dos regulamentos, bem como as respetivas contraordenações.

Devido à publicação do Regulamento (UE) n.º 517/2014, a partir de 1 de janeiro de 2015, apenas empresas certificadas poderão adquirir fluido para a sua utilização nas tarefas específicas à atividade. A certificação aqui prevista, sendo obrigatória para o manuseamento e intervenções em equipamentos que contenham os denominados gases fluorados, é de âmbito europeu, o que equivale a dizer que uma certificação neste âmbito em Portugal será reconhecida em qualquer país da União Europeia.

O Regulamento (UE) n.º 517/2014 passou a incluir também, no respeitante à certificação de pessoas singulares, as unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados. O Regulamento (UE) n.º 517/2014 contém igualmente disposições relativas ao teor dos programas de certificação,

incluindo informações sobre tecnologias importantes para substituir ou reduzir a utilização de gases fluorados com efeito de estufa e sobre a segurança da manipulação dessas tecnologias.

Em sequência, o Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2067 da Comissão de 17 de novembro de 2015, veio, para efeitos de aplicação do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, atualizar os requisitos mínimos no respeitante ao âmbito das atividades, bem como às qualificações e aos conhecimentos que devem ser abrangidos, especificando as modalidades da certificação e as condições para o reconhecimento mútuo.

Com os Regulamentos (UE) n.º 517/2014 e (UE) n.º 2015/2067 introduziram-se, então, um conjunto de alterações ao regime jurídico relativo aos gases fluorados com efeito de estufa que justificaram conformação na legislação nacional. Assim, o Decreto-Lei n.º 145/2017 assegura a execução destes regulamentos na ordem jurídica interna. Tendo como pressuposto que a monitorização eficaz das emissões de gases fluorados com efeito de estufa é fundamental para a prossecução de metas de redução de emissões e para a avaliação do impacto das medidas implementadas, o presente diploma vem assegurar o uso de dados fiáveis para efeitos da comunicação de informações sobre as emissões dos referidos gases.

### **Substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS)**

Ainda no âmbito das substâncias nocivas ao ambiente os ODS - substâncias que empobrecem a camada de ozono – estão identificados como fluidos sujeitos a intervenção especializada por parte de profissionais e empresas. A esse respeito, na sequência dos Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de agosto, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio. Este diploma assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, que estabelece regras relativas à produção, importação, exportação, colocação no mercado, utilização, recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono, bem como à comunicação de informações sobre estas substâncias e à importação, exportação, colocação no mercado e utilização de produtos e equipamentos que as contenham ou que delas dependam, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 744/2010, da Comissão, de 18 de agosto, no que respeita às utilizações críticas de *halons*.

O Decreto-Lei n.º 85/2014 aplica-se às substâncias regulamentadas e às novas substâncias enumeradas, respetivamente, nos anexos I e II do Regulamento, incluindo os seus isómeros, isoladas ou em mistura, virgens, recuperadas, recicladas ou valorizadas, bem como aos produtos e equipamentos que as contenham ou que delas dependam.

Recentemente, ao abrigo do 28º artigo, do Decreto-Lei n.º 145/2017, os técnicos certificados em gases fluorados, categoria I, passam a poder fazer as intervenções em equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham ODS.

Deste modo, e semelhante à qualificação dos técnicos de ODS existente, os técnicos de gases fluorados, categoria I, podem requerer uma das seguintes categorias:

- » Grupo F-A (ser titular de certificado categoria I nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e possuir licenciatura em engenharia ou engenharia técnica);
- » Grupo F-B (ser titular de certificado categoria I nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e possuir o 12.º ano de escolaridade);
- » Grupo F-C (ser titular de certificado categoria I nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2067).

As atividades que cada categoria habilita vão ao encontro às existentes para as respetivas categorias A, B e C dos técnicos de ODS.

## **Energia | SCE**

O setor dos edifícios é ainda responsável pelo consumo de aproximadamente 40% da energia final na Europa, mas mais de 50% deste consumo pode ser reduzido através de medidas de eficiência energética, o que pode representar uma redução anual de 400 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> – quase a totalidade do compromisso da UE no âmbito do Protocolo de Quioto.

Para fazer face a esta situação, os Estados-Membros têm vindo a promover um conjunto de medidas com vista a promover a melhoria do desempenho energético e das condições de conforto dos



edifícios. É neste contexto que surgiu a Diretiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

A Diretiva n.º 2002/91/CE foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de abril, que aprovou o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, do Decreto-Lei n.º 79/2006, de 4 de abril, que aprovou o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios. Revista em 2010 como Diretiva n.º 2010/31/CE, esta versão da EPBD trás um conjunto de novos desafios, parte deles alavancados com o Certificado Energético.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio, relativa ao desempenho energético dos edifícios, revogando o pacote legislativo anterior que introduziu em Portugal o Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior em Edifícios. Este diploma aprovou o novo Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, integrando ainda os novos Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços. Este diploma já foi alvo de diversas atualizações.

Com esta transposição para Portugal, será de esperar uma maior visibilidade por parte da certificação energética, quer nos edifícios novos e reabilitados, bem como nos edifícios objeto de transação ou arrendamento, com destaque para os que são publicitados, que devem indicar a classe energética.

Adicionalmente, os grandes edifícios de comércio e serviços bem como os edifícios públicos têm um dever de avaliar periodicamente o seu potencial e assim, constituir-se como exemplo na dinamização da certificação energética.

### **Outros documentos do SCE**

Conforme previsto no articulado do Decreto-Lei n.º 118/2013, diversas matérias careciam de regulamentação específica. Assim, a Portaria n.º 349-A/2013 introduziu um conjunto de parametrizações, utilizando para o efeito cinco anexos que dela fazem parte integrante. O Anexo I regulamenta as competências da entidade gestora do SCE. O Anexo II regulamenta as atividades dos

técnicos do SCE. O Anexo III estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão. O Anexo IV fixa as taxas de registo no SCE. Finalmente, o Anexo V estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado.

A Portaria n.º 349-B/2013 define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.

A Portaria n.º 349-C/2013 estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

A Portaria n.º 349-D/2013 estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

A Portaria 353-A/2013 incide sobre os aspetos da QAI, cuja responsabilidade tutelar é partilhada pela Agência Portuguesa do Ambiente e Direcção-Geral de Saúde.

Por seu turno, a Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto, aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

A Portaria n.º 66/2014, desenvolvendo a Lei n.º 58/2013, vem definir o sistema de avaliação dos técnicos do SCE, perito qualificado para a certificação energética (PQ) e técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas (TIM), nos termos e para os efeitos da subalínea iii) da alínea a) e da subalínea iii) da alínea b) do artigo 2.º, e da subalínea iii) da alínea a) e da subalínea iii) da alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º, ambos da Lei n.º 58/2013. Estabelece ainda os requisitos para a

certificação das entidades formadoras de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas no âmbito do SCE, os quais constituem adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional.

Despacho n.º 15793-L/2013, de 12 de março - Procede à publicação da metodologia de apuramento da viabilidade económica da utilização ou adoção de determinada medida de eficiência energética, prevista no âmbito de um plano de racionalização energética.

Despacho n.º 15793-K/2013, de 12 de março - Publicação dos parâmetros térmicos para o cálculo dos valores que integram o presente despacho.

Despacho n.º 15793-J/2013, de 12 de março - Procede à publicação das regras de determinação da classe energética.

Despacho n.º 15793-I/2013, de 12 de março - Estabelece as metodologias de cálculo para determinar as necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

Despacho n.º 15793-H/2013, de 12 de março - Estabelece as regras de quantificação e contabilização do contributo de sistemas para aproveitamento de fontes de energia de fontes de energia renováveis, de acordo com o tipo de sistema.

Despacho n.º 15793-G/2013, de 12 de março - Procede à publicação dos elementos mínimos a incluir no procedimento de ensaio e receção das instalações e dos elementos mínimos a incluir no plano de manutenção (PM) e respetiva terminologia.

Despacho n.º 15793-F/2013, de 12 de março - Procede à publicação dos parâmetros para o zonamento climático e respetivos dados.

Despacho n.º 15793-E/2013, de 12 de março - Estabelece as regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções, bem como existentes.

Despacho n.º 15793-D/2013, de 12 de março - Estabelece os fatores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.

Despacho n.º 15793-C/2013, de 12 de março - Procede à publicação dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificado e certificado do sistema de certificação energética (SCE) a emitir para os edifícios novos, sujeitos a grande intervenção e existentes.

#### Entidades que constituem o SCE

São várias as entidades que participam no SCE, as quais dispõem de um papel e competências específicas. Essas entidades são as seguintes:

- » Entidade fiscalizadora do SCE: **Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)**
- » Entidade gestora do SCE: **ADENE – Agência para a Energia**
- » Promotores ou Proprietários de edifícios ou equipamentos: Responsáveis, em primeira instância, pelo cumprimento das obrigações decorrentes do SCE
- » Peritos Qualificados (PQ): Técnicos responsáveis pela condução do processo de certificação dos edifícios e emissão dos respetivos certificados
- » Técnicos de Instalação e Manutenção de edifícios e sistemas (TIM): Técnicos responsáveis pela coordenação ou execução de atividades de planeamento, verificação, gestão da utilização de energia, instalação e manutenção relativas a edifícios e sistemas técnicos
- » Entidades competentes para acompanhamento da qualidade do ar interior: Direção Geral da Saúde (DGS) e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)
- » Entidades competentes na fiscalização e emissão de contraordenações: Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) na área da Certificação Energética e a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) na área da qualidade do ar interior dos edifícios de comércio e serviços.

Os requisitos e a avaliação de desempenho energético dos edifícios baseiam-se nos seguintes pilares:

- »» no caso de edifícios de habitação assumem posição de destaque o **comportamento térmico e a eficiência dos sistemas**,
- »» aos quais acrescem, no caso dos edifícios de comércio e serviços, **a instalação, a condução e a manutenção de sistemas técnicos**.

**Técnicos de instalação e manutenção**

Os técnicos SCE são profissionais do Sistema Nacional de Certificação Energética (SCE), reconhecidos pela entidade gestora do SCE (ADENE), que exercem a sua atividade como Técnicos de Instalação e Manutenção (TIM) de edifícios e sistemas em empresas da especialidade. Designadamente:

TIM II: Técnicos habilitados para atuar em edifícios com sistemas técnicos com potência térmica nominal até 100 kW.

TIM III: Técnicos habilitados para atuar em edifícios com sistemas técnicos com potência térmica nominal Superior a 100 kW.

Os TIM coordenam ou executam atividades de planeamento, verificação, gestão da utilização de energia, instalação e manutenção relativa a edifícios e sistemas técnicos. Compete aos TIM o seguinte:

- » Assegurar uma gestão pró-ativa e fundamentada de energia do edifício;
- » Elaborar e/ou manter atualizado o Plano de Manutenção (PM) do edifício e seus sistemas técnicos;
- » Assegurar o cumprimento do PM verificando a sua boa execução;
- » Informar o proprietário da necessidade de realizar a certificação energética do edifício, nos casos aplicáveis;
- » Manter atualizado o projeto e demais documentação técnica sobre o edifício e seus sistemas técnicos, e aconselhar o proprietário na seleção de novos sistemas técnicos, exclusivamente no que respeita ao cumprimento do SCE, REH e RECS e demais legislação aplicável;
- » Manter atualizado o livro de registo de ocorrências.

### Serviços de Construção

A especialidade de Refrigeração e AVAC está ainda identificada como serviço enquadrado no setor da Construção, obrigando à habilitação em sede de alvará. O ingresso e permanência na atividade está condicionada à verificação de requisitos, atualmente consagrados na Lei n.º 41/2015, de 3 de junho.

A presente Lei estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno. Este diploma revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, a Portaria n.º 14/2004, de 10 de janeiro, bem como as Portarias n.º 16/2004, n.º 18/2004 e n.º 19/2004, todas de 10 de janeiro.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico, alguns aspetos a ter em conta:

- Os alvarás emitidos ao abrigo da legislação anterior, válidos à data de entrada em vigor da presente Lei, passam a ter validade indeterminada no tempo, sem necessidade de qualquer formalismo adicional, enquanto alvarás de empreiteiro de obras públicas.
- Os alvarás emitidos ao abrigo da legislação anterior, com habilitação em empreiteiro geral em classe superior à classe detida nas subcategorias determinantes, das quais dependeu a concessão daquela habilitação, são alterados no sentido de elevar a classe daquelas subcategorias à classe da habilitação detida na classificação de empreiteiro geral, no seguimento de requerimento da empresa apresentado ao IMPIC, I. P., no prazo máximo de 120 dias após a data de entrada em vigor da presente Lei, e contanto que preenchidos os respetivos requisitos.
- Os títulos de registo emitidos ao abrigo da legislação anterior, válidos à data de entrada em vigor da presente Lei, passam a ter validade indeterminada no tempo, sem necessidade de qualquer formalismo adicional, enquanto certificados de empreiteiro de obras públicas.

**Ambiente | Resíduos**

Em matéria de resíduos, há ainda a considerar a temática relativa a Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE). A Diretiva Europeia n.º 2002/96/CE criou na Europa a obrigação, para quem coloca no mercado esse tipo de equipamentos, do cumprimento de vários requisitos com vista a garantir a sua recolha e reciclagem quando atingem o final da sua vida útil e se transformam em resíduo (REEE).

Nesse âmbito, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2010, de 17 de dezembro, os equipamentos de AVAC&R que necessitam de eletricidade para funcionarem corretamente estão abrangidos por uma legislação europeia e nacional que passou a tornar responsável pela recolha e reciclagem de equipamentos velhos (resíduos de elétricos e eletrónicos ou REEE), quem coloca equipamentos elétricos e eletrónicos no mercado.

Estão abrangidas, por esta legislação, todas as empresas que coloquem no mercado nacional equipamentos de AVAC&R provenientes de:

- » Fabrico com marca própria;
- » Revenda sob marca própria;
- » Importação ou colocação no mercado nacional com carácter profissional.

As empresas nestas condições são chamadas de Produtoras (de um futuro REEE) e têm várias obrigações, sujeitas a coimas, para cumprir:

- » Estar registado enquanto produtor;
- » Aderir a uma Entidade Gestora para o tratamento dos REEE;
- » Colocar o número de Registo em todas as faturas e documentos de transporte;
- » Colocar o símbolo do contentor barrado no equipamento.

Está atualmente em vigor o Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio. Este diploma, que resulta da transposição da diretiva comunitária 2012/19/UE, introduz algumas alterações ao regime anterior, nomeadamente a existência de um âmbito aberto para os EEE, novas exclusões, novos agentes -

"representante autorizado", novas metas de recolha. Algumas destas mudanças passam a vigorar desde já, outras apenas em agosto de 2018. No referido diploma, entre as alterações introduzidas, destaque maior para a que prevê que as competências até agora exercidas pela ANREEE, ao abrigo da licença para organizar e manter um registo de produtores de equipamentos elétricos e eletrónicos, passem a ser asseguradas por um centro de coordenação e registo (CCR).

#### **Aspetos a ter em atenção:**

De acordo com a legislação e regulamentação em vigor, evidencia-se os seguintes factos:

- Desde 1 de janeiro de 2015, toda e qualquer intervenção no sistema frigorífico de equipamentos que contenham ODS obriga à retirada de fluido para destruição e adaptação do seu funcionamento a fluido legalmente aceite (Decreto-Lei n.º 85/2014) ou desativação dos equipamentos e encaminhamento para tratamento de resíduos (REEE: Lei n.º 67/2014).
- Desde 1 de janeiro de 2015, só empresas certificadas para intervenções com gases fluorados poderão adquirir gases fluorados no mercado, aspeto incontornável nos trabalhos de instalação, manutenção, reparação e assistência técnica em equipamentos e sistemas de Refrigeração e AVAC.
- Os equipamentos não hermeticamente fechados (sistemas split) devem ser objeto de instalação por empresas certificadas. Esta obrigação, já estabelecida no anterior Regulamento de Gases Fluorados com Efeito de Estufa n.º 842/2006, veio a ser reforçada no Regulamento F-Gases n.º 517/2014, que acresceu mais alguns requisitos relacionados com a venda de equipamentos não hermeticamente fechados, bem como na recente publicação do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, que substitui o Decreto-Lei n.º 56/2011. **O comprovativo de cumprimento é responsabilidade do retalhista/distribuidor, e está sujeito à fiscalização da autoridade competente encarregada de controlar o respeito pelos requisitos (ASAE).**
- De 1 de janeiro a 30 de junho deverão ser submetidos os dados relativos às compras e vendas de gases fluorados ocorridas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro do ano anterior. **A APIRAC disponibiliza aos Associados a prestação de um serviço em que, por adjudicação das empresas**



e mediante disponibilização da competente informação, a **APIRAC se substitui aos Associados na comunicação devida à APA.**

- **A comunicação anual do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), que se efetua atualmente através da plataforma eletrónica SILIAMB, é obrigatória, entre outras, para as empresas que empreguem mais de 10 trabalhadores e que produzam resíduos não urbanos, mas também para as empresas que produzam resíduos perigosos, independentemente do número de trabalhadores. As empresas de instalação/ manutenção de equipamentos de AVAC&R, que se encontrem abrangidas aqueles critérios devem efetuar previamente a devida inscrição na plataforma eletrónica SILIAMB.**
- **No âmbito da eficiência energética em edifícios (EPBD) os Sistemas de Gestão Técnica Centralizada são vistos como alternativas às inspeções físicas aos sistemas energéticos de climatização, sem prejuízo das circunstâncias em que a sua aplicação é obrigatória (potência térmica superior a 250 kW).**
- **A partir de 1 de janeiro de 2018, o registo dos Produtores de EEE, mas também de pilhas e acumuladores, bem como todas as operações relacionadas - que era até agora gerido pela ANREEE - passou a ser realizado pela Agência Portuguesa do Ambiente I.P. (APA) através da plataforma SIRER.**
- **Até 2030 proceder-se-á ao *phase-out* de todos os equipamentos que contenham gases fluorados (Regulamento (CE) n.º 517/2014).**
- **Os Instaladores Associados da APIRAC são tratados como parceiros no encaminhamento dos resíduos, fluídos incluídos. Os resíduos de EEE são valorizados em valores positivos tabelados, de acordo com negociação entre a APIRAC e operadora de resíduos, válidos independentemente da dimensão da empresa ou da região do país.**
- **O não cumprimento das obrigações legais e regulamentares acarreta coimas para proprietários, donos de obra, empresas e técnicos envolvidos em operações irregulares, que ascendem a dezenas de milhares de euros.**

### Resumo de regulamentação europeia aplicável:

Diplomas	Designação
PED 1997/23/CE	DIRETIVA 97/23/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 29 de maio de 1997, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros sobre equipamentos sob pressão.
CEM 2004/108/CE	DIRETIVA 2004/108/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 15 de dezembro de 2004, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à compatibilidade eletromagnética e que revoga a Diretiva 89/336/CEE.
MD 2006/42/CE	DIRETIVA 2006/42/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 17 de maio de 2006, relativa às máquinas e que altera a Diretiva 95/16/CE.
Ecodesign 2009/125/CE	DIRETIVA 2009/125/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 21 de outubro de 2009, relativa à criação de um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia.
Rotulagem energética 2010/30/UE	DIRETIVA 2010/30/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 19 de maio de 2010, relativa à indicação do consumo de energia e de outros recursos por parte dos produtos relacionados com a energia, por meio de rotulagem e outras indicações uniformes relativas aos produtos.
RoHS 2011/65/UE	DIRETIVA 2011/65/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 8 de junho de 2011, relativa à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos.
ATEX 2014/34/UE	DIRETIVA 2014/34/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros relativa a aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas.
LVD 2014/35/UE	DIRETIVA 2014/35/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-Membros respeitante à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão.
ENTR Lot 1 (UE) 2015/1095	REGULAMENTO (UE) 2015/1095 DA COMISSÃO, de 5 de maio de 2015, que dá execução à Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita aos requisitos de conceção ecológica aplicáveis aos armários refrigerados para armazenagem de uso profissional, armários de congelação/refrigeração rápida a jato de ar, unidades de condensação e refrigeradores industriais.
(UE) 2015/1094	REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2015/1094 DA COMISSÃO, de 5 de maio de 2015, que complementa a Diretiva 2010/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita à rotulagem energética dos armários refrigerados de armazenagem profissionais.
Norma importante	<i>FprEN 16825 Refrigerated storage cabinets and counters for professional use - Classification, requirements and test conditions</i> (em Formal Vote, por isso será aprovada até meados de 2016).

**Resumo de regulamentação europeia aplicável (Continuação):**

Diplomas	Designação
ENER Lot 1 (UE) 813/2013	REGULAMENTO (UE) N.º 813/2013 DA COMISSÃO, de 2 de agosto de 2013, que dá execução à Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita aos requisitos de conceção ecológica aplicáveis aos aquecedores de ambiente e aquecedores combinados.
(UE) 811/2013	REGULAMENTO DELEGADO (UE) N.º 811/2013 DA COMISSÃO, de 18 de fevereiro de 2013, que complementa a Diretiva 2010/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita à rotulagem energética dos aquecedores de ambiente, aquecedores combinados, sistemas mistos de aquecedor de ambiente, dispositivo de controlo de temperatura e dispositivo solar e sistemas mistos de aquecedor combinado, dispositivo de controlo de temperatura e dispositivo solar.
Norma importante	EN 14825:2016 Air conditioners, liquid chilling packages and heat pumps, with electrically driven compressors, for space heating and cooling - Testing and rating at part load conditions and calculation of seasonal performance.
ENTR Lot 2 (UE) 814/2013	REGULAMENTO (UE) N.º 814/2013 DA COMISSÃO, de 2 de agosto de 2013, que dá execução à Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita aos requisitos de conceção ecológica aplicáveis aos aquecedores de água e reservatórios de água quente.
(UE) 812/2013	REGULAMENTO DELEGADO (UE) N.º 812/2013 DA COMISSÃO, de 18 de fevereiro de 2013, que complementa a Diretiva 2010/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita à rotulagem energética dos aquecedores de água, reservatórios de água quente e sistemas mistos de aquecedor de água e dispositivo solar.
ENTR Lot 6 (UE) 1253/2014	REGULAMENTO (UE) N.º 1253/2014 DA COMISSÃO, de 7 de julho de 2014, que aplica a Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito aos requisitos de conceção ecológica das unidades de ventilação.
(UE) 1254/2014	REGULAMENTO DELEGADO (UE) N.º 1254/2014 DA COMISSÃO, de 11 de julho de 2014, que complementa a Diretiva 2010/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à rotulagem energética das unidades de ventilação residenciais.
ENER Lot 10 (UE) 206/2012	REGULAMENTO (UE) N.º 206/2012 DA COMISSÃO, de 6 de março de 2012, que dá execução à Diretiva 2009/125/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita aos requisitos de conceção ecológica para aparelhos de ar condicionado e ventiladores.
(UE) 626/2011	REGULAMENTO DELEGADO (UE) N.º 626/2011 DA COMISSÃO, de 4 de maio de 2011, que complementa a Diretiva 2010/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita à rotulagem energética dos aparelhos de ar condicionado.
ENER Lot 12	Regulamentos em preparação
Normas importantes	EN ISO 23953-1:2015 Refrigerated display cabinets - Part 1: Vocabulary EN ISO 23953-2:2015 Refrigerated display cabinets - Part 2: Classification, requirements and test conditions.

Quadro 1 | Quadro legislativo aplicável à atividade de instalação, manutenção e assistência técnicas de AVAC&R  
(Diplomas com maior relevância)

REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES			
CONSTRUÇÃO		ENERGÉTICOS	
Serviços de Construção		Certificação e Eficiência Energética	
Lei n.º 41/2015		Decreto-Lei n.º 118/2013, Lei n.º 58/2013	
Alvará		Potência Térmica	Credenciação
Empresa			Técnicos
12ª subcategoria da 4ª categoria (AVAC&R)			Sem obrigação legal
		< 25 kW térmicos	TIM II
		25 < kW térmicos <100	TIM III
	> 100 kW térmicos		
AMBIENTAIS			
Manuseamento de Gases Fluorados com efeito de estufa		Manuseamento de Fluidos Frigorigéneos ODS	
Decreto-Lei n.º 145/2017		Decreto-Lei n.º 85/2014	
Certificação		Carga de Fluido	Qualificação
Técnicos	Empresa		Técnicos
Sim	Sim		≤ 15 kg
		15 < kg < 150	Grupo B
		≥ 150 kg	Grupo A

**PERFORMANCE 2017****DESTAQUES DA ATIVIDADE**

Destacam-se de seguida nesta secção os factos que fizeram de 2017 um ano pleno de intervenções.

**APIRAC | APOIO À CERTIFICAÇÃO DE EMPRESAS**

Está em curso, desde janeiro de 2013, o processo de certificação de empresas no âmbito dos Regulamentos (CE) n.º 842/2006, atualizado pelo Regulamento (CE) n.º 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril, e n.º 303/2008, atualizado pelo Regulamento de execução (UE) n.º 2015/2067, da Comissão de 17 de novembro, e Decreto-Lei n.º 56/2011.

A certificação de serviços é um procedimento de avaliação da conformidade efetuada por uma entidade independente e imparcial (Organismo de Certificação) que comprova que o serviço está conforme com exigências definidas através de normas ou especificações técnicas. A exigência de certificação de serviços de empresas junta-se assim à obrigatoriedade que até aqui já recaía sobre as empresas em sede de alvará (10ª subcategoria da 4ª categoria de alvarás: Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração).

A certificação de empresas é obrigatória para o manuseamento e intervenções em equipamentos que contenham os denominados gases fluorados, e é de âmbito europeu, o que equivale a dizer que uma certificação neste âmbito em Portugal é reconhecida em qualquer país da União Europeia.

Para o âmbito, foi constituída a Comissão Técnica de Certificação (CTC25) do serviço de instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, coordenada pelo CERTIF, da qual fazem parte a APIRAC e o CENTERM. As regras a estabelecer aplicam-se a todas as empresas com atividade em Portugal, cuja prestação possa ocorrer no território nacional ou no estrangeiro. Em resultado da ação da APIRAC diversas propostas têm sido submetidas e aprovadas na CTC25.

De acordo com os dados recolhidos junto dos organismos CERTIF e EIC, o número de empresas certificadas em 31/12/2017 é de 1270, com a seguinte distribuição: CERTIF – 1151; EIC – 119.

A APIRAC presta apoio específico às empresas suas associadas, destacando-se o apoio localizado com organização do dossier de certificação, verificação de ferramentas e do local de inspeção. Relativamente ao processo de certificação de empresas, consideram-se ações relacionadas com os seguintes assuntos:

1. **Manual de Procedimentos**
2. **Organização do Dossier da certificação**
3. **Alvará da 12ª Subcategoria, relativa à atividade de instalação e manutenção de equipamentos e sistemas de ar condicionado, refrigeração e aquecimento, pertencente à 4ª Categoria – Instalações elétricas e mecânicas**
4. **Equipamentos**
5. **Tratamento de Reclamações**
6. **Controlo dos Equipamentos**
7. **Registos de Avarias e Intervenções nos Equipamentos de Trabalho e de Medição**
8. **Apoio local às empresas em certificação**
9. **Folhas de Compra e Venda – Serviço de Apoio aos Associados para o Registo e Comunicação à APA**
10. **Registo e Comunicação de Gases Fluorados com efeito de estufa transacionados - Regulamento (UE) n.º 517/2014**
11. **Renovação da Certificação das Empresas | Gases fluorados - Apoio da APIRAC.**
12. **Verificação de Equipamentos para Detecção de Fugas no CENTERM.**
13. **Guia orientador para equipamentos com fluidos frigorigéneos de baixo e alto índice de inflamabilidade.**
14. **Relacionamento institucional com a entidade certificadora, o CERTIF, no sentido de apoiar e esclarecer esta entidade das contingências regulamentares aplicáveis, quer às empresas do setor de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, quer diretamente através da CTC25, de que a APIRAC faz parte, onde estão representadas as diversas entidades ligadas à problemática do controlo das alterações climáticas, como APA e o próprio CERTIF.**
15. **Relacionamento institucional entre a APIRAC e o CENTERM.**

- 16. Reembolso por parte da APIRAC em 20% das propinas de exame inerentes a processos de certificação de profissionais oriundos de empresas associadas da APIRAC.** O reembolso efetuar-se-á na forma de desconto sobre o pagamento das quotas do ano em curso no valor correspondente a 20% do valor de propinas de exame de funcionários pertencentes ao quadro das empresas associadas pagas no ano anterior. Valores pagos por associados em propinas de exame no ano em curso serão assim considerados para abatimento em quotas do ano seguinte.

A certificação das empresas na atividade de instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor contendo gases fluorados com efeito de estufa, é uma realidade à qual as empresas do nosso Setor têm sabido responder. Assim, alguns Associados apelaram ao nosso apoio personalizado de modo a aligeirarem a carga administrativa que o processo exige e terem a garantia que o seu processo de certificação estaria em conformidade com as exigências da Entidade Certificadora. Em 2017 apoiámos localmente as seguintes empresas:

- FRANCISCO MIRANDA LEITE
- EFI3ENE - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, LDA
- KEEPON - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
- BEEPENGER- ENGENHARIA, CLIMATIZAÇÃO E MANUTENÇÃO, LDA
- PEDRO & STIR - INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA
- J. MENDES & FELIZARDO - MÁQUINAS E FERRAMENTAS, LDA
- FRIOESTE - MANUEL BERNARDINO & CAIADO, LDA
- NUTRIGÁS - SOC. INSTALADORA DE GÁS, UNIP., LDA
- GROUND WATER, LDA
- ENERFOS, LDA
- ASSISTNOW - UNIPESSOAL, LDA
- ABRANSOL - INSTALAÇÕES ESPECIAIS, LDA
- PERIMETRO POSITIVO, LDA
- DIGIFRIO - SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO, LDA
- JORGE MANUEL CARDOSO, UNIPESSOAL, LDA

**APOIO À COMUNICAÇÃO DE DADOS MIRR**

No sentido de aliviar a carga administrativa das empresas, a APIRAC resolveu implementar a prestação de um serviço aos Associados em que, por adjudicação das empresas e mediante disponibilização da competente informação, a APIRAC se substitui aos Associados no preenchimento do MIRR e comunicação devida na plataforma da Agência Portuguesa do Ambiente.

Neste âmbito, em 2017, foram apoiadas as seguintes empresas:

- ANTÓNIO TORRES & MAIA, LDA
- KIKACLIMA -UNIPessoal, LDA
- LOJADEZ - ELECTROMECHANICA E HIDROPNEUMÁTICA, LDA
- TERMOGOD - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE EMPREENDIMENTOS, LDA
- JOÃO LOPES DA SILVA

**APOIO À COMUNICAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE GASES FLUORADOS**

Desde o ano 2016, que a APIRAC disponibiliza a prestação de um serviço em que, por adjudicação das empresas e mediante disponibilização da competente informação, a APIRAC se substitui aos Associados na comunicação devida à Agência Portuguesa do Ambiente, como forma de aliviar a carga administrativa das empresas. Em cada comunicação efetuada à APA, a APIRAC dá o devido conhecimento aos Associados para seu registo interno e acompanhamento.

Neste âmbito, em 2017, foram apoiadas as seguintes empresas:

- JUNIS - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MONTAGENS, LDA
- RODIARCO - SOCIEDADE DE FRIO E AR CONDICIONADO, LDA
- ALUGOCLIMA - ALUGUER DE AR CONDICIONADO, LDA
- LTRS - ENGENHARIA E MANUTENÇÃO, LDA
- TORRESAVAC - CLIMATIZAÇÃO, ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA



**APIRAC | ADENE | CENTERM | SCE**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 118/2013 e da Lei n.º 58/2013, ambos em 1 de dezembro, de 20 de agosto, os profissionais têm de acesso à sua credenciação profissional.

Conforme definido no artigo 3º da Portaria n.º 66/2014, os exames são teóricos e práticos para os candidatos à qualificação de TIM. A realização do exame prático só é possível após aprovação no exame teórico e a nota mínima de aprovação em cada uma das provas (teórica e prática) é de 50%. O exame prático é realizado em oficina e compreende a realização de um conjunto de intervenções que têm como objetivo testar a capacidade do candidato em aplicar os conhecimentos e competências.

Os exames práticos são realizados em instalações selecionadas pela ADENE devidamente equipadas com os meios técnicos necessários e de acordo com o número de candidatos e que, como é sabido, são as instalações do CENTERM em Lisboa e Porto, adjudicadas em regime de Ajuste Direto. No caso do Porto, as instalações do CENTERM acolhem igualmente a realização dos exames teóricos para TIM II e III e ainda para os Peritos Qualificados I e II.

Após aprovação nos exames teóricos e práticos para TIM, é iniciado o reconhecimento como TIM. Para o efeito, com vista à verificação do cumprimento dos requisitos “escolaridade obrigatória” e “experiência profissional”, a ADENE procede à análise da documentação disponibilizada pelo formando aquando da sua inscrição no exame. No seguimento dessa validação, a ADENE procede ao pré-registo do candidato como TIM. Posteriormente, o candidato é contactado para fornecimento das credenciais de acesso ao portal SCE, por forma a completar o seu registo no portal SCE.

Neste âmbito, em 2017, o CENTERM realizou 111 exames, dos quais 61 teóricos e 50 práticos.

No entanto, o período transitório previsto na Lei n.º 58/2013, que permite a examinação de profissionais para atribuição da credenciação TIM estás prestes a terminar. Durante o período de cinco anos contados da data da sua entrada em vigor, o acesso ao título profissional de TIM pode ser atribuído a quem obtiver aprovação em exame apropriado ao âmbito de intervenção (TIM2 ou TIM3). Assim, no final de 2018 terminará o prazo que permite a inscrição e realização de exame habilitante à credenciação como TIM.

### APIRAC | CENTERM | APA

Ainda nos domínios da Certificação, o CENTERM, acreditado pelo IPAC e homologado pela APA, é a entidade responsável pela certificação de técnicos para o manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa. Esta Acreditação permite que o nosso Setor cumpra integralmente os regulamentos europeus UE n.º 517/2014 e UE n.º 2015/2065.

Neste âmbito, em 2017, alguns dados a reter:

- » Foram atribuídos 440 certificados.
- » Em 31 de dezembro de 2017 estão certificados pelo CENTERM 3.219 profissionais.
- » Durante 2017 concretizaram-se 2.880 processos de acompanhamento anual das certificações.
- » Deu-se continuidade à Verificação Intermédia de Competências, abrangendo 415 técnicos.

Juntamente com os Certificados, os profissionais recebem um cartão personalizado que os identifica como Técnicos Certificados. A par do cartão é entregue uma caderneta para registo da atividade anual. O CENTERM disponibiliza ainda no seu sítio na internet a lista atualizada dos Técnicos Certificados.

Quadro 2 | Certificação F-Gases Europa: alguns números

Países	População	Empresas Certificadas	Técnicos Certificados
Austria	8 608 000	600	2 200
Dinamarca	5 673 000	300	3 000
Alemanha	81 276 000	3 500	40 000
Holanda	16 933 000	1 000	15 000
Irlanda	4 630 000	384	1268
Itália	60 963 000	20 000	60 000
Noruega	5 194 000	660	3 300
Portugal	10 311 000	1 270	4 500
Eslováquia	5 300 000	700	2 000
Suécia	9 794 000	1 500	7 500
Reino Unido	64 915 000	7 043	40 021

Ainda no mesmo âmbito, mas com o objectivo de emissão de Atestados de Formação destinados a técnicos de reparação de veículos automóveis, ligados à reciclagem de veículos em fim de vida e

ainda a outros relacionados com a Indústria Automóvel em geral, que pretendam ser autorizados para proceder a intervenções em sistemas de ar condicionado instalados em veículos a motor, abrangidos pela Directiva 2006/40/CE, que contenham gases fluorados com efeito de estufa, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 307/2008, da Comissão, de 2 de abril, por homologação da APA à APIEF, estão também disponíveis, cursos para a realização de formação que permitem a emissão dos referidos Atestados.

## **APA | CRAC**

A APIRAC integrando a Comissão de Refrigeração e Ar Condicionado, em sede da APA, acompanha o processo que, depois de proceder à análise curricular e examinação dos candidatos à qualificação técnica para o manuseamento de fluidos frigorigéneos que prejudicam a Camada do Ozono, no âmbito do Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro, e n.º 85/2014, de 27 de maio, monitoriza a renovação das qualificações emitidas.

Como é de conhecimento, encontram-se ainda em instalações de refrigeração e ar condicionado antigas substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS) que são simultaneamente gases fluorados com efeito de estufa (F-Gases), contribuindo de forma extraordinária, quando comparados com os F-Gases, para o aquecimento global, devido aos elevados valores do seu potencial de aquecimento global (PAG).

O expirar do prazo para a examinação de qualificação dos técnicos de ODS traduziu-se numa barreira no acesso à profissão, o que, acrescido da dramática redução anual das qualificações iniciais emitidas, absolutamente colocava em causa o acesso ao desempenho das tarefas no cumprimento da lei, quanto às possibilidades (ambientalmente desejáveis) de recuperação dos fluidos ODS para efeitos da sua destruição e do correto desmantelamento dos respetivos equipamentos onde esses fluidos ainda se encontram inseridos, com evidentes riscos acrescidos para o ambiente.

Com o novo Decreto-Lei n.º 145/2017, que veio substituir o Decreto-Lei n.º 56/2011, permite-se finalmente a extensão de competências dos Técnicos Certificados em F-Gases, Categoria I, ao abrigo do Regulamento de Execução 2015/2067, para intervenções em equipamentos que contenham ODS, designadamente nas operações de deteção de fugas e recuperação de gases para destruição, bem como para o desmantelamento dos respetivos equipamentos.

Os Técnicos Certificados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 145/2017 estão devidamente habilitados de acordo com a norma NP EN 378:2014, cujas regras são comuns às intervenções técnicas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor, seja qual for o tipo de fluido frigorigéneo: um ODS ou um HFC. Deste modo, e semelhante à qualificação dos técnicos de ODS existente, os técnicos de gases fluorados, categoria I, podem requerer uma das seguintes categorias:

- » Grupo F-A (ser titular de certificado categoria I nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e possuir licenciatura em engenharia ou engenharia técnica) – corresponde ao Grupo A dos ODS;
- » Grupo F-B (ser titular de certificado categoria I nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e possuir o 12.º ano de escolaridade) – corresponde ao Grupo B dos ODS;
- » Grupo F-C (ser titular de certificado categoria I nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) 2015/2067) – corresponde ao Grupo C dos ODS.

Passa a confirmar-se sintonia de entendimento com vários países membros da União Europeia onde se verifica sobreposição e atuação comum para fluidos frigorigéneos em equipamentos e sistemas de refrigeração e ar condicionado. Este avanço, há muito reclamado, resulta do intenso trabalho da APIRAC junto do Secretário de Estado do Ambiente, a quem foram disponibilizados diretamente inúmeros contributos associativos, e que se demonstrou sensível à força dos argumentos da APIRAC.

## **REEE | ANREEE**

A APIRAC é fundadora, e nessa qualidade para além de integrar a Direção da ANREEE, exerceu no mandato de 2013-2014 o cargo de Presidente. Em mandatos anteriores, e de acordo com o contrato parassocial, presidiu também ao Conselho Fiscal e à Assembleia-Geral.

De relevante a registar em 2016 que o Estado Português com o objetivo de alcançar um maior controlo, monitorização e fiscalização do sistema de recolha e reciclagem dos resíduos elétricos e eletrónicos (REEE), adotou um processo legislativo - Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro -, conduzido no âmbito da APA, que integrará em 2018 o centro de coordenação e registo no seio da entidade tutelar.

A partir de 1 de janeiro de 2018, o registo de produtores de equipamentos elétricos e eletrónicos e pilhas e acumuladores, bem como todas as operações relacionadas com o mesmo - que era até agora gerido pela ANREEE - passou a ser realizado pela Agência Portuguesa do Ambiente I.P. através da plataforma SIRER. Todos os assuntos relacionados deverão agora ser tratados diretamente com a APA.

Fechou-se um ciclo protagonizado pela ANREEE e pelas Associações de Produtores em que ao longo de mais de uma década a ANREEE serviu as empresas portuguesas, ajudando-as a conhecer e cumprir as novas obrigações legais que sobre elas recaíram em matéria de registo de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos e de Pilhas e Acumuladores.

A Direção da APIRAC orgulha-se do trabalho desenvolvido pela ANREEE, na certeza de ter sido um trabalho fundamental para a consolidação, em Portugal, da política de gestão destas fileiras de resíduos, realizado com rigor.

## **REEE | WEECYCLE**

O mercado nacional vai passar a contar com uma nova entidade gestora de REEE, a WEECYCLE.

A WEECYCLE é uma associação criada por produtores de equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE), com o apoio das Associações mais significativas do Setor, tendo como objetivo introduzir no mercado nacional um modelo de gestão de REEE mais competitivo e que permite às empresas uma redução significativa dos seus custos. Esta Associação resulta assim de uma plataforma de Associações que entenderam justificar-se uma sociedade gestora especificamente orientada para responder às necessidades e particularidades dos setores representados. A APIRAC faz parte dessa plataforma, em que participam ainda a AIMMAP, ANEMM, ANIMEE e APISOLAR.

A este respeito, o Decreto-Lei n.º 67/2014 introduziu algumas alterações nas relações contratuais com as Entidades gestoras de REEE, que importa ter em conta. Desde logo, uma possibilidade interessante que poderá proporcionar vantagens financeiras para as empresas. Segundo o n.º 2 do Artigo 22.º que as empresas não necessitam de contratualizar com uma única entidade gestora para a gestão de todos os seus REEE. Se, por exemplo, uma empresa produz equipamentos nas categorias 1 e 5, e a Entidade Gestora “A” oferece melhores ecovalores e condições na categoria 1, mas piores

na categoria 5, que a entidade Gestora “B”, a empresa deve aproveitar as condições mais vantajosas de ambas celebrando contrato com as duas entidades e passando para cada uma a responsabilidade nas categorias onde são mais competitivas. Da exploração desta possibilidade podem resultar reduções de custo consideráveis para as empresas. Na legislação anterior, a duração do contrato entre uma empresa e uma entidade gestora era fixada num período mínimo de cinco anos. No novo Diploma, os contratos passam a ter a possibilidade de rescisão anual (Artigo 22.º, n.º 4, alínea f)).

Embora no passado não tenhamos assistido a uma grande competitividade na oferta comercial das duas entidades gestoras a atuar no nosso mercado – a que não é estranho o imobilismo que um contrato de cinco anos lhes garante – a possibilidade de rescisões anuais agora introduzida, deve resultar em melhores condições para as empresas e, porque não, em melhores ofertas, inclusivamente de novas entidades gestoras, quebrado que vai ficar o estado de quase cristalização em que o mercado se encontra.

## **ENCONTROS COM O SETOR**

Para além da Assembleia-Geral, realizámos três encontros que mobilizaram mais de 300 participantes. Damos aqui a conhecer as iniciativas levadas a cabo em 2017.

### **“Assembleia-Geral ordinária de Associados”**

#### **Museu do Oriente, Lisboa, 30 de março**

Reunião magna de todas as do calendário anual constitui o momento por excelência para dar conhecimento em profundidade da agenda associativa e lançar bases para o futuro. De acordo com convocatória, a discussão e votação do Relatório e Contas, relativos ao exercício económico de 2015, e a discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, centralizaram os trabalhos. A documentação em análise foi previamente disponibilizada no sítio da APIRAC na internet. Como suporte à informação de gestão foi ainda apresentado caderno com relatórios e pareceres de certificação legal de contas por Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e Conselho Fiscal.

Os participantes representavam os diversos segmentos de mercado representados pela APIRAC e decidiram pela votação em sinal de aprovação da informação de gestão relativa ao ano transato,

bem como do plano e orçamento para o exercício em curso. À Assembleia-Geral, seguiu-se um Jantar de confraternização oferecido pela Associação a todos os participantes.

### **“Encontro de Gestão Técnica Centralizada”**

#### **Casa Diocesana, Seminário de Vilar, Porto, 16 de maio**

O 1º encontro Nacional de Gestão Técnica Centralizada realizado em 2016, no Centro Cultural de Lisboa, bateu as melhores expectativas, reunindo 200 pessoas oriundas de diversas áreas de mercado e de diferentes regiões do país. Para além da presença da EU.BAC, o evento mereceu ainda o acompanhamento da ADENE e da Ordem dos Engenheiros. O segundo encontro de GTC teve lugar na cidade do Porto no dia 16 de maio. O Encontro, na sequência do primeiro realizado em Lisboa, permitiu a distribuição aos participantes do primeiro “Guia Técnico de apoio ao projeto, implementação e manutenção dos sistemas de regulação, controlo e gestão técnica em edifícios”, de autoria da Comissão de Gestão Técnica da APIRAC.

### **Sessões de Esclarecimento APIRAC sobre a “e-GAR”**

#### **Casa Diocesana, Seminário de Vilar, Porto, 5 de dezembro**

A primeira sessão foi realizada na Casa Diocesana do Porto, Seminário de Vilar, no dia. O evento foi planeado em estreita colaboração com a APA e contou orador principal a Eng.ª Cândida Rocha, especialista de formação em gestão de resíduos. Encontro de importância relevante, já que a partir de 1 de janeiro de 2018 apenas poderão ser utilizadas guias em formato eletrónico. Registámos 60 participantes.

#### **Auditório da Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa, 20 de dezembro**

No dia 20 de dezembro realizámos a sessão em Lisboa. Desta vez, o encontro teve lugar na APA, com auditório cheio! Excelente tarde de trabalho com 90 representantes de empresas. O debate foi muito rico, graças ao notável contributo da Eng.ª Cândida Rocha, especialista em gestão de resíduos, e à participação da própria APA, com o Eng.º Pedro Santana a clarificar em discurso direto muitas questões de carácter prático e imediato na vida das empresas. Muito obrigado também à APA pela disponibilização do Auditório. Credibilidade total num evento da maior importância!

#### CIRCULARES INFORMATIVAS

Em 2017, foram editadas e circularizadas aos Associados 38 circulares informativas, a saber:

- » **Circular Informativa n.º 01/2017** - Modalidades de pagamento da quotização e respetivos descontos
- » **Circular Informativa n.º 02/2017** - Processamento de salários em 2017 - Orçamento de Estado para 2017
- » **Circular Informativa n.º 03/2017** - Comunicação de Inventários
- » **Circular Informativa n.º 04/2017** - Reconhecimento mútuo da certificação dos técnicos no que respeita aos equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado fixos e bombas de calor, e unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados - Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 da Comissão, de 17 de novembro
- » **Circular Informativa n.º 05/2017** - Retribuição mínima mensal garantida
- » **Circular Informativa n.º 06/2017** - Serviço de apoio à recolha, organização e comunicação de dados | Responsabilidades dos Operadores e dos Instaladores - Decreto-Lei nº 56/2011
- » **Circular Informativa n.º 07/2017** - Controlo Oficioso - Taxas Anual de Regulação para Atividade da Construção 2017
- » **Circular Informativa n.º 08/2017** - Submissão do mapa integrado de registo de resíduos (MIRR) - Ano de 2016 | 01 de janeiro a 31 de março de 2017
- » **Circular Informativa n.º 09/2017** - Esclarecimentos sobre notícia de eventual Ecovalor ambiental para fluidos com elevado potencial de aquecimento global
- » **Circular Informativa n.º 10/2017** - Terça-feira de Carnaval
- » **Circular Informativa n.º 11/2017** - Assembleia Geral - Convocatória



- » **Circular Informativa n.º 12/2017** - Pedidos de concessão e alteração de alvarás | Balanço e demonstração de Resultados fechados a 31 de dezembro de 2016
- » **Circular Informativa n.º 13/2017** - Pedidos de concessão e alteração de alvarás | Balanço e demonstração de Resultados fechados a 31 de dezembro de 2016 - - Aumento de Capital e Prestações Suplementares
- » **Circular Informativa n.º 14/2017** - Orçamento de Estado | Análise das principais alterações em matéria fiscal para 2017
- » **Circular Informativa n.º 15/2017** - Assembleia Geral de 30 de março de 2017 - Jantar Convívio
- » **Circular Informativa n.º 16/2017** - Registo e Comunicação de Gases Fluorados com efeito de estufa transacionados | Regulamento (UE) n.º 517/2014
- » **Circular Informativa n.º 17/2017** - Revisão da Diretiva de Rotulagem Energética (Energy Labelling)
- » **Circular Informativa n.º 18/2017** - Relatório e Contas 2016
- » **Circular Informativa n.º 19/2017** - Lei n.º 10-A/2017 de 29/03 - Redução do Pagamento Especial por Conta de IRC
- » **Circular Informativa n.º 20/2017** - Promoção de Saúde e Estilos de Vida Saudáveis - Alimentação e Água
- » **Circular Informativa n.º 21/2017** - ANUÁRIO APIRAC 2017
- » **Circular Informativa n.º 22/2017** - Introdução de novo escalão de quotas | Assembleia Geral de Associados de 30 de março de 2017
- » **Circular Informativa n.º 23/2017** - Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos (e-GAR) - Portaria nº 145/2017, de 26 de abril
- » **Circular Informativa n.º 24/2017** - 2º Encontro de Gestão Técnica – Conteúdos já disponíveis
- » **Circular Informativa n.º 25/2017** - Assembleia Geral - Convocatória

- » **Circular Informativa n.º 26/2017** - Direito de preferência aos Associados da APIRAC | Venda de imóvel sito na Rua da Paz, n.º 66, 1º andar, Sala 12, junto à Rotunda da Boavista e Praça Galiza, na cidade do Porto
- » **Circular Informativa n.º 27/2017** - Manual de Etiqueta Energética
- » **Circular Informativa n.º 28/2017** - Novos Serviços e guias orientadores para os Associados
- » **Circular Informativa n.º 29/2017** - Novo Regulamento Etiquetagem Energética - Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho de 4 de julho de 2017 que estabelece um regime de etiquetagem energética e que revoga a Diretiva 2010/30/UE
- » **Circular Informativa n.º 30/2017** - Livro de Reclamações - Alterações
- » **Circular Informativa n.º 31/2017** - Aproximação do fim do prazo para exames TIM | Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto
- » **Circular Informativa n.º 32/2017** - ANUÁRIO APIRAC 2018
- » **Circular Informativa n.º 33/2017** - Nona alteração ao Código dos Contratos Públicos
- » **Circular Informativa n.º 34/2017** - 12.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro
- » **Circular Informativa n.º 35/2017** - Campanha Ibérica de Prevenção de Acidentes de Trabalho
- » **Circular Informativa n.º 36/2017** - Protocolo APIRAC BPI - 50 milhões de euros, para apoiar projetos de investimento em eficiência energética: Linha BPI/BEI Eficiência Energética
- » **Circular Informativa n.º 037/2017** - Técnicos Certificados em Gases Fluorados passam a estar qualificados para intervenções em equipamentos que contenham ODS - Decreto-lei n.º 145/2017, de 30 de novembro
- » **Circular Informativa n.º 038/2017** - Disponibilização dos requerimentos para qualificação dos Técnicos Certificados em Gases Fluorados para intervenções em equipamentos que contenham ODS - Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro

## AREA

A participação tem como objectivo permitir o acesso a fóruns de discussão das questões que marcam a agenda europeia, transmitindo por um lado a sensibilidade nacional e auscultando por outro a corrente comunitária nos diversos domínios da intervenção, legislação e regulamentação. Em 2015 assumiu protagonismo a revisão do Regulamento Europeu n.º 303/2008. A AREA tem sede em Bruxelas e constitui importante referencial da dinâmica do Setor junto da Comissão e seus órgãos.

Figura 2 | AREA



## EHPA

A APIRAC é membro da *European Heat Pump Association* (EHPA). A EHPA representa os interesses da indústria europeia de bombas de calor a nível internacional. Tornou-se um parceiro de valia considerando o seu nível de representatividade e a importância da respetiva tecnologia como forma de utilização de energia renovável na produção de aquecimento e arrefecimento no setor de AVAC&R, com relevante contributo para a redução das emissões de CO2 e melhoria da eficiência energética. Da estrutura orgânica da EHPA fazem parte três grandes áreas de desenvolvimento, a saber: Ensino e Formação, Qualidade na Etiquetagem, e Normas e Standards. A APIRAC acoplou como parceiros nacionais o Centro de Formação APIEF e o Centro Tecnológico CENTERM.

Figura 3 | EHPA



#### EFCEM

A APIRAC integra a Federação Europeia de Fabricantes de Equipamentos de Catering (EFCEM). A federação desenvolve a sua atividade na formulação de normas para a indústria, procurando identificar e agir em questões de interesse comum. Por estar envolvido na EFCEM, a APIRAC e os seus Associados beneficiam de um apoio internacional para os segmentos de mercado do fabrico de frio comercial e profissional em moldes incomparáveis para o estabelecimento de uma plataforma que permita o trabalho conjunto e a preparação do futuro.

Figura 4 | EFCEM



#### PARCERIAS E PROTOCOLOS

No âmbito da prossecução do seu objeto social, e tal como aconteceu nos anos anteriores, no exercício de 2017, a APIRAC estabeleceu novos protocolos. A informação relativa aos Protocolos, suas vantagens e benefícios, ficará residente no portal da APIRAC na internet e no Cartão Associado, em [www.apirac.pt](http://www.apirac.pt).

Nesse contexto, a APIRAC assinou Protocolo com o BPI. Tendo em conta o peso significativo dos sistemas de climatização (AVAC e Refrigeração) no consumo de energia dos edifícios e o potencial de melhoria que a sua atualização/ substituição pode conferir aos projetos de eficiência energética, os Associados da APIRAC, no desenvolvimento das respetivas atividades, serão uma base de apoio que o BPI pretende utilizar para dinamizar o instrumento financeiro PF4EE, já que, considera o BPI, será quem está no terreno que melhor identifica as oportunidades por força do conhecimento que tem sobre as necessidades e o potencial do mercado.

Mantiveram-se e desenvolveram-se parcerias e colaborações institucionais com as seguintes entidades:

Direção-Geral de Energia e Geologia;  
Direção-Geral das Atividades Económicas;  
Agência Portuguesa do Ambiente;  
Agência para a Energia;  
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção;  
Instituto Português da Qualidade;  
Agência para a Qualificação e Ensino Profissional;  
Instituto do Emprego e Formação Profissional;  
Ordem dos Engenheiros;  
Ashrae Portugal Chapter;  
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;  
Escola Superior de Tecnologia de Setúbal;  
Associação Portuguesa de Fabricantes e Importadores de Equipamentos de Queima;  
Associação Portuguesa de Indústria Solar;  
Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Elétricos e Electrónicos;  
Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal;  
Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas;  
Associação Portuguesa das Empresas do Setor Eléctrico e Electrónico;  
CERTIF;  
AREA;  
EHPA;  
EFCM;  
IFEMA.

Destaque às colaborações em diversas iniciativas com as entidades:

ASAE;  
IGAMAOT;  
Zero;  
Quercus;  
Ambigroup;  
Interecycling.

## VISÃO SOBRE O FUTURO

A APIRAC nasceu para ser uma instituição de referência do setor da Indústria Térmica, Energia e Ambiente, na defesa de interesses e representação nacional e internacional.

Entendemos que temos a Experiência, a Equipa, a Disponibilidade e o “Know-how” adequados para prestar um serviço de qualidade e de valor acrescentado, que nos permite ir ao encontro das necessidades das empresas do Setor que representamos há 43 anos.

### Valores da APIRAC

É com este propósito, alicerçado no trabalho que desenvolvemos, que procuramos criar valor acrescentado e superar as expectativas dos nossos Associados. É esta a dinâmica que nos move e é esta mensagem que transmitimos sempre que enfrentamos um novo desafio:

- » Focalização no Associado;
- » A solidez e a sustentabilidade do historial Associativo da APIRAC;
- » A exigência que colocamos nos projetos que abraçamos.

### Objetivos essenciais da APIRAC

Com esse intuito, são objetivos da APIRAC em permanência os seguintes:

- » Promover a adequada estruturação e desenvolvimento do sector da Indústria Térmica, Energia e Ambiente de acordo com os interesses da economia nacional e dos seus associados;
- » Estabelecer as ligações ou filiações julgadas convenientes em associações e organismos congéneres nacionais ou internacionais;
- » Aceitar do poder executivo ou dos seus órgãos, assim como de entidades públicas ou de interesse público, missões ou o desenvolvimento de atividades, reportando-se aos interesses gerais que lhe cumpre defender;
- » Contribuir para um melhor conhecimento e expansão do setor da Indústria Térmica, Energia e Ambiente;
- » Promover, dinamizar e realizar ações de formação, certificação, assistencial técnica, normalização, regulamentação setorial, incluindo a edição de documentação técnica.

## **Cultura**

As ações desenvolvidas numa lógica de organizar e adequar o Setor às necessidades e exigências reais do mercado de trabalho, têm em conta a evolução tecnológica, com uma oferta dirigida, em termos de inovação e modernização de processos. Uma atividade que se fundamenta atuando no sentido de:

- » Potenciar a inovação e a competitividade das empresas através da qualificação do potencial humano e incremento das competências dos seus recursos humanos, que permitem respostas ajustadas às necessidades do Setor.
- » Conceber projetos inovadores e acompanhar as tendências da evolução da economia portuguesa ao participar na regulamentação e credenciação do Setor e promover projetos de formação ajustados.
- » Fomentar a aproximação entre as empresas.
- » Inculcar nas empresas a motivação de acompanhar a evolução tecnológica através da formação contínua dos seus quadros e valorização e qualificação do potencial humano.
- » Fomentar a sensibilização ambiental através da participação na conceção de regulamentação a este nível e promovendo respostas às mesmas ajustando a formação às necessidades do mercado.
- » Promover a igualdade de oportunidades na igualdade de acesso à certificação e formação.
- » Desenvolver ligações estratégicas, com instituições de renome internacional, promovendo o intercâmbio e a criação de sinergias entre parceiros.

A APIRAC congratula-se com o seu espólio, pois está certa de que a dedicação que tantos homens e mulheres têm colocado ao serviço do nosso Setor tem permitido granjear respeitabilidade e visibilidade a uma área da atividade económica nacional que é hoje, podemos dizê-lo, incontornável, ou não fosse ela própria indissociável do que de mais básico interfere com a qualidade de vida do ser humano na sociedade em que vivemos: alimentação, ar que respiramos e conforto.

## DEPARTAMENTO TÉCNICO

Do conjunto de atividades desenvolvidas no Departamento Técnico da APIRAC ao longo do ano de 2017, pela sua oportunidade, importância e impacto sobre os vários segmentos do AVAC&R, são merecedores de destaque, os pontos que a seguir referimos.

### ATIVIDADE DO ONS-APIRAC

#### Continuidade do trabalho da estrutura

A APIRAC, na sua qualidade de Organismo de Normalização Setorial (ONS) para os campos do AVAC&R, ao longo do seu 19.º ano de atividade normativa prosseguiu o seu relacionamento com o Organismo Nacional de Normalização (ONN)-IPQ, através do trabalho das suas duas Comissões Técnicas (CT):

- » Comissão Técnica CT-56 Frio - Instalações e Aplicações Frigoríficas com sede zona Sul, em Lisboa;
- » Comissão Técnica CT-185 – AVAC - Aplicações, Sistemas e Gestão de Instalações em Edifícios, com sede na zona Norte, em Matosinhos.

#### Acompanhamento da atividade no CEN

O Secretariado do ONS, corporizado no Departamento Técnico da APIRAC, pôde continuar o acompanhamento em tempo real – incluindo as votações e a elaboração de comentários de todos os documentos provenientes do Estado-membro Portugal para o Comité Europeu de Normalização [CEN] e ISO via ONN-IPQ, nos âmbitos com que a APIRAC mantém inter-relacionamento estabelecido. É, na atualidade, feito o acompanhamento das 13 seguintes especialidades:

<b>CT-56</b>	CEN/TC 44	<i>Commercial and Professional Refrigerating Appliances and Systems, Performance and Energy Consumption</i>
	CEN/TC 182	<i>Refrigerating systems, safety and environmental requirements</i>
	ISO/TC 86	<i>Refrigeration and air-conditioning</i>
	ISO/ TC 86/ SC 1	<i>Safety and environmental requirements for refrigerating systems</i>
	ISO/ TC 86/ SC 4	<i>Testing and rating of refrigerant compressors</i>
	ISO/ TC 86/ SC 7	<i>Testing and rating of commercial refrigerated display cabinets</i>
	ISO/ TC 86/ SC 8	<i>Refrigerants and refrigeration lubricants</i>
<b>CT-185</b>	CEN/TC 107	<i>Prefabricated district heating and district cooling pipe system</i>



	CEN/TC 110	<i>Heat exchangers</i>
	CEN/TC 113	<i>Heat pumps and air conditioning units</i>
	CEN/TC 156	<i>Ventilation for buildings</i>
	CEN/TC 247	<i>Building Automation, Controls and Building Management</i>
	CEN/TC 371	<i>Energy Performance of Buildings project group</i>

### Acompanhamento da atividade em outros ONS

Ainda, como peritos em Comissões Técnicas de outros ONN com atividades inter-relacionadas com os âmbitos da APIRAC, continuou a participação nos seus trabalhos normativos por parte de alguns técnicos membros de Comissões de Trabalho da APIRAC, a saber:

- » No ONS-IST, na sua CT-197 BIM (Building Information Modelling);
- » No ONS-LNEG, na sua CT-151 Térmica de Edifícios;
- » No ONS-IEP, nas suas CTE-59 *Aptidão ao Funcionamento de Aparelhos Eletrodomésticos e Análogos* e CTE-61 *Segurança Elétrica dos Aparelhos Eletrodomésticos e Análogos*, acompanhando a evolução a nível europeu da atividade das comissões do IEC (Comité Eletrotécnico Internacional), IEC/TC 59 *Performance of household and similar electrical appliances* e IEC/TC 61 *Safety of household and similar electrical appliances*.

Toda a informação atualizada, relativa a cada tema, continuou a ser centralizada no secretariado do ONS-APIRAC e em seguida distribuída pelos membros da respetiva Comissão de Trabalho a que cada tema respeita.

### Trabalho das Comissões Técnicas

Na **CT-56, SC1 - Frio Industrial**, ao longo do ano de 2017, o desenvolvimento dos trabalhos consubstanciou-se, nas seguintes concretizações:

- » Conforme estabelecido no programa anual de normalização, conclusão e entrega no IPQ das novas versões de importantes documentos normativos que dão suporte técnico ao exposto na revisão do Regulamento (UE) n.º 517/2014 - e correspondente legislação nacional, de cumprimento obrigatório - respetivamente, NP EN 378-1:2017 até 31 março, NP EN 378-2:2017 até 30 junho, NP EN 378-3:2017 até 20 outubro.

- » O documento NP EN 378-4 que conclui o “pack EN378”, inicialmente previsto para entrega até 15 de dezembro, em virtude de ter sido a nível do CEN objeto de decisão de introdução de alterações relevantes já na sua ultimação, deverá aguardar aprovação formal, só após o que poderá ser criada a versão NP EN.
- » Ainda na CT-56, sua SC3 - Frio Comercial, foram concluídos os trabalhos de tradução para português da Norma Europeia e Internacional 23953:1 “Vocabulary”, versão nacional NP EN ISO, documento de relevante importância para os setores nacionais de Fabricantes de Frio Comercial e Frio Profissional e seus relacionamentos com os Laboratórios de Ensaio e sequente exportação dos equipamentos das suas especialidades de fabrico.

#### **Atualização da página na internet do ONS**

Sediada no portal da associação (em [www.apirac.pt](http://www.apirac.pt)), com acesso pelo botão ONS-APIRAC, a webpage do ONS, tem sido objeto de permanente atualização, fornecendo informação relacionada com a atividade normativa de sua co-responsabilidade; apresenta a sua estrutura, a lista de vogais das CT, os documentos produzidos, resposta a FAQ de esclarecimento e variada informação de interesse relacionada com a produção e disponibilização de documentos normativos para os setores do AVAC&R em Portugal.

#### **COMISSÕES DE TRABALHO DA APIRAC**

##### **Comissão de Fabricantes de Frio Comercial e Profissional**

Decorridos três anos de atividade da Comissão (iniciada em abril de 2014), mantiveram-se dez empresas, das quais três da zona Sul (Arneg, Frigoríficos Imperial e Olitrem) e sete da zona Norte (Arcaboa, Frilixa, Hydracooling, Jordão, Mercatus, Indutel e SKK).

A dinâmica de contactos, quer entre os seus membros quer entre a comissão e a associação, permitiram que o Setor continuasse a ter voz ativa e interveniente junto das fontes de decisão sobre os temas que respeitam às suas áreas do frio comercial e profissional.

De destacar em 2017 a participação de Portugal, por intermédio de empresas associadas da APIRAC, no projeto internacional PROCOLD, numa parceria nacional da APIRAC com a associação ambientalista QUERCUS, com um total de 8 países europeus, para premiar equipamentos de frio

comercial e/ou profissional de máxima eficiência, e em que duas empresas portuguesas participaram, tendo Hydracooling obtido posição de relevo.

Dando continuidade à condição de membros da EFCEM (Federação Europeia dos Fabricantes de Frio Comercial e Profissional), verificou-se em 2017, na pessoa do Presidente da Comissão, a participação da APIRAC em duas reuniões europeias de interesse para o Setor.

As reuniões realizadas em 11 de abril em Bruxelas, para discussão e aprovação do orçamento para a atividade da EFCEM; e em 19 de outubro, em simultâneo com a Feira de Milão, durante o Global Foodservice Equipment & Supplies Summit, onde foram tratados 3 temas de relevante importância e atualidade para o Setor:

- » atualização do documento original, (ambientalmente desejável) guia da atividade das empresas fabricantes de frio, relativo à chamada Economia Circular;
- » redução e/ou eliminação das barreiras a nível mundial, ainda existentes, à livre circulação dos produtos deste setor fabricados nos países da UE;
- » atualização no seio do próprio Global Summit em tudo que diz respeito às atividades ligadas ao BIM (Building Information Management) e ao seu potencial impacto no setor dos produtos fabricados para os produtos alimentares.

Na sequência do ano anterior, ainda dignos de registo, os seguintes avanços na consolidação da presença dos fabricantes de frio comercial e profissional na sua Comissão no seio da APIRAC:

- » Presença de técnicos na Comissão Técnica Eletrotécnica CTE-61 para controlo da evolução dos aspetos normativos e regulamentares relativos à segurança elétrica e à compatibilidade eletromagnética, e ainda com maior importância, relativos à utilização de fluidos inflamáveis HC em atmosfera fabril ATEX (em substituição dos F-Gases) nos equipamentos fabricados;
- » Participação de técnicos na CT-197 BIM (Building Information Management) a aplicar aos seus produtos.

### Comissão de Distribuidores

#### Processo de recolha de Dados Estatísticos de Vendas de Equipamentos de AVAC

Realizou-se já com dezanove anos completos e ininterruptos, o processo de recolha dos Dados Estatísticos de Vendas de Equipamentos de AVAC. Realizaram-se as duas ações semestrais, habituais, de recolha de dados de vendas, processo atualmente enriquecido com a recolha de dados relativos a vendas para o Mercado de Exportação.

Os dados obtidos foram, como usualmente, distribuídos pelas empresas intervenientes, neste ano com a participação (de novo aumentada) de 22 empresas distribuidoras no Mercado Nacional e 9 empresas no Mercado de Exportações. Mais uma vez, com base nos resultados estatísticos de vendas relativos ao ano anterior, foi possível, a APIRAC transmitir à EHPA (European Heat Pump Association) os dados do setor nacional de AVAC que integram o Relatório Europeu Anual de Mercado e Estatísticas de 2017.

Ainda dentro do âmbito da recolha de Dados Estatísticos de Vendas, a Comissão de Distribuidores produziu, atualizou e simplificou a Ficha de Recolha de Dados que passará a vigorar a partir de janeiro de 2018. Admite-se ter sofrido alguma simplificação no seu preenchimento. Aguarda-se a adesão a 100% da totalidade dos participantes (de momento faltarão a concordância de apenas duas empresas) para um funcionamento, em termos de entrega dos dados, totalmente informatizada, dispensando-se em definitivo a introdução das folhas de resultados na urna por entrega presencial ou o seu envio via CTT. A título de exemplo, apresentam-se alguns gráficos elucidativos:

Gráfico 3 | Evolução de vendas Unidades Split/ Multi-split

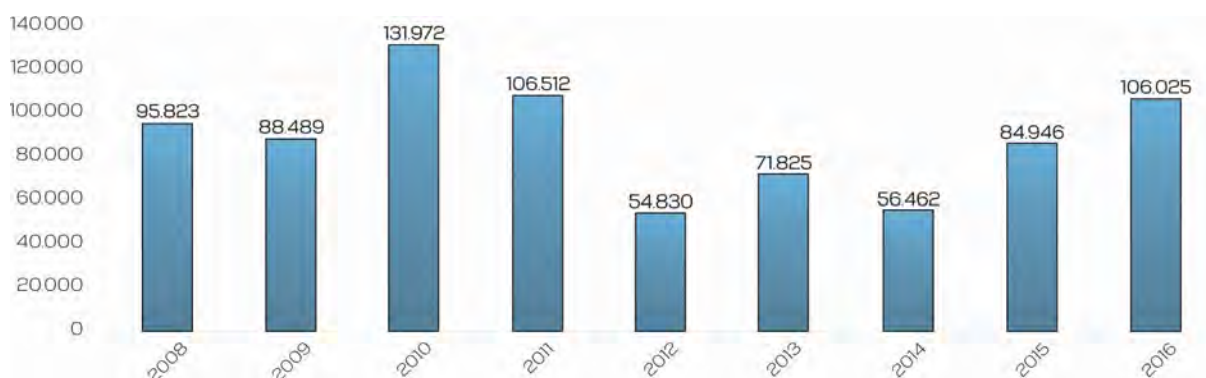


Gráfico 4 | Venda por famílias em 2016

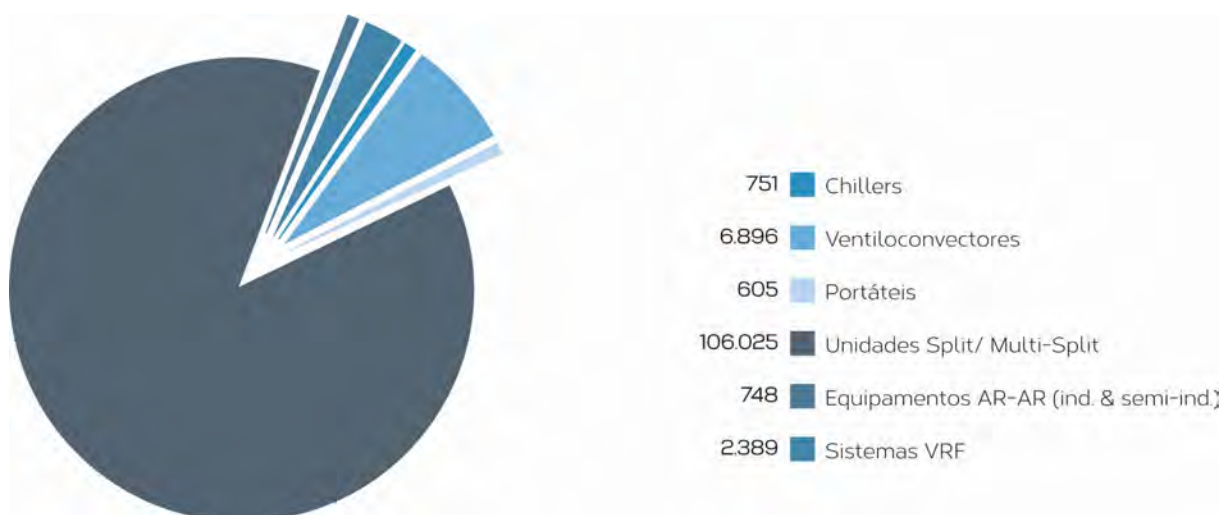


Gráfico 5 | Evolução de vendas Chillers

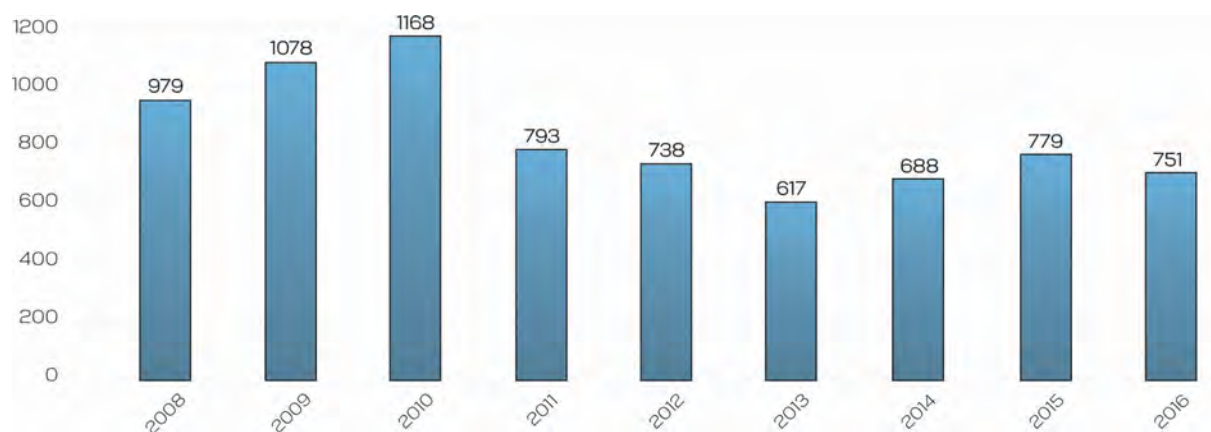


Gráfico 6 | Evolução de vendas Ventiladores

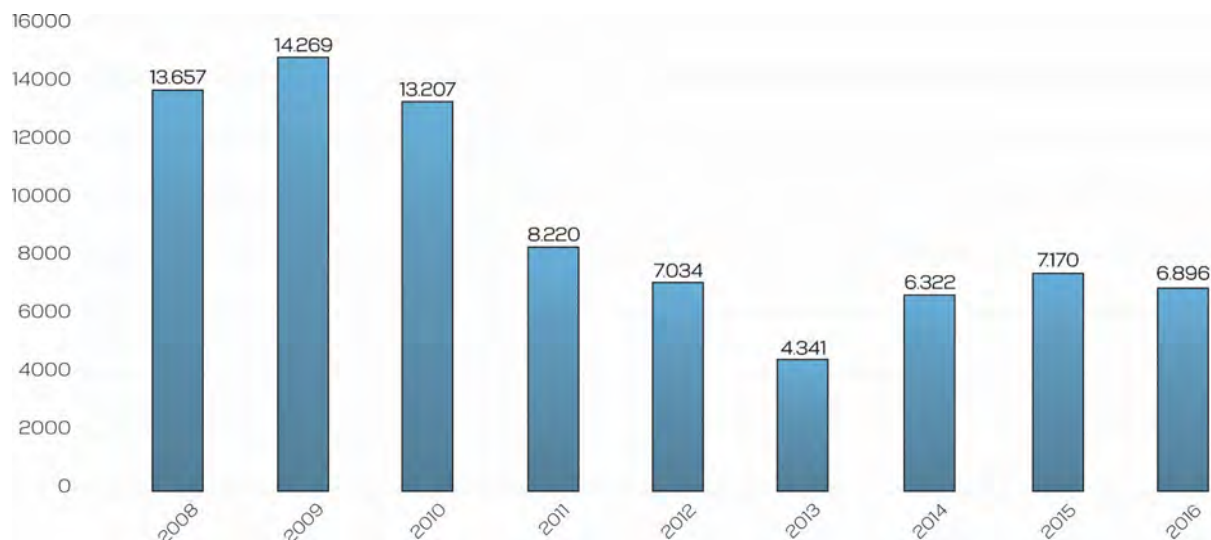


Gráfico 7 | Evolução de vendas Sistemas VRF

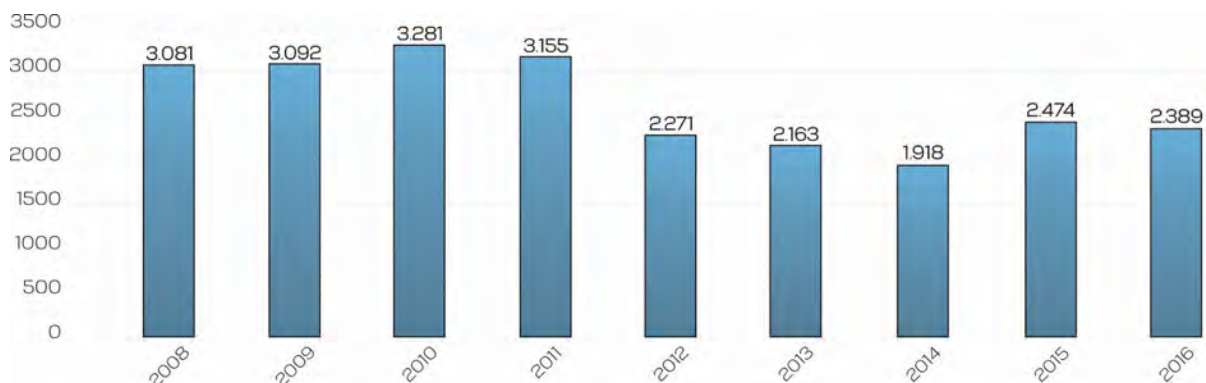


Gráfico 8 | Evolução de vendas Portáteis

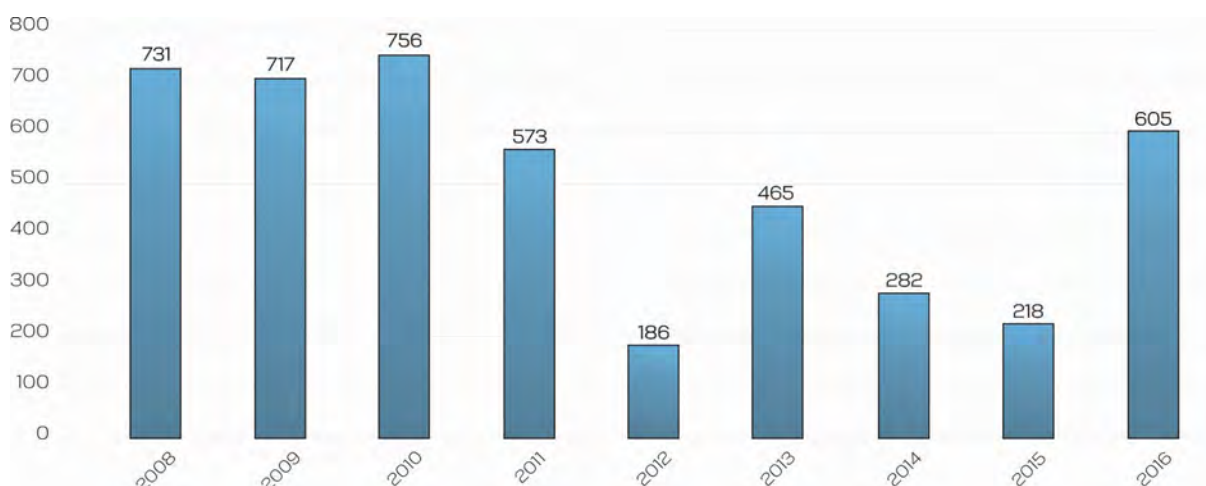
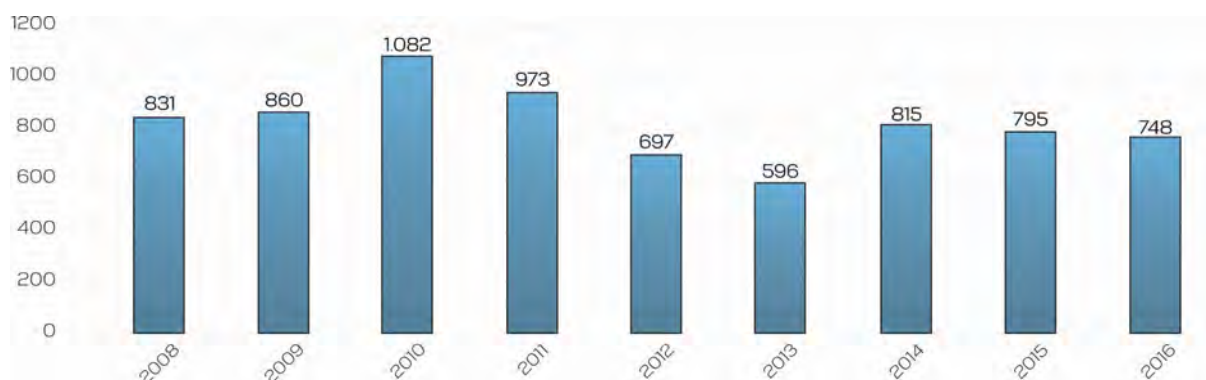


Gráfico 9 | Evolução de vendas de Equipamentos Ar-Ar (Industriais e Semi-industriais)





Quadro 3 | Evolução do mercado por principais famílias de equipamentos

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portáteis	717	756	573	186	465	282	218	605
Unidades Split/ Multi-Split	88.489	131.972	106.512	54.830	71.825	56.462	84.946	106.025
Equipamentos AR-AR (ind. & semi-ind.)	860	1.082	973	697	596	815	795	748
Sistemas VRF	3.092	3.281	3.155	2.271	2.163	1.918	2.474	2.389
Chillers	1.078	1.168	793	738	617	688	779	751
Ventiloconvectores	14.269	13.207	8.220	7.034	4.341	6.322	7.170	6.896

## Comissão de Instaladores, Manutenção e Assistência Técnica

### Consultório Técnico – Apoio a Instaladores Associados

Das consultas atendidas, telefonicamente, via email, ou presencialmente, destacamos a abordagem dos seguintes temas principais:

#### EFICIÊNCIA ENERGÉTICA e QUALIDADE DO AR INTERIOR | Decreto-Lei n.º 118/2013

- » Funções do técnico de instalação e manutenção - TIM II e TIM III;
- » Manutenção de sistemas AVAC em clínicas médicas e prevenção da Legionella;
- » Portaria nº 349-D/2013 - medição de consumos.

#### GASES FLUORADOS | Regulamento (UE) nº 517/2014

- » Certificação mútua de técnico de F-Gases equipamentos fixos e de unidades de refrigeração de camiões e de reboques refrigerados;
- » Detecção de fugas - Obrigações dos Operadores;
- » Certificação de Empresas Associadas.

#### ODS | Decreto-Lei n.º 152/2005

- » Renovação de certificado de técnico de ODS.

#### REGULAMENTO DE BENS EM CIRCULAÇÃO | Decreto-Lei n.º 198/2013

- » Folha de obra.

#### **SEGURANÇA | Regulamento (CE) nº 37/2005 e esclarecimento da DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária)**

- » Registadores de temperatura em instalações frigoríficas.

#### **SEGURANÇA | Portaria nº 773/2009**

- » Inscrição na Autoridade Nacional de Proteção Civil.

#### **SEGURANÇA | Decreto-Lei n.º 273/2003**

- » Fichas de segurança em obra.

#### **Atividade da Comissão**

No desenvolvimento dos trabalhos relativos ao ano de 2017, deram o seu contributo as empresas: Alfibraga, Ar Watt, Cimagon, Cisec, Duarclima, Engie, Friar, Granjair, J.J. Tomé, J. Rocha & Rocha, Nuno Strothmann & Ribeiro, Qaiassiste, RCA, Rui Costa Alves e Servassiste.

Realizaram-se sete reuniões no período de 2017, tendo sido os seguintes os principais temas desenvolvidos pela Comissão:

- » Certificação dos técnicos e das empresas;
- » Livrete de controlo de viaturas;
- » Aquisição de materiais e fluidos frigorigéneos;
- » Surto de Legionella – Comunicado da APIRAC – Análise e comentários sobre a situação;
- » Medições e Orçamentos – Tempos de mão-de-obra;
- » Garantias Técnicas.

#### **Comissão de Sistemas de Gestão Técnica de Edifícios**

Como tem sido hábito, esta Comissão criada em 2011, tem desenvolvido os seus trabalhos de uma forma regular, no sentido de influenciar as entidades reguladoras, nomeadamente junto da ADENE, no que respeita à implementação do Decreto-Lei n.º 118/2013, sobre a Certificação Energéticas dos Edifícios, na incidência dos sistemas técnicos de controlo, regulação e gestão técnica.



Continuam a fazer parte da Comissão e do grupo de trabalho deste segmento, as seguintes empresas: Contimetra, Domebus, Dosapac, Domótica, Easycontrol, Geoterme, Infrasecur, Malvar Controls, Microprocessador, Priac, Sauter Ibérica, Schneider Electric e Siemens.

Da sua atividade no ano de 2017, salienta-se o 2º Encontro de Gestão Técnica Centralizada, realizado em 16 de maio no Porto, com ênfase na divulgação do Guia Técnico de apoio ao projeto e à manutenção dos sistemas de regulação, controlo e gestão técnica em edifícios, e na aplicação da Norma EN 15232 e respetivo enquadramento legal.

Esta Comissão reuniu-se regularmente, concretizando 10 reuniões em 2017, entre Lisboa e Porto, desenvolvendo temas do interesse comum, nomeadamente:

- » Preparação do 2º Encontro de Gestão Técnica Centralizada realizado no Porto;
- » Recolha de dados estatísticos de vendas, relativamente ao ano civil de 2016  
Concluiu-se ter havido uma melhoria de resultado em 16% relativamente a 2015, situação que já se tinha verificado em 2015 com uma melhoria de 4% relativamente a 2014, do mercado global de controlo e gestão técnica no nosso país, o que evidencia a tendência de ligeira subida do mercado deste segmento, depois de quebras de 25% em 2014 relativamente a 2013, e em 2012 face a 2011, o que provavelmente continua a ser um reflexo do mercado de reabilitação de edifícios de comércio e serviços.
- » Formação e certificação de técnicos de GTC  
Para além de um dos objetivos já atingidos pela Comissão quanto à criação de um Alvará de instalação de sistemas de GTC (18ª subcategoria da 4ª Categoria – Instalações Elétricas e Mecânicas), segue-se um outro relacionado com a formação e certificação dos técnicos e da certificação futura das empresas;
- » Abordagem junto da ADENE quanto a adoção dos requisitos de GTC para melhoria do Certificado Energético dos edifícios do SCE;
- » Guia Técnico - Avaliação da necessidade de reedição da 1ª Edição revista;
- » Preparação da intervenção da Comissão no evento da ANPQ (Associação Nacional de Peritos Qualificados);

- » Análise das alterações da Norma EN15232:2012 relativamente à nova versão de 2017 (*Energy Performance of Buildings - Energy performance of buildings - Part 1: Impact of Building Automation, Controls and Building Management - Modules M10-4,5,6,7,8,9,10*);
- » Preparação da intervenção da Comissão nas Jornadas da Ordem dos Engenheiros da Especialidade de Climatização realizada em 26 de outubro de 2017, subordinadas ao tema da Gestão Técnica em edifícios;
- » ONS APIRAC – Comissão Técnica de Normalização CT-185 – Integração da Subcomissão SC3 de Gestão Técnica;
- » Definição do próximo “Encontro GTC” a realizar em 2018.

Tal como nos anos anteriores, reafirma-se que os principais objetivos a atingir pela Comissão de Trabalho de SGTE são os de elevação do reconhecimento do segmento na atividade da construção e, ainda, fomentar a regulação da atividade desta especialidade no âmbito das instalações especiais, tendo por base, nomeadamente, a legislação relacionada com a eficiência e a certificação energética dos edifícios, além da legislação relativa à atividade da construção.

## **DEPARTAMENTO JURÍDICO**

### **ÓRGÃOS SOCIAIS E ATIVIDADE GERAL DA ASSOCIAÇÃO**

O Departamento desenvolveu a sua atividade no apoio jurídico à Direção e aos Departamentos e serviços da associação, incluindo às associações participadas APIEF e CENTERM, nos assuntos da área jurídica e de contencioso (análise da legislação sectorial, emissão de pareceres, elaboração de contratos, recursos humanos e questões laborais, etc.).

### **LEGISLAÇÃO E CONTENCIOSO LABORAL | INFORMAÇÕES JURÍDICAS**

Foi garantido aos associados a habitual assessoria na área do direito laboral, tendo por base o regime decorrente do Código do Trabalho (2009) e os IRCT (Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho) aplicáveis ao setor.

Por escrito foram dadas 37 informações jurídicas aos associados.

Atendimento presencial e telefónico sempre que solicitado.

Foram elaboradas circulares sobre vários diplomas legislativos com interesse setorial e de carácter geral, com destaque para:

- Atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida para 2017 (Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de dezembro);
- Terça-feira de carnaval (feriados facultativos – Código do Trabalho/ IRCT);
- Campanha Ibérica de Prevenção de Acidentes de Trabalho (ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho);
- 5ª. alteração ao regime jurídico do livro de reclamações (Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho);
- 9ª. alteração ao Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto).

**IMPIC, I.P.**

A APIRAC manteve a sua presença como membro efetivo a CCEC – Comissão de Classificação de Empresas de Construção, no âmbito do IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, IP.

Durante o ano de 2017, o Departamento de Alvarás, que tem por missão apoiar os associados nesta matéria, deu conhecimento dos procedimentos necessários para a concessão e reclassificação e pagamento anual das taxas devidas, nomeadamente através de várias circulares informativas (controlo oficioso/ taxa anual de regulação para a atividade da construção 2017; comprovação do requisito de capacidade económico-financeira/ balanço e demonstração de Resultados fechados a 31 de dezembro de 2016).

Por seu turno, no âmbito do apoio na preparação e organização dos processos para obtenção de alvará, incluindo elevações de classe, foi responsável pela instrução e entrega de:

- 6 Processos de ingresso alvará de empreiteiro de obras públicas;
- 1 Processo de ingresso certificado de empreiteiro de obras públicas;
- 1 Processo de novas habilitações / subcategorias;
- 2 Processos de adição / substituição alteração quadro técnico.

## **DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO**

### **ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO**

A APIRAC acompanha a regulamentação específica do Setor que representa, assumindo a APIEF, desta forma, uma posição estratégica na área formativa ao articular respostas formativas completamente integradas e ajustadas às necessidades despoletadas por essa mesma regulamentação, quer no aspeto de conceção, organização e desenvolvimento de formação, quer na credenciação e consultoria, que em grande parte envolve a formação do capital humano, quer ainda noutros âmbitos de actividade pela agregação de competências das outras suas associadas.

Junto da APIEF, a APIRAC constitui-se fonte primordial de transferência de saberes, conhecimentos e historial formativo. É enquadrado com a vertente da missão que visa assegurar a qualificação técnica e profissional nas áreas abrangidas pelas indústrias térmica, energia e ambiente, que se promove o desenvolvimento de actividades de formação, contribuindo assim para capacitar o desempenho profissional nestas áreas de actividade económica e para elevar a competitividade setorial.

As actividades desenvolvidas pela APIEF em 2016 são aqui de seguida resumidamente relatadas.

### **DADOS DE EXECUÇÃO FÍSICA**

O Balanço de actividade de 2017 procura fazer uma avaliação global dos resultados da actividade formativa em articulação, com os objetivos estratégicos, incidindo sobre os seguintes pontos:

- Avaliação da execução física;
- Resultados da avaliação do grau de satisfação clientes;
- Avaliação da actividade formativa.

A APIEF planeou concretizar as seguintes actividades no período de referência deste Balanço:

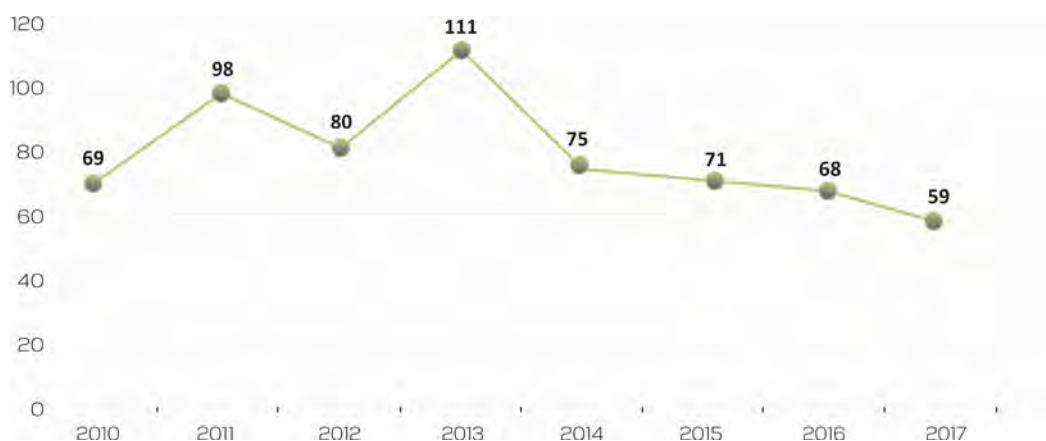
- Elaboração do Plano de Formação Plano de Formação 2017/ 2018;

- Comunicação e imagem institucional – manutenção do site APIEF e da página de Facebook institucional da APIEF;
- Estudo e conceção do novo site da APIEF a editar em 2018;
- Bombas Recuperadoras Promax no âmbito da formação para o Manuseamento de Gases Fluorados;
- Preparação e Elaboração de conteúdos e execução de novos cursos de formação presencial designadamente:
  - » Apoio à Certificação em Climatização e GTC/Energia em Edifícios dirigido a candidatos a exame CENTERM para certificação de sistemas de climatização;
  - » Monitorização e Verificação das Condições do Ambiente Interior - M&VCAI, dirigido a candidatos a exame CENTERM para certificação de sistemas de monitorização & verificação das condições do ambiente interior,
- Execução de novos cursos: Eletricidade Aplicada a Equipamentos Domésticos de AVAC&R (Prático); Certificação Climatização GTC e Manutenção e Arranque e Equilíbrio de Sistemas;
- Revisão dos conteúdos programático formativos, nomeadamente do curso de Gases Fluorados aplicados aos regimes B-learning e presencial;
- Parcerias – Desenvolvimento e concretização de projetos em curso, manutenção das parcerias existentes, designadamente com a Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal, através da lecionação de mais um curso Técnico Superior profissional em Climatização e Energia, nível 5. A APIEF assegura a divulgação, as instalações e condições logísticas para a realização de 2 cursos com duração de 2 anos, 1 iniciado em 2016 e outro em 2017;
- Manutenção da candidatura a 1 nova turma de Aprendizagem: Lisboa;

- Elaboração e submissão de 2 candidaturas ao programa de incentivo financeiro Portugal 2020, no âmbito da Formação Modular Certificada (POISE), para a Região de Lisboa e para a região do Algarve;
- Elaboração do Plano de Formação 2017;
- Comunicação e imagem institucional – atualização;
- Criação e manutenção da página Facebook institucional da APIEF.

A atividade da APIEF desenvolvida em 2017 foi de encontro à nossa vocação como Centro de Formação Profissional na área da indústria térmica, energia e ambiente.

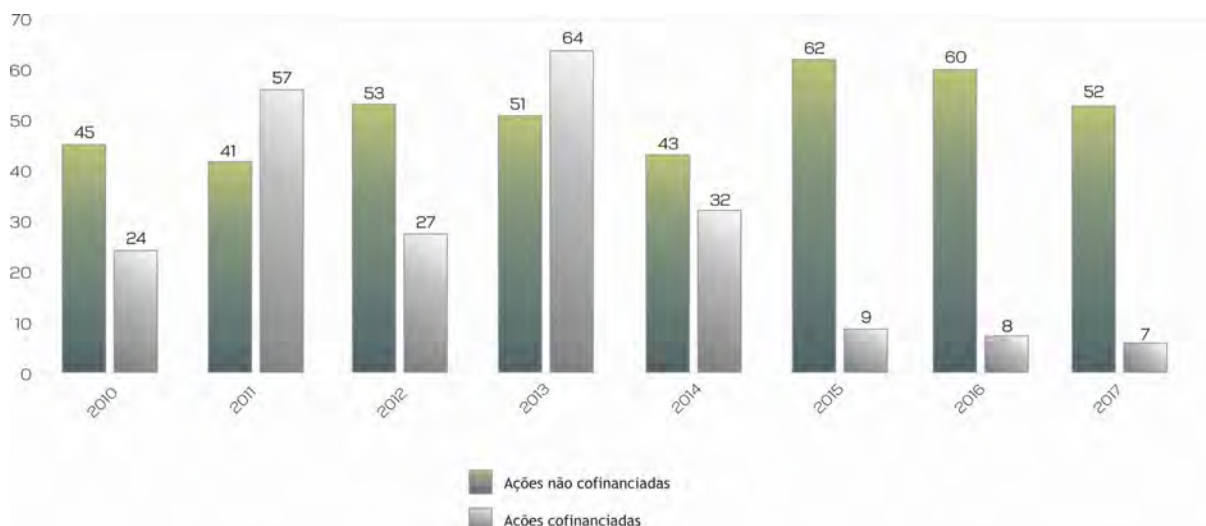
Gráfico 10 | evolução número total de ações 2010-2017



De acordo com Figura nº 1, referente à Evolução do n.º de ações que decorreram entre 2010 a 2016, verifica-se que houve um crescimento no ano de 2013, contudo um decréscimo a partir de 2014, consequência de um menor volume de formação de ações cofinanciadas, pela não abertura de candidaturas a Portugal 2020 – POISE: Formação Modular Certificada.

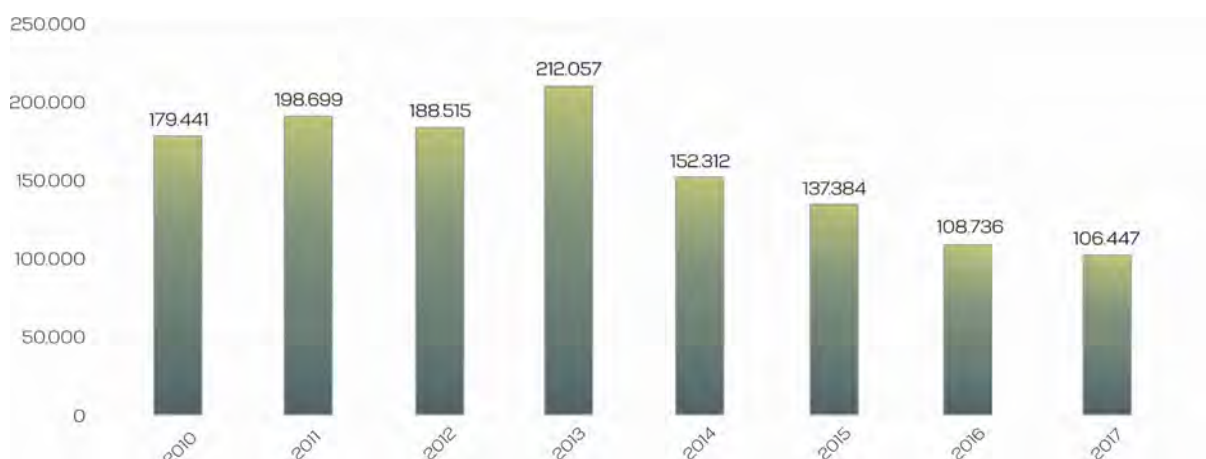
Em 2017 foram executadas 59 ações distribuídas por diferentes tipologias e modalidades de formação.

Gráfico 11 | nº total ações quanto ao financiamento 2010-2017



Com exceção do ano de 2013, no qual o nº de ações designadas por cofinanciadas teve maior representatividade e que contemplam os cursos de Formação e Qualificação Inicial de Jovens/ Aprendizagem e Formação Modular Certificada enquadrada no Programa Operacional Potencial Humano (POPH), os cursos não cofinanciados têm maior expressão quanto ao nº de ações executadas.

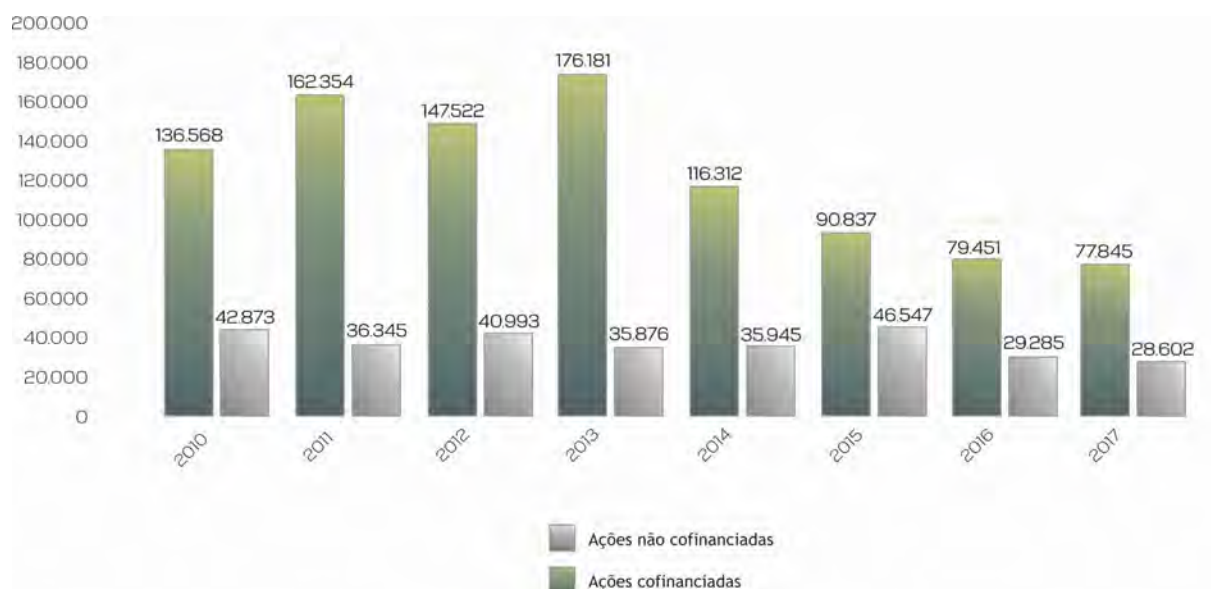
Gráfico 12 | evolução volume de formação



De acordo com o gráfico 3, que corresponde à evolução do volume de formação no período de 2010 a 2017 (n.º total de horas x n.º total de formandos), verificamos que houve um decréscimo a partir de 2014, acentuando-se essa descida em 2016 com o menor volume desde 2010.

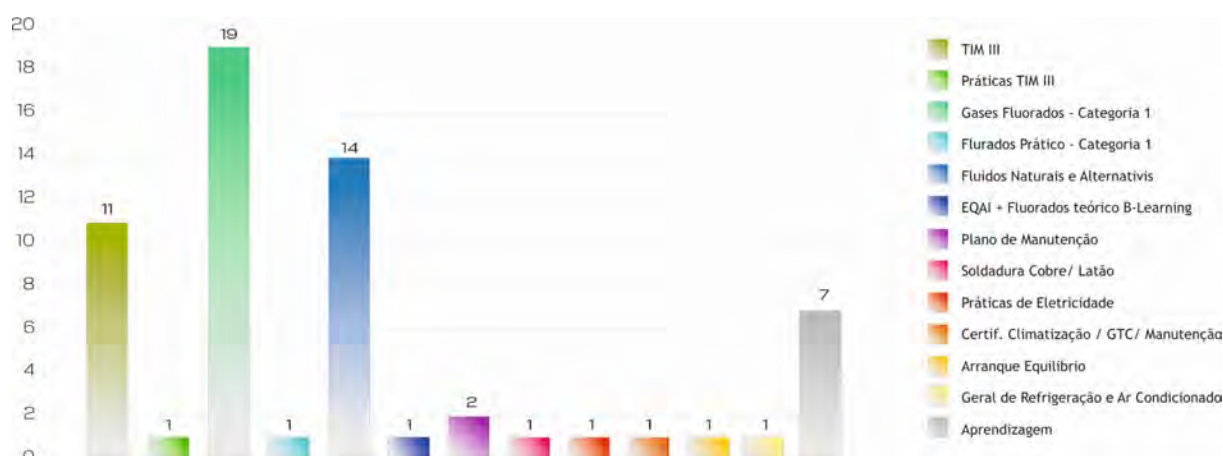


Gráfico 13 | volume de formação por tipo de financiamento 2010-2017



Quando observamos a evolução do volume de formação por tipo de financiamento verificamos que é significativamente maior na formação cofinanciada através da execução dos cursos Sistema Aprendizagem de dupla certificação, tendo, contudo, decrescido a partir de 2014, como resultado da não execução da Medida Formação Modular Certificada. Os projetos Norte e Centro não obtiveram aprovação nos respetivos Programas, e no projeto Algarve não houve dotação financeira do Programa Algarve 2020. O projeto Lisboa 2020 continua a aguardar pela decisão de aprovação.

Gráfico 14 | nº total de ações por curso 2017



Na formação não cofinanciada houve um decréscimo acentuado quanto ao volume de formação, embora tenha mantido valores similares quanto ao número de ações executadas. Tal deveu-se a um acréscimo de ações de curta duração em detrimento de cursos com maior duração, assim como a execução de algumas ações constituídas com menor número de formandos.

Como podemos verificar na figura 5, relativa ao número de ações por curso nos regimes presencial e b-learning, destacam-se os seguintes cursos:

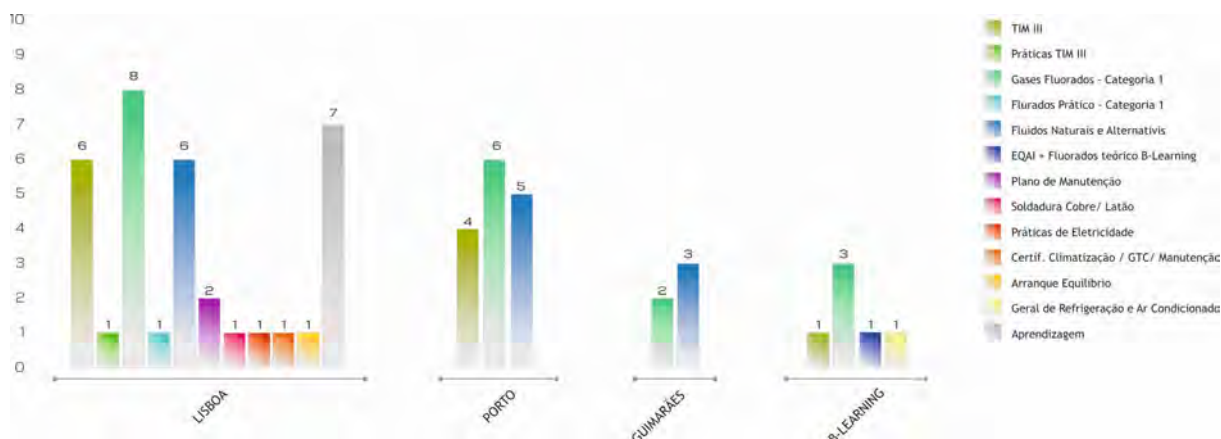
As ações de Preparação para o Exame de Certificação Gases Fluorados - Categoria 1 de 51 horas, de acordo DEC- Lei n.º 56/2011, de 21 de abril, com o total de 19 ações, mais uma ação comparativamente a 2016.

O curso Fluidos Naturais e Alternativos com o objetivo de proporcionar competências ao nível da nova geração de fluidos, contou com 14 ações de formação, igualando o ano anterior.

O curso de Preparação para o Exame de Certificação TIM3, com 11 ações praticamente duplicou o no de ações face ao ano anterior, devido a aproximação da possibilidade de certificação via exame, de acordo com a atual legislação.

Os cursos Aprendizagem a decorrer em Lisboa: Técnicas de Refrigeração e Climatização, nível 4: 7 ações em Lisboa. 2 turmas concluíram o período formativo em 2016, tendo a APIEF integrado 2 novas turmas no último trimestre de 2016.

Gráfico 15 | nº total de ações/ curso/ região 2017



Considerando a distribuição geográfica, Lisboa continua a ter significativa execução face aos restantes locais, com destaque para o curso Preparatório à Certificação para o Manuseamento de Gases Fluorados – Categoria 1, e o curso Técnicas de Refrigeração e Climatização, nível 4, realizando cursos de formação cofinanciada e não cofinanciada.

O regime b-learning veio estrategicamente substituir as ações descentralizadas. A plataforma de e-learning para o desenvolvimento da componente teórica e a concentração da formação prática e presencial em regime intensivo tem permitido que técnicos oriundos do Algarve, Centro, Açores e Madeira frequentem estas ações com menores custos associados, sendo uma alternativa à formação presencial, apenas disponível em Lisboa, Porto e Guimarães.

Gráfico 16 | n.º de formandos por tipo de financiamento

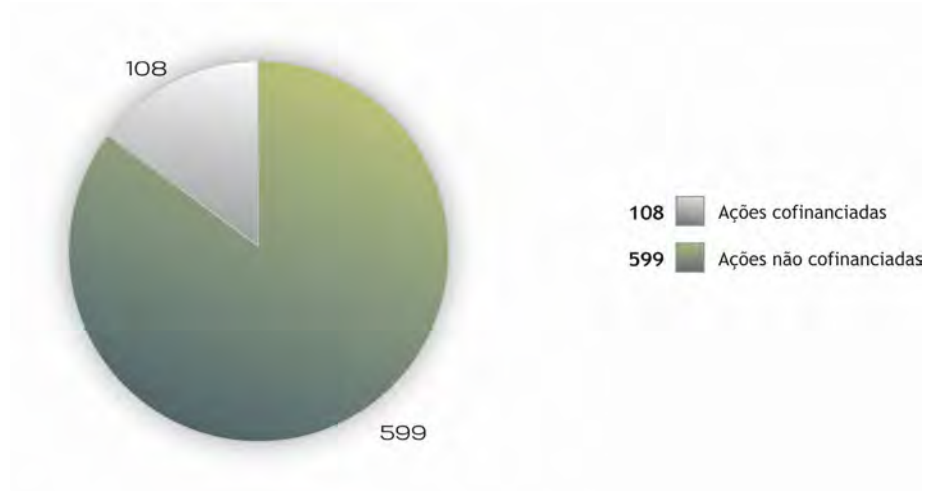
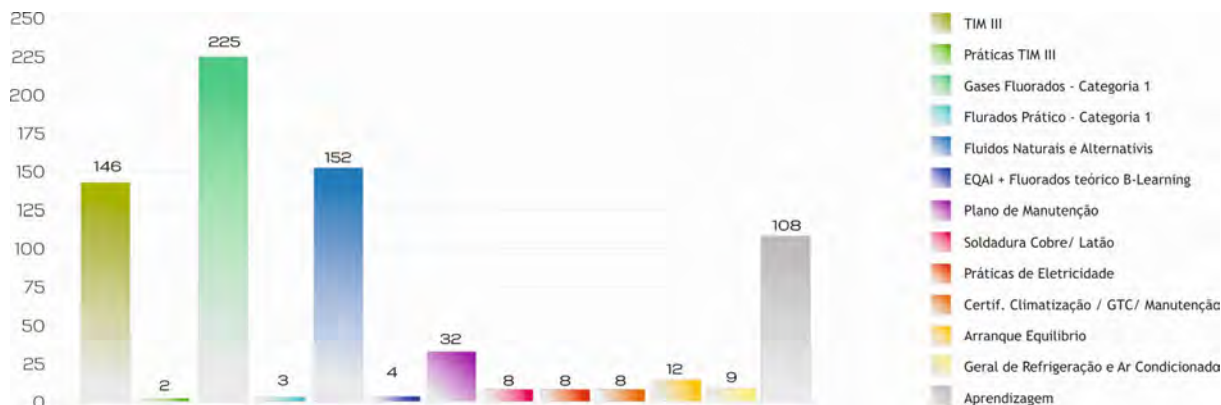
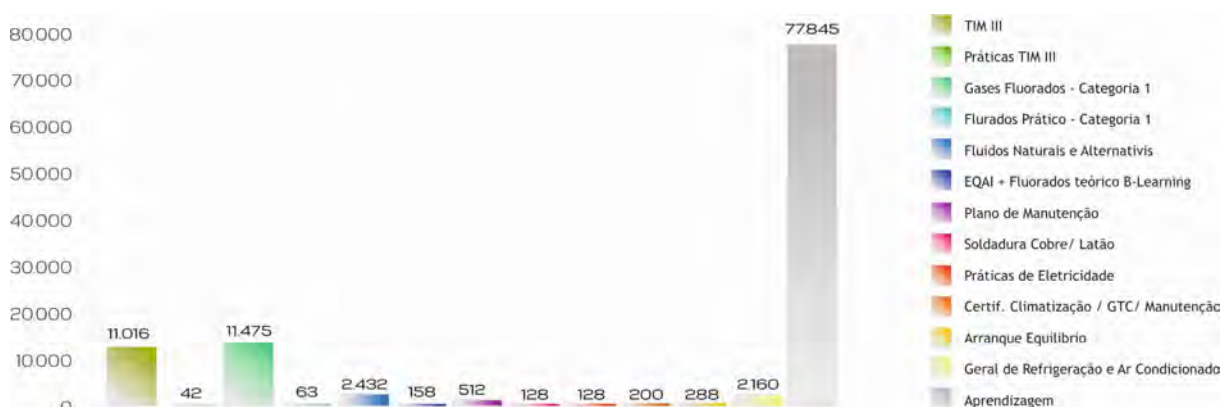


Gráfico 17 | n.º total de formandos por curso de 2017



No total 707 formandos frequentaram uma ação de formação na APIEF em 2017, dos quais 599 formandos frequentaram uma ação não cofinanciada e 108 formandos frequentaram uma ação cofinanciada, com a seguinte distribuição por curso:

Gráfico 18 | volume total de formação por curso 2017



Em 2017 a APIEF apresentou os seguintes valores quanto ao Volume de formação:

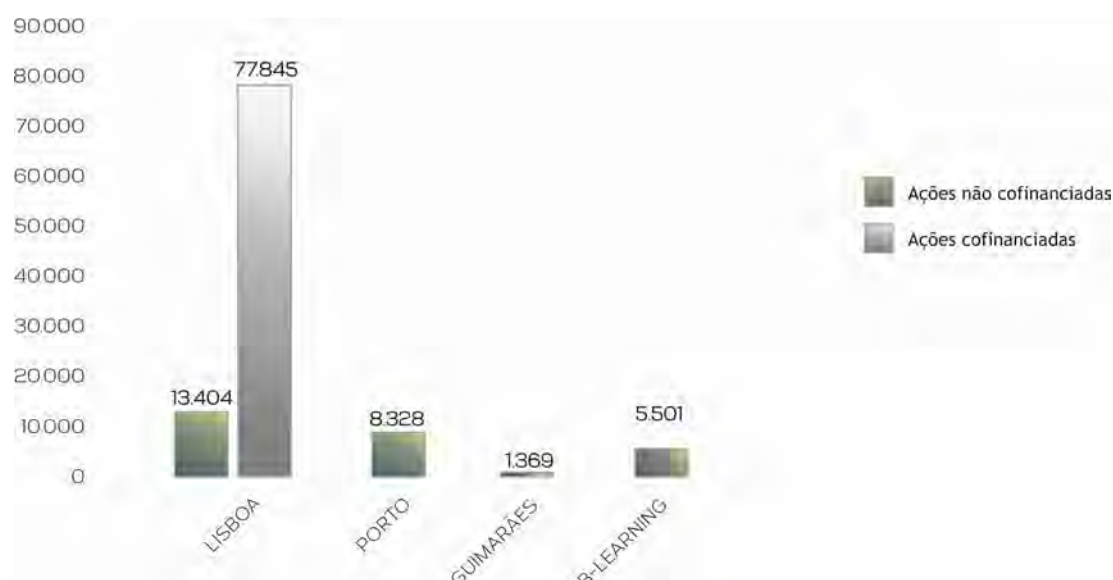
- » Volume total de formação: 106.447 horas
- » Volume de formação em ações não cofinanciadas: 28.602 horas
- » Volume de formação em ações cofinanciadas: 77.845 horas

A formação no âmbito do Sistema Aprendizagem detém o maior volume de formação face aos restantes cursos devido às características inerentes a esta tipologia, designadamente o número de horas diário no período de 2 anos e meio, elevando significativamente o volume de formação cofinanciada.

Em conformidade com o número de ações realizadas, o curso Preparatório para o Manuseamento para Gases Fluorados – Categoria 1 tem o 2º volume de formação mais elevado da atividade formativa da APIEF.

Quanto ao volume de formação por tipo de financiamento denota-se ainda uma dependência perante os incentivos financeiros.

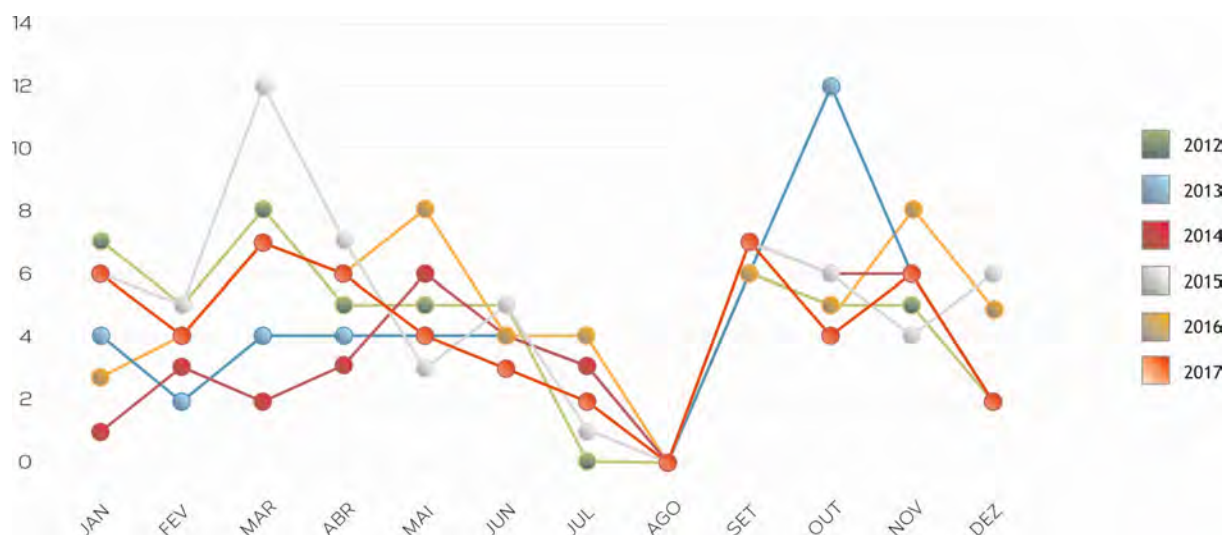
Gráfico 19 | Volume de Formação por Região 2017



Em relação à execução formativa por estrutura verificamos um volume de formação muito acentuado na estrutura em Lisboa. O maior índice de volume de formação corresponde aos cursos Aprendizagem.

Os cursos ministrados em Lisboa com maior representatividade apresentam a mesma linha de continuidade dos anos anteriores: a formação no âmbito do Sistema Aprendizagem e a formação no âmbito dos cursos de Preparação para o Exame de Certificação de Gases Fluorados.

Gráfico 20 | distribuição do n.º de ações não cofinanciadas iniciadas por mês 2012-2017



De acordo com o Gráfico 11 verificamos que a execução de ações não cofinanciadas em 2017 mantiveram a tendência mensal de outros anos, à exceção dos meses de maio com menor procura que no ano anterior.

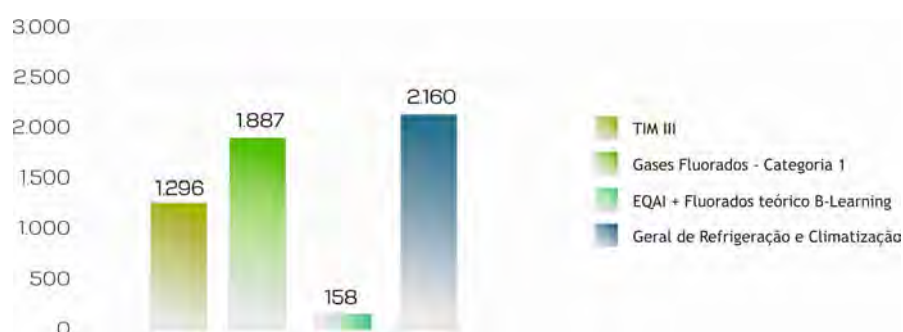
### B-learning

A formação no regime B-learning incorpora determinadas especificidades em parte pelas características inerentes do ensino a distância, embora a oferta da APIEF contemple sempre a componente prática em regime presencial.

Em 2017 foram disponibilizados os seguintes novos cursos nesta modalidade: Preparação para o Exame de Certificação Gases Fluorados - Categoria 1; Complemento TIM3; Geral de Refrigeração e Climatização.

Em conformidade com a formação presencial o curso de Gases Fluorados detém maior procura com o registo de 37 logins atribuídos, e o curso TIM3 com 16 logins, tendo descido para cerca de metade da procura comparativamente a 2016.

Gráfico 21 | volume formação por curso b-learning 2017



Quanto ao volume de formação o curso Gases Fluorados (51 horas) obteve maior volume, seguido do Geral de Refrigeração e Ar Condicionado com duração de 240 horas. A modalidade B-learning tem como principais interessados pessoas oriundas de outras regiões do país, com principal destaque Açores, Madeira e Algarve.



## **DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

O Departamento de Comunicação e Imagem da APIRAC tem procurado desenvolver iniciativas que prestigiem a imagem da Associação e dos seus Associados, procurando atualidade e proximidade nos projetos, assim como das suas potencialidades, atuando em observância aos objetivos estratégicos e às necessidades dos nossos Associados, bem como do setor da Climatização.

Para o efeito, considera-se a comunicação interna e externa, e a conciliação destas duas como uma das bases essenciais do seu trabalho, uma vez que pensamos que a concretização de uma imagem ajustada e assente em critérios credíveis interna e externamente decorrerá da nossa capacidade de desenvolver, com êxito, estas duas vertentes.

Internamente, o objetivo primordial é o de apostar e maximizar a comunicação e articulação interna dos serviços com vista a uma melhoria da comunicação, de uma forma geral. Externamente, o trabalho é desenvolvido em várias frentes. Aqui desenvolvem-se alguns instrumentos de trabalho, designadamente: a nossa Newsletter, com algumas das notícias e informação de maior destaque relacionadas com o Setor; os Websites, constantemente atualizados e direcionados para os nossos Associados ou potenciais futuros Associados; o cartão Associado APIRAC; e os nossos Eventos, onde se destacam as Sessões de Esclarecimentos, Conferências, Feiras e Seminários.

### **EVENTOS APIRAC**

O Gabinete de Comunicação e Imagem foi responsável, durante o ano de 2017, pela promoção de eventos institucionais da APIRAC.

### **WEBSITE APIRAC [WWW.APIRAC.PT](http://WWW.APIRAC.PT)**

O Site da APIRAC é um local privilegiado para se obter informação e para se estar constantemente ligado, por fácil acesso, ao Setor e à Associação, aos seus assuntos e conteúdos, registando um significativo crescente número de visitas, oriundos de todos os continentes, e prova disso são os *banners* publicitários provenientes de uma empresa dos EUA, que tem demonstrado um grande interesse em divulgar a sua empresa, produtos e serviços, através do nosso espaço on-line.

**NEWSletter APIRAC**

A NEWSletter é um veículo de informação no que diz respeito a notícias relacionados com o Setor, a tecnologias, a uma área específica destinada aos Associados, a Legislação, a Formação Profissional, a destaques e ainda uma zona de informação sobre eventos. A razão da sua criação tem sido comprovada ao longo do tempo e por essa mesma razão, queremos melhorá-la, para que continue a fazer parte do quotidiano dos nossos leitores. Em 2017 foram editadas 11 newsletters.

**ANUÁRIO APIRAC 2017**

Publicação integralmente assumida pela APIRAC, que enquanto Associação patronal considera indispensável a elaboração desta monografia como forma, não só de promoção dos Associados, mas de apresentação do próprio mercado representado.

**APIRAC NO FACEBOOK**

A APIRAC tem uma página no Facebook, aproveitando também esta via para promover conteúdos, notícias, novidades e imagens que julgamos poderem ser do interesse dos nossos Associados.

Como é do conhecimento comum, o Facebook é a maior rede social do mundo com números verdadeiramente impressionantes em termos de visitas, tráfego, utilizadores, visibilidade, etc. Só em Portugal, já são perto de 6 milhões de utilizadores. Por estes motivos, torna-se cada vez mais relevante fazer parte do Facebook e utilizar todo o seu poder para promover a aproximação mútua entre a Associação e as empresas.

Com a utilização da página do Facebook é possível facultar uma maior atualização, o que não dispensa nem substitui a subscrição da Newsletter, a receção de circulares e a visita ao site da APIRAC. A Newsletter e o website ([www.apirac.pt](http://www.apirac.pt)) continuarão a ser os meios de comunicação que utilizamos que permitem a maior condensação e organização da informação. Por outro lado, a receção de circulares está condicionada a Associados e colaboradores.



## **PUBLICIDADE**

Temos consciência que a publicidade é indispensável e através de campanhas, anúncios, *banners*, ou outros elementos publicitários, podemos chegar a mais interessados e salientar acima de tudo, que existimos, o que fazemos, e até onde pretendemos chegar. Assim, durante o ano 2017, realizámos alguns anúncios, com este mesmo intuito, de projetar, emitindo como carteira de propostas/ opções:

Anuário APIRAC

WEBSITE APIRAC

WEBSITE Cartão Associado APIRAC

Newsletter APIRAC

Diretório, site APIRAC

## **CARTÃO ASSOCIADO APIRAC**

O cartão Associado APIRAC é um cartão com uma série de vantagens e descontos num universo de serviços de Educação, Cultura, Saúde, Negócio, Turismo, Entretenimento e Lazer, para todas as empresas e colaboradores das empresas Associadas da APIRAC. Sendo válido por um ano, é renovável automaticamente, mediante uma situação regular no pagamento das quotas.

Produzido em PVC, apresenta as medidas Standard dos habituais cartões de crédito. Em cada cartão consta o nome da Empresa Associada, bem como o nome de cada utilizador do cartão, identificação de número de sócio, data de validade, contacto e número do cartão.

O projeto do cartão Associado é dinâmico, na procura de novos parceiros, aglutinando descontos e oportunidades, em número cada vez maior de modo a tornar este projeto sólido e evolutivo.

## **APIEF**

No decorrer do ano de 2017, o DCI monitorizou a plataforma web, trabalhando a inserção de conteúdos e a imagem dos documentos da APIEF.

Em 2017 houve ainda lugar à edição das Newsletters APIEF.

#### CENTERM

Apesar de ser mais uma estrutura independente da APIRAC, não deixa de forma alguma de lhe estar umbilicalmente ligado, ou não fosse também herdeiro de historial de património da Associação. De acordo com protocolo existente, o Departamento de Comunicação e Imagem da APIRAC desenvolve todo o tipo de projetos na sua área de intervenção para o Centro Tecnológico CENTERM.

Figura 5 | Logótipo do CENTERM



## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

A atividade registou um crescimento de 10% face ao ano anterior, tendo sido atingidos, na generalidade, os objetivos estabelecidos no plano operacional. Apresenta-se de seguida alguns destaques.

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Tendo em vista a otimização e eficiência de processos, procurando adotar as melhores práticas e adequar a estrutura organizativa, de modo a oferecer um serviço de excelência aos nossos associados, a APIRAC apresenta uma estrutura de sistemas de informação assente na *Active Directory* do *Microsoft Windows Server 2007*. O servidor tem a função de *File Server*, *DNS Server*, *DHCP Server*, *Print-Server* entre outros. Neste mesmo servidor encontra-se instalado o *Microsoft Exchange Server 2007*, que gere as contas de mails de dois dos domínios do universo associativo (*apief.pt* e *centerm.pt*). No domínio “*apirac.pt*” as contas de mails são geridas e alojadas na plataforma profissional de mail *Microsoft Office 365* com *Exchange Online*. O *Office 365* é uma suíte de aplicativos para escritório online por assinatura que oferece acesso a vários serviços e softwares construídos em torno da plataforma *Microsoft Office*. Dessa forma, o serviço dispensa qualquer tipo de instalação, bastando criar uma conta, para cada utilizador e tem a vantagem de estar sempre atualizado e fornecer ao utilizador sempre a última versão do(s) software(s).

Os backups são efetuados com recurso ao *Windows Server Backup*, sendo efetuados diariamente para um disco externo, em sistema de rotação. Uma vez por semana a responsável de TI interno efetua a troca dos discos externos, de forma a assegurar que em caso de avaria, os backups estejam sempre assegurados e salvaguardados. Cada disco de backup comporta 1 Tera de dados. A centralização de dados e o controlo de contas e-mail constituem vantagens da infraestrutura. As nossas caixas de endereço eletrónico não apresentam limitações ou restrições em termos de receção independentemente da dimensão das mensagens.

A APIRAC possui também uma VPN permitindo assim que utilizadores em locais remotos (Porto, Guimarães e Centros de Formação e Delegações em Lisboa, Porto e Guimarães), onde quer que

possuamos estruturas físicas, consigam aceder à estrutura através de um canal (VPN), usufruindo assim de todos os serviços e informação que necessitem. A VPN permite a todos os utilizadores partilhar pastas, com conteúdos e informação sempre acessível a cada um dos pontos. Esse canal é totalmente seguro, e simplifica a passagem e acesso a toda a informação.”

### **ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA**

Tendo como objectivo a obtenção de rigor na estrutura patrimonial a APIRAC beneficia dos serviços da empresa BTOC, empresa de Consultoria para área da Contabilidade e Fiscalidade. Os objetivos principais que a APIRAC pretende atingir com a colaboração da BTOC são os seguintes:

- Entrega das Demonstrações Financeiras mensalmente nos prazos definidos;
- Entrega das declarações fiscais atempadamente;
- Elaboração correta do processamento de vencimentos;
- Ter um parceiro e interlocutor na área contabilística e fiscal.

### **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

A APIRAC beneficia dos serviços da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Oliveira Reis e Associados. Enquanto órgão de assessoria ao Conselho Fiscal procede a auditorias trimestrais à contabilidade, fiscalizando permanentemente a atividade. Os seus relatórios constituem referenciais para a organização contabilística. Este esforço pelo rigor é assumido com entusiasmo em torno de critérios consistentes que permitam uma análise coerente entre os diversos anos.

### **QUADRO DE PESSOAL**

Em 2017 o número médio de trabalhadores pertencentes ao quadro foi de 11, a que se juntam mais dois colaboradores permanentes, em continuidade, sem vínculo contratual.

### **SEGUROS**

A APIRAC concede como regalia social aos seus funcionários um seguro de saúde de grupo Medis contratado junto do Millennium BCP. Tem ainda dois seguros Multirriscos junto da mesma entidade para as instalações da sede na Rua do Alecrim e do edifício da Rua José Estêvão (sede da APIEF).

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A APIRAC desenvolveu uma política de investimentos de grande contenção, em linha com os objetivos definidos, com especial incidência nas áreas das Infra-estruturas, Instalações e Tecnologias de Informação, nos diferentes espaços de atividades.

## SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

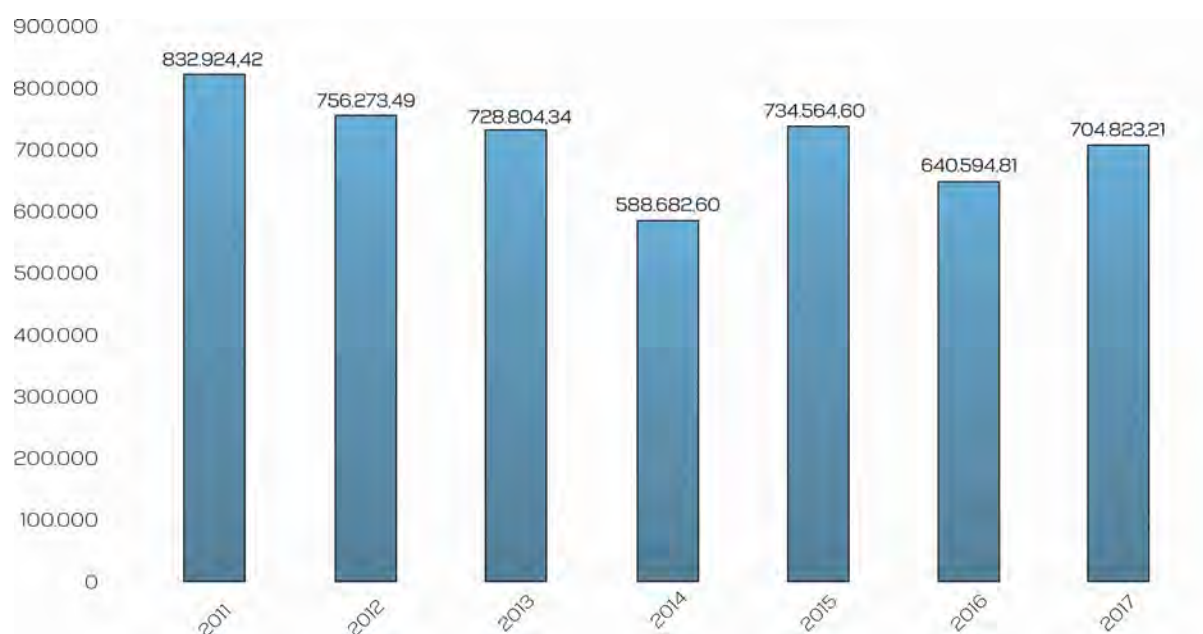
Os resultados da APIRAC espelham a consistência dos critérios e princípios contabilísticos adotados durante o exercício.

### Rendimentos e Ganhos

#### Atividade

A atividade associativa registou um crescimento em 10%, relativamente a 2016, em contraponto com a retração de 12%, quando comparado o período homólogo anterior, superando o previsto em orçamento, com uma execução orçamental de 108%.

Gráfico 22 | Evolução dos Rendimentos Operacionais



### Associados

No final do ano contavam-se 487 empresas associadas distribuídas pelos diversos segmentos de mercado representados pela APIRAC: Projeto, Consultoria e Certificação Energética; Fabrico; Distribuição; Instalação, Manutenção e Assistência Técnica; Qualidade do Ar Interior; e, Sistemas de Gestão Técnica de Edifícios.

Gráfico 23 | Evolução de Associados

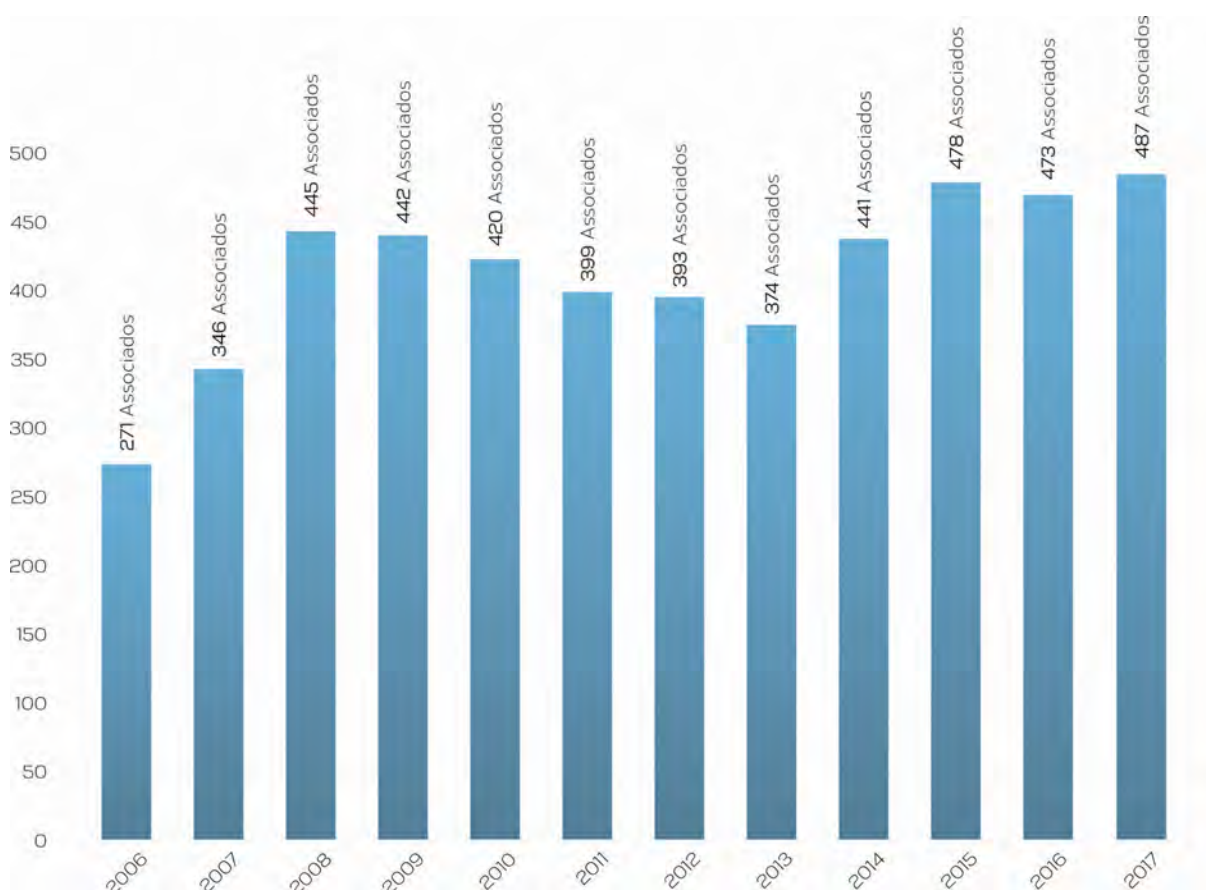
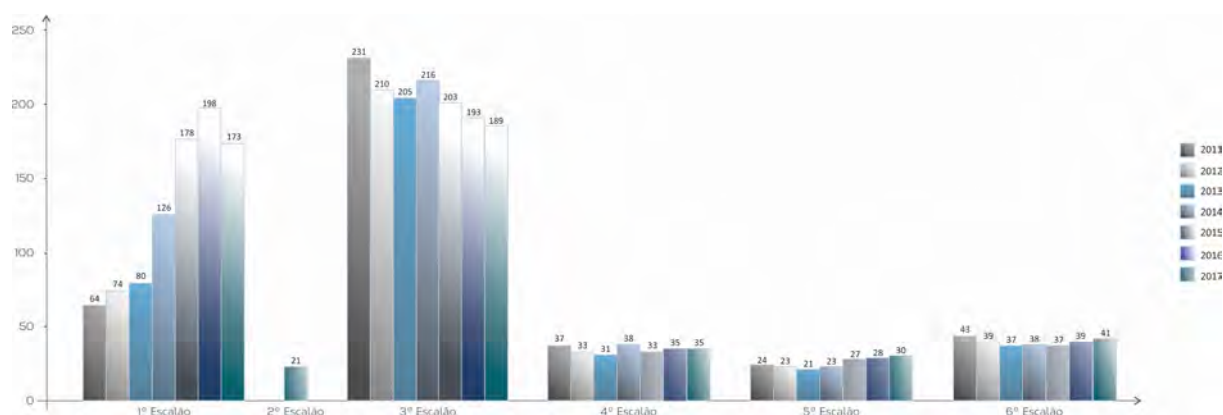


Gráfico 24 | Evolução da distribuição de Associados por quota em 31/12/2017



De assinalar o peso do conjunto de empresas enquadradas no primeiro escalão (quota de 15,00 euros/mês), que em 31/12/2017 se configurava como o segundo mais representativo com 173 empresas, representando 35% dos Associados. O novo segundo escalão (quota de 35,00 euros/mês) representa 4%, com 21 Associados. O terceiro escalão (quota de 50,00 euros/mês) passa a representar 39%, com 189 Associados, constituindo, de novo, o escalão mais representativo.

Os outros escalões, respeitantes a volume de negócios superiores a 1.250.000 euros, concentram 21% das empresas Associadas e são responsáveis por 57% da quotização recebida.

Gráfico 25 | Distribuição percentual de Associados por quota 2017

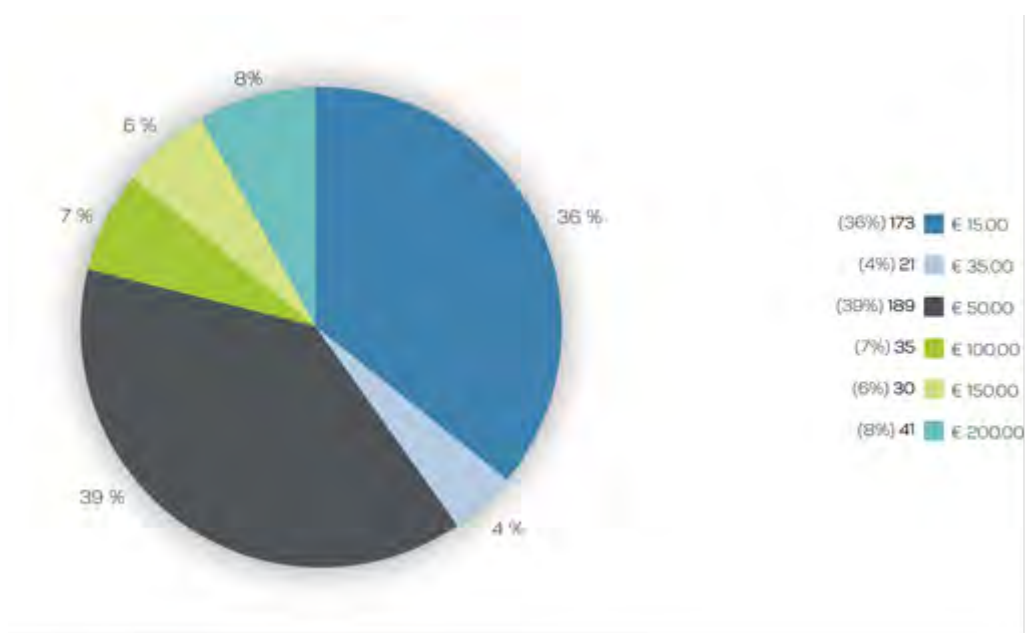
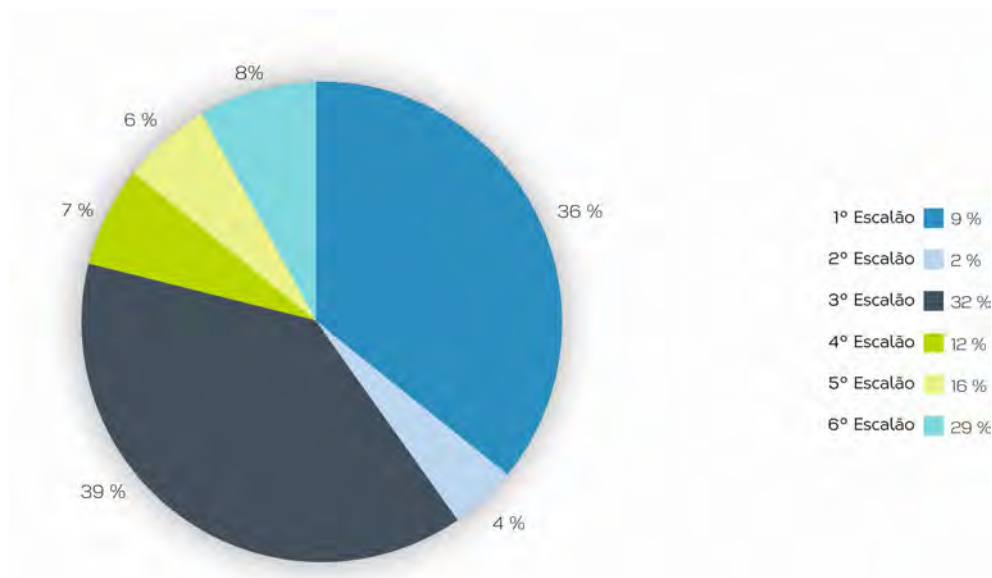


Gráfico 26 | Contributo financeiro por escalões de quotização



Daqui resulta que os três primeiros escalões representam, à data, 78% dos Associados, e geram 43% do valor proveniente do pagamento de quotas (50% em 2016).

Continua a assistir-se a um efeito de substituição por novas empresas: uns por iniciarem atividade; outros por agora aderirem à APIRAC. Este fenómeno tem tendência para continuar, o que tem relevância material e deve ser alvo de análise, enquanto fator de desequilíbrio orçamental crescente.

Em termos económicos, a rubrica Associados representa 49% da atividade operacional gerada em rendimentos operacionais (51% no período homólogo anterior), tendo registado um crescimento de +2%, face ao ano anterior (no período homólogo anterior verificou-se uma retração de 5%), e de +2% relativamente ao previsto em orçamento.

### Serviços de apoio à Formação e Certificação Profissional e Outros Serviços

Os serviços de apoio à APIEF e CENTERM representam 44% da atividade operacional. A rubrica Serviços de Apoio a Cursos da APIEF representa, em 2017, 27% dos rendimentos gerados (20% em 2016), no mesmo plano de rácios verificados em 2015. Os serviços de apoio ao CENTERM assumem em 2017 um peso relativo de idêntico no total da estrutura dos rendimentos operacionais: 16% (16% em 31/12/2016).



Outras prestações de serviços acompanharam o previsto em orçamento, com uma execução de 102%, representando em termos reais 8% das Prestações de Serviços. A destacar, o apoio institucional da ANREEE à APIRAC e os rendimentos em Eventos e Publicidade, que permitem registar o seguinte: Anuário 2017 24.347,50 €; encontros e-GAR 4.525,37 €.

Gráfico 27 | Prestação de Serviços 2017-2016

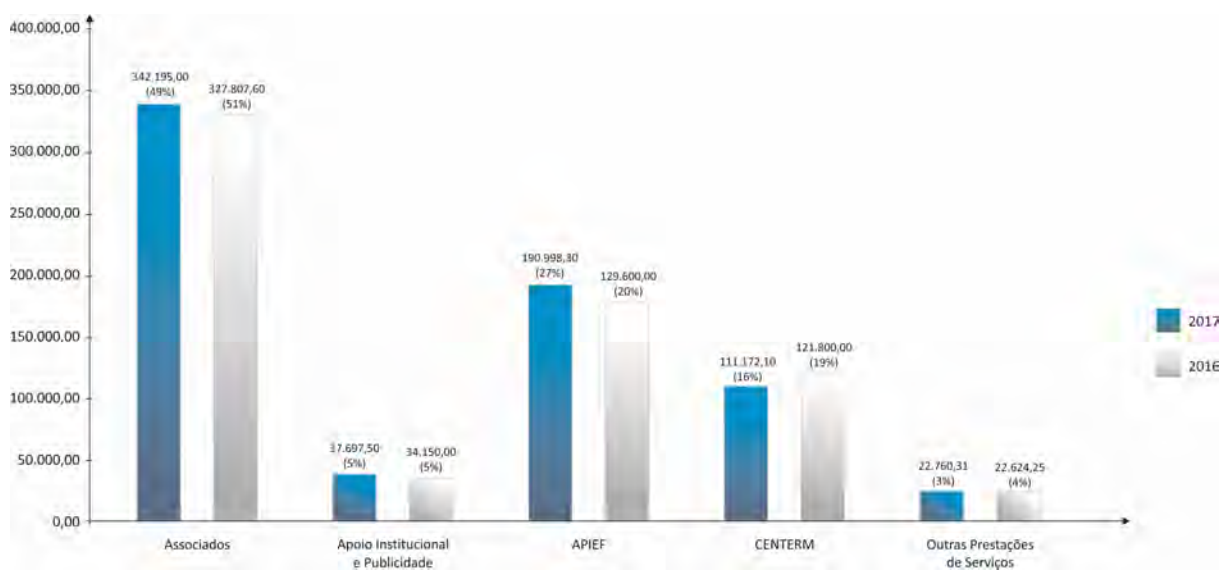
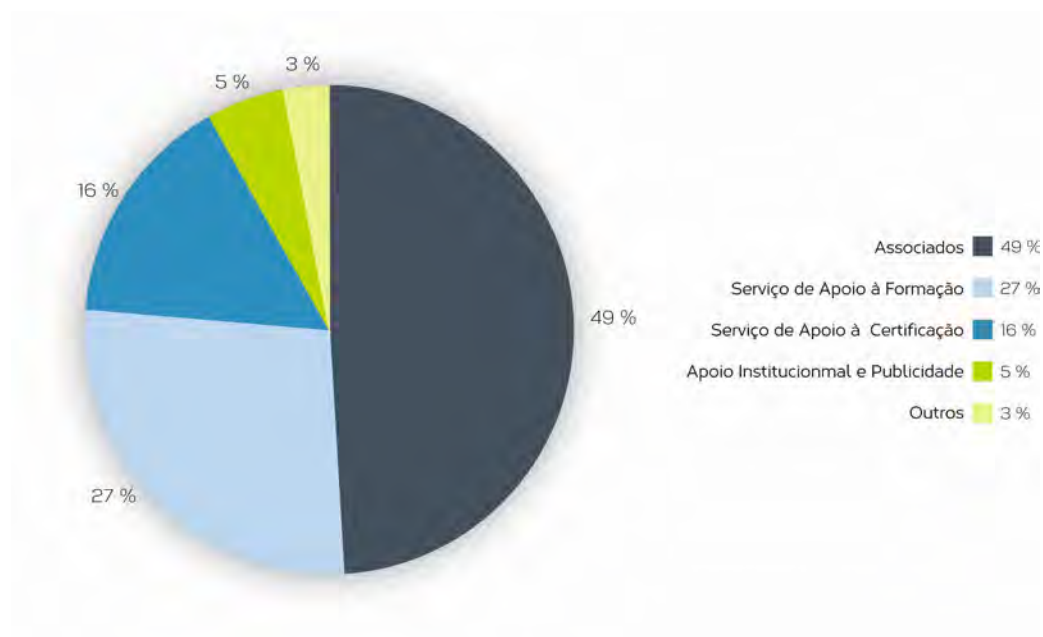


Gráfico 28 | Decomposição dos Rendimentos Operacionais 2017

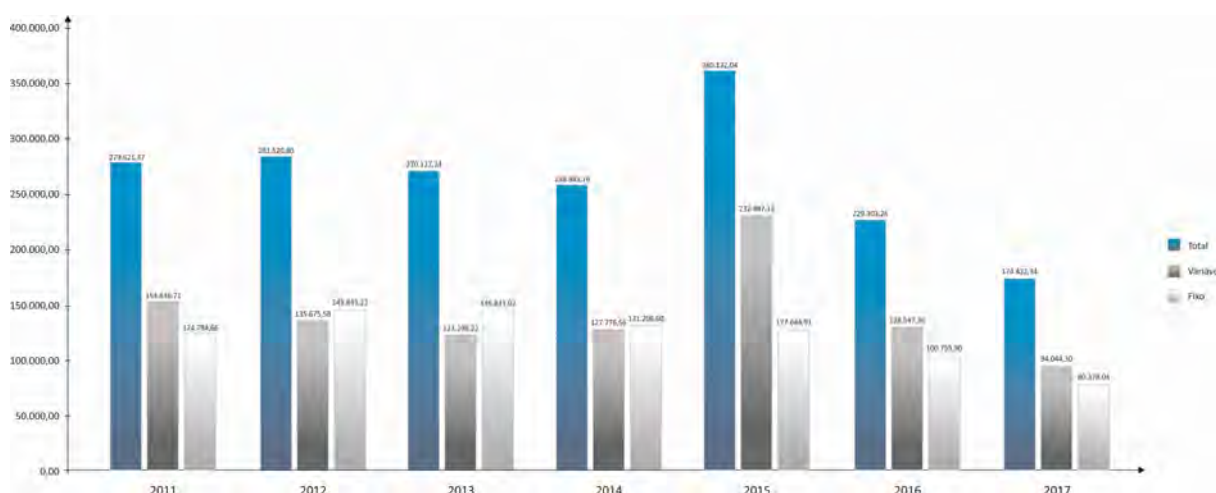


### Gastos e Perdas

Considerando os gastos em duas vertentes, sendo uma fixa e outra variável, justificam-se as seguintes considerações.

Numa análise aos fornecimentos e serviços externos diretamente relacionados com o nível de atividade, variáveis, portanto, atingiram o valor global de € 94.044, entre os quais, o valor despendido com reembolsos a Associados por despesas em examinação para efeitos de certificação técnica para o manuseamento de gases fluorados no CENTERM representou € 4.914 (€ 2.922 no ano anterior), este valor está lançado na subrubrica “Subcontratos”. Nas rendas e alugueres, os gastos assumidos com instalações e equipamentos afetos à atividade da APIEF e do CENTERM atingiram o valor de € 42.588. A esse valor acresce ainda € 28.167 relativos a juros de leasings, € 14.927 com a energia e água com as instalações, 2.713 com manutenção de equipamentos multifunções, representando no seu conjunto cerca de € 60.228. Faz-se notar que, no que se refere ao serviço da dívida com os leasings para a aquisição dos edifícios na Rua José Estêvão, os valores correspondentes à amortização de capital (€ 115.612) são lançados em conta corrente, merecendo tratamento como gasto apenas a componente de juros, pelo que em termos de pagamentos totais representam € 175.840. Na componente fixa, os gastos com fornecimentos e serviços externos (€ 80.378), refletem uma redução de 20% face ao registado no ano anterior, sendo que na componente variável registou-se uma redução de 27%. Na globalidade a rubrica FSE teve uma redução de -24%, com idêntico registo face ao orçamentado.

Gráfico 29 | Evolução dos FSE 2011-2017



Na rubrica Pessoal executou-se valor idêntico a registo no exercício anterior (variação de -1%). Globalmente, sem o efeito de valores a título de compensação à APIEF e CENTERM relativos à transação de imóveis, os custos fixos registam uma redução de 8% face ao ano anterior e com uma execução que acompanhou genericamente os valores orçamentados.

Gráfico 30 | Decomposição dos Gastos e Perdas Operacionais 2017

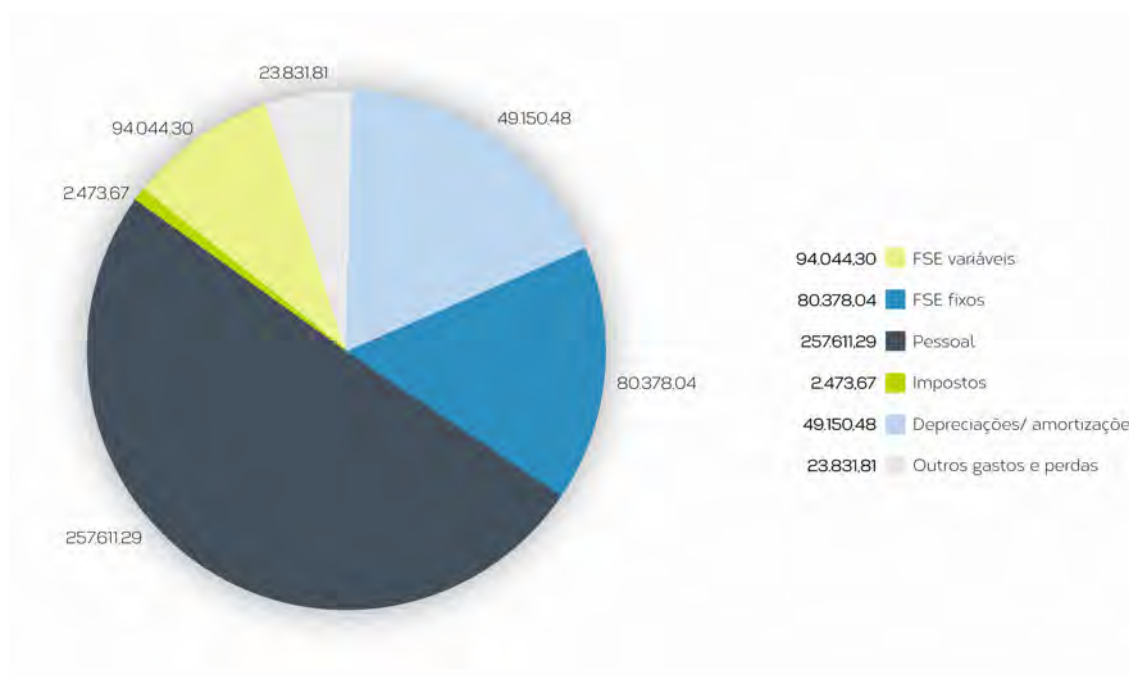
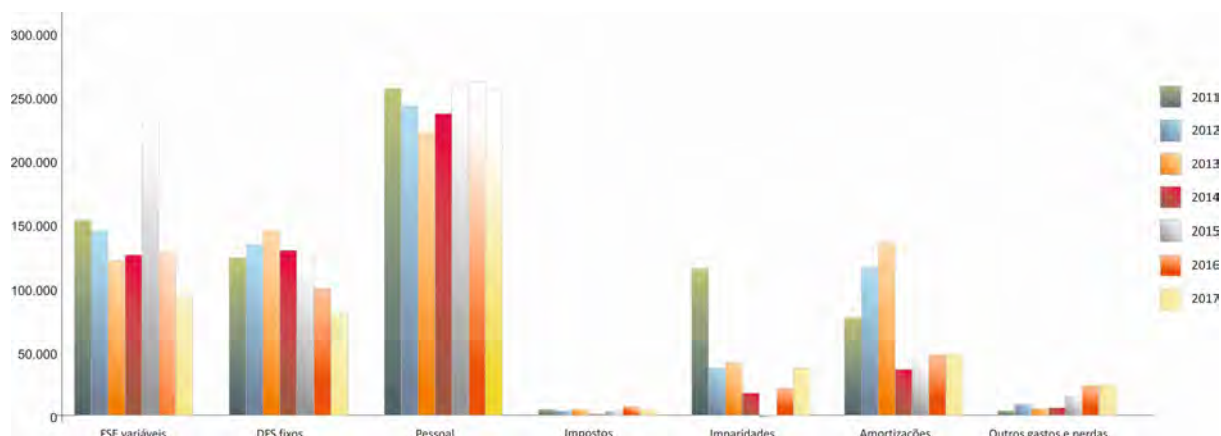


Gráfico 31 | Comparação dos Gastos e Perdas Operacionais 2011-2017



Assim, obtiveram-se em Resultados Líquidos € 4.444,06 . Propõe a Direção que sejam levados a Resultados Transitados os Resultados Líquidos do Exercício.

# RELATÓRIO | CONTAS

## EXERCÍCIO ECONÓMICO 2017

Quadro 4 | Demonstração de Resultados comparada

(Euros)

	ORÇAM.	REAL	△ R/O (%)	A.ANT	△ R/A.A. (%)
Associados	342 000,00	342 195,00	0%	327 807,60	4%
Serviços de Apoio	253 000,00	306 626,15	21%	255 515,00	20%
Outras Prestações de Serviços	55 000,00	56 002,06	2%	56 774,25	(1)%
<b>Prestações de Serviços</b>	<b>650 000,00</b>	<b>704 823,21</b>	<b>8%</b>	<b>640 096,85</b>	<b>10%</b>
Subsídios à Exploração					
Outros Rendimentos		38 209,26		497,96	7573%
<b>Sub-total</b>		<b>38 209,26</b>		<b>497,96</b>	<b>7573%</b>
<b>Rendimentos e Ganhos Operacionais</b>	<b>650 000,00</b>	<b>743 032,47</b>	<b>14%</b>	<b>640 594,81</b>	<b>16%</b>
Subcontratos	20 556,00	4 914,31	(76)%	2 921,81	68%
Rendas e Alugueres	34 800,00	42 588,05	22%	44 809,19	(5)%
Outros F.S.E. Variáveis	53 966,71	46 541,94	(14)%	80 816,36	(42)%
<b>Sub-total: Custos Variáveis</b>	<b>109 322,71</b>	<b>94 044,30</b>	<b>(14)%</b>	<b>128 547,36</b>	<b>(27)%</b>
<b>Margem Bruta</b>	<b>540 677,29</b>	<b>648 988,17</b>	<b>20%</b>	<b>512 047,45</b>	<b>27%</b>
<b>Margem Bruta em %</b>	<b>83%</b>	<b>87%</b>		<b>80%</b>	
F.S.E. Fixos	120 500,61	80 378,04	(33)%	100 755,90	(20)%
Gastos com Pessoal	267 871,30	257 611,29	(4)%	261 026,59	(1)%
Imparidades (perdas/reversões)	30 780,00	37 136,94	21%	19 452,72	91%
Impostos	8 349,06	2 473,67	(70)%	6 685,74	(63)%
Outros Gastos	11 130,00	180 331,81	1520%	22 502,13	701%
<b>Sub-total: Custos Fixos</b>	<b>438 630,98</b>	<b>557 931,75</b>	<b>27%</b>	<b>410 423,08</b>	<b>36%</b>
<b>Sub-total</b>	<b>547 953,68</b>	<b>651 976,05</b>	<b>19%</b>	<b>538 970,44</b>	<b>21%</b>
<b>Result. Antes Deprec., Gastos Fin. e Impostos (EBITDA)</b>	<b>102 046,32</b>	<b>91 056,42</b>	<b>(11)%</b>	<b>101 624,37</b>	<b>(10)%</b>
Gastos/ reversões Depreciação e Amortização	45 611,62	49 150,48	8%	45 611,62	8%
<b>Sub-total</b>	<b>45 611,62</b>	<b>49 150,48</b>	<b>8%</b>	<b>45 611,62</b>	<b>8%</b>
<b>Gastos e Perdas Operacionais</b>	<b>593 565,30</b>	<b>701 126,53</b>	<b>18%</b>	<b>584 582,06</b>	<b>20%</b>
<b>Resultado Operacional (EBIT)</b>	<b>56 434,70</b>	<b>41 905,94</b>	<b>(26)%</b>	<b>56 012,75</b>	<b>(25)%</b>
Rendimentos de Financiamento					
Juros e Gastos similares suportados	37 739,17	37 461,88	(1)%	37 678,50	(1)%
<b>Resultados Antes Impostos</b>	<b>18 695,53</b>	<b>4 444,06</b>	<b>(76)%</b>	<b>18 334,25</b>	<b>(76)%</b>
I.R.C.					
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>18 695,53</b>	<b>4 444,06</b>	<b>(76)%</b>	<b>18 334,25</b>	<b>(76)%</b>

## Estrutura Patrimonial e alguns rácios explicativos

Para efeitos de análise e compreensão do impacto da atividade na estrutura patrimonial apresenta-se de seguida quadro com alguns rácios explicativos e demonstrativos.

Quadro 5 | Desempenho económico-financeiro

RÁCIOS DE ESTRUTURA	2017	A.ANT.
AUTONOMIA FINANCEIRA (Fundos Patrimoniais/ Ativo)	26%	25%
ENDIVIDAMENTO (Passivo/ Fundos Totais)	74%	75%
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO (Passivo C.Prazo/ Passivo)	44%	37%
LIQUIDEZ GERAL (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	0,39	0,36
FUNDO DE MANEIO (Capitais Permanentes-Ativo Fixo)	(371 933,27)	(338 645,20)
NECESSIDADES EM FUNDO DE MANEIO (Necessidades Cíclicas-Recursos Cíclicos)	(375 110,22)	(345 586,96)
TESOURARIA LÍQUIDA (F.M.-N.F.M.)	3 176,95	6 941,76
RÁCIOS DE EXPLORAÇÃO		
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	21	50
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	95	61
ROTAÇÃO DO ACTIVO	0,37	0,33
RÁCIOS DE RISCO		
PONTO CRÍTICO	638 781,14	513 458,07
MARGEM DE SEGURANÇA	14%	20%
GRAU DE ALAVANCA OPERACIONAL/ RISCO DO NEGÓCIO	7,13	5,04
GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA/ RISCO FINANCEIRO	9,43	3,06
EFEITO DE ALAVANCA FINANCEIRA	0,27	0,94
RÁCIOS DE RENDIBILIDADE		
RENDIBILIDADE DO ACTIVO (Resultado Antes de Encargos Financeiros/ Ativo)	2%	3%
CUSTO DO CAPITAL ALHEIO (Gastos Financeiros/ Passivo)	3%	3%
RENBILIDADE DOS FUNDOS PATRIMONIAIS (Resultados Líquidos/ Fundos Patrimoniais)	1%	4%

A estrutura patrimonial reflete em continuidade o cumprimento com compromissos ao nível de financiamentos, nomeadamente os leasings para a aquisição dos edifícios da José Estêvão em Lisboa, que servem as atividades da APIEF e CENTERM em Lisboa, e o empréstimo de apoio à tesouraria, junto do Millennium BCP, o que representou um esforço de 141.533,76 euros.

O rácio endividamento reflete o peso dos leasing, do empréstimo (que terminará em outubro de 2018) e de uma conta corrente caucionada junto do Millennium BCP.

O fundo de maneo apresenta-se negativo, assim como as necessidades de fundo de maneo, embora traduzindo uma tesouraria líquida positiva. Este cenário indica uma situação que merece alguma atenção de modo a acautelar reduções à atividade que não ponham em risco a capacidade de satisfação das exigibilidades de curto prazo. Em matéria de segurança, o Fundo de Maneio deverá ser fortalecido.

O ciclo de exploração apresenta um ciclo favorável com prazo dos recebimentos mais rápido que os pagamentos. Em 2017, esta relação foi importante como forma de financiamento à tesouraria, que foi alvo de algumas restrições e contingências.

O risco do negócio reflete necessariamente a característica da atividade que, sendo de prestação de serviços pura, tem numa parte significativa dos gastos de exploração uma natureza fixa, o que é consistente com os exercícios anteriores.

Em 2017, o custo do capital alheio manteve índices históricos de 3%, verificando-se uma redução da rendibilidade do ativo e dos fundos patrimoniais em resultado de compensações à APIEF e CENTERM, relativos à transação de imóveis.

## NOTA FINAL E AGRADECIMENTOS

No quadro seguinte confronta-se, em síntese, o alinhamento de objetivos delineados para o ano de 2017, conforme constante de Plano de Atividades, e o correspondente grau de cumprimento.

Quadro 6 | Cumprimento de objetivos 2017

Objetivos 2017	Atingido	Parcialmente atingido	Não atingido	Justificação
1. Garantir a continuidade das áreas de intervenção da APIRAC	X			A consistência da atividade de representação empresarial e setorial aconselha a intenso e persistente trabalho junto da tutela e no estabelecimento de relações com parceiros e organismos representativos na nossa atividade. Em 2017 esse objetivo foi cumprido.
2. Alargar a abrangência da APIRAC		X		Assistiu-se a uma estabilização. A APIRAC representa, em 31/12/2017, 487 empresas, no mesmo plano do registado em 31/12/2016.
3. Consolidar o modelo financeiro da APIRAC		X		Se do ponto de vista económico os objetivos foram atingidos, já no plano financeiro foi um ano de dificuldade acrescida, face aos compromissos existentes.
4. Ações de melhoria de comunicação com o mercado		X		Os 4 encontros mobilizaram cerca de 600 pessoas, editaram-se 40 circulares e 11 newsletters, mas existe campo para intensificar a informação às empresas e ao mercado.
5. Representação associativa em organizações internacionais	X			A APIRAC integra as seguintes Associações Europeias: AREA (Air Conditioning Refrigeration European Association); EHPA (European Heat Pump Association); e, EFCEM (European Federation of Catering Equipment Manufacturers).
6. Consolidar o modelo financeiro da APIEF		X		A colaboração com a APIEF permitiu a redução do valor de propinas de cursos na formação profissional. Aspeto da maior importância para o cumprimento do objeto maior que é proporcionar a melhor formação ao mais baixo custo possível, que terá de ser suportado num futuro imediato por novos projetos formativos que tragam a sustentabilidade necessária à APIEF.



Quadro 6 | Cumprimento de objetivos 2017 (continuação)

Objetivos 2014	Atingido	Parcialmente atingido	Não atingido	Justificação
7. Consolidar o modelo financeiro do CENTERM		X		A colaboração com o CENTERM tem permitido a absorção de gastos de instalação e de lançamento da atividade do centro de certificação. A atividade central de certificação carece de novos projetos que deem a sustentabilidade necessária ao CENTERM.
8. Comparticipação da Associação nas despesas de certificação das empresas	X			A APIRAC reembolsou Associados em 20% sobre despesas de examinação em processos de certificação no CENTERM.

Neste quadro, podemos assumir que o ano de 2017 atingiu genericamente os objetivos delineados no plano da organização do Setor e na promoção da qualificação das empresas e dos seus profissionais, bem secundados pelas outras facetas da atividade associativa.

A Direção agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da Associação, designadamente Associados, Fornecedores, Consultores, Instituições Financeiras e demais Entidades Públicas e Privadas.

Algumas entidades constituíram-se parceiros imprescindíveis, merecendo aqui o devido destaque: DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA, AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, AGÊNCIA PARA A ENERGIA, INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE, INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO, APIEF, CENTERM, APISOLAR, AFIQ, ANREEE, AIMMAP, ANEM, ANIMEE, CERTIF, ASHRAE PORTUGAL CHAPTER, ORDEM DOS ENGENHEIROS, BTOC CONSULTING, SOCIEDADE DE REVISORES OLIVIERA REIS & ASSOCIADOS E BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS.

A todas as empresas Associadas e seus representantes, técnicos e consultores que planearam, organizaram e participaram em diversas actividades, dando em muitos casos desinteressadamente o seu contributo pessoal e profissional, enviamos um profundo reconhecimento.




A Direção expressa ainda o seu profundo reconhecimento a todos os funcionários e colaboradores da Associação, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo.

Lisboa, 27 de março de 2018

Pela Direção,







# Contas do Exercício

Relatório & Contas APIRAC 2017

Museu do Oriente - Assembleia-Geral de 27 de março de 2018



**BALANÇO**

Mapa 1 | Balanço

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO:</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	4	1 593 913,30	1 696 798,20
Participações financeiras - Outros métodos	5	54 000,00	54 000,00
Outros Investimentos financeiros	5	343,12	179,74
		<u>1 648 256,42</u>	<u>1 750 977,94</u>
<b>Ativo corrente:</b>			
Clientes	6	42 059,25	88 404,71
Outros Créditos a receber	8	199 552,23	97 572,90
Diferimentos	9	1 627,96	4 015,49
Caixa e depósitos bancários	10	1 548,99	2 926,27
		<u>244 788,43</u>	<u>192 919,37</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>1 893 044,85</u></b>	<b><u>1 943 897,31</u></b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos	11	17 287,31	17 287,31
Reservas	11	5 333,76	5 333,76
Resultados transitados	11	468 006,45	449 672,20
Excedentes de revalorização	11	878,33	878,33
Resultado líquido do período	11	4 444,06	18 334,25
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b><u>495 949,91</u></b>	<b><u>491 505,85</u></b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	13	780 373,24	920 826,89
		<u>780 373,24</u>	<u>920 826,89</u>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	12	45 980,59	38 751,67
Estado e outros entes públicos	7	75 385,92	64 427,18
Financiamentos obtidos	13	221 283,11	222 363,22
Outras dívidas a pagar	14	273 472,08	206 022,50
Diferimentos	9	600,00	-
		<u>616 721,70</u>	<u>531 564,57</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>1 397 094,94</u></b>	<b><u>1 452 391,46</u></b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b><u>1 893 044,85</u></b>	<b><u>1 943 897,31</u></b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Mapa 2 | Demonstração de Resultados

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Vendas e serviços prestados	15	704 823,21	640 096,85
Fornecimentos e serviços externos	16	(174 422,34)	(229 303,26)
Gastos com o pessoal	17	(257 611,29)	(261 026,59)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(37 136,94)	(19 452,72)
Outros rendimentos	19	38 209,26	497,96
Outros gastos	20	(182 805,48)	(29 187,87)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>91 056,42</b>	<b>101 624,37</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(49 150,48)	(45 611,62)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>41 905,94</b>	<b>56 012,75</b>
Juros e gastos similares suportados	21	(37 461,88)	(37 678,50)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>4 444,06</b>	<b>18 334,25</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>11</b>	<b>4 444,06</b>	<b>18 334,25</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O ÓRGÃO DE GESTÃO



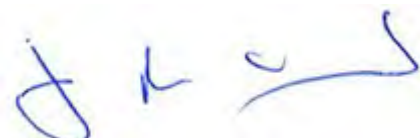
**FLUXOS DE CAIXA**

Mapa 3 | demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		420 448,68	634 188,34
Pagamentos a fornecedores		(135 678,38)	(307 668,23)
Pagamentos ao pessoal		(208 460,32)	(224 684,47)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>76 309,98</b>	<b>101 835,64</b>
Outros recebimentos/pagamentos		117 011,88	(44 584,57)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>193 321,86</b>	<b>57 251,07</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		112 200,00	100 000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(269 437,26)	(116 950,11)
Juros e gastos similares		(37 461,88)	(37 678,50)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(194 699,14)</b>	<b>(54 628,61)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(1 377,28)</b>	<b>2 622,46</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	2 926,27	303,81
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>10</b>	<b>1 548,99</b>	<b>2 926,27</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O ÓRGÃO DE GESTÃO



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A APIRAC – Associação Portuguesa das Empresas dos Setores Térmico, Energético, Eletrónico e do Ambiente é uma Associação com início de atividade em 1975, a sede é na Rua do Alecrim, n.º 53 – 2.º, e tem como atividade principal Atividades de Organizações Económicas e Patronais, utilizando o CAE 94110.

### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

- 2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotadas a Norma Contabilista e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).
- 2.2 No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.
- 2.3 As contas das demonstrações financeiras são comparáveis na sua plenitude com as do período anterior.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

#### **3.1 Principais políticas contabilísticas**

##### **3.1.1 Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.



Os **ativos fixos tangíveis** encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e imparidades, acrescidos de eventuais reavaliações.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 anos

### 3.1.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro. As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultam em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de

alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contractos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contractos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, comissões, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte, sendo somente pago durante esse período, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

#### **3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

#### **3.1.4 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### **3.2 Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF-ESNL.

#### **3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

#### **3.4 Correções de erros de períodos anteriores**

Não se verificaram erros materiais em períodos anteriores.

#### **3.5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF-ESNL.

# RELATÓRIO | CONTAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO 2017

## 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31/12/2017 e em 31/12/2016, apresenta-se os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas:

Quadros 7, 8, 9 | Ativo Bruto, Depreciações Acumuladas, Ativos Tangíveis

	Ativo bruto						
	Saldo em 01-01-2016	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2016	Aumentos e revalorizações	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	395 304,44	-	-	395 304,44	-	(19 924,80)	375 379,64
Edifícios e outras construções	1 416 530,82	-	-	1 416 530,82	-	(59 774,41)	1 356 756,41
Equipamento básico	90 588,85	-	-	90 588,85	-	-	90 588,85
Equipamento administrativo	29 018,80	-	-	29 018,80	15 703,50	-	44 722,30
Outros ativos fixos tangíveis	118 475,01	-	-	118 475,01	-	-	118 475,01
	<b>2 049 917,92</b>	-	-	<b>2 049 917,92</b>	<b>15 703,50</b>	<b>(79 699,21)</b>	<b>1 985 922,21</b>
Depreciações acumuladas							
	Saldo em 01-01-2016	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2016	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31-12-2017
Edifícios e outras construções	146 491,27	28 485,92	-	174 977,19	28 187,03	(11 157,89)	192 006,33
Equipamento básico	75 608,47	4 264,60	-	79 873,07	3 809,18	-	83 682,25
Equipamento administrativo	26 170,86	1 013,60	-	27 184,46	6 203,37	-	33 387,83
Outros ativos fixos tangíveis	59 237,50	11 847,50	-	71 085,00	11 847,50	-	82 932,50
	<b>307 508,10</b>	<b>45 611,62</b>	-	<b>353 119,72</b>	<b>50 047,08</b>	<b>(11 157,89)</b>	<b>392 008,91</b>
Ativos tangíveis							
	Saldo em 01-01-2016	Variações		Saldo em 31-12-2016	Variações		Saldo em 31-12-2017
		Ativo bruto	Depreciações acumuladas		Ativo bruto	Depreciações acumuladas	
Terrenos e recursos naturais	395 304,44	-	-	395 304,44	(19 924,80)	-	375 379,64
Edifícios e outras construções	1 270 039,55	-	(28 485,92)	1 241 553,63	(59 774,41)	(17 029,14)	1 164 750,08
Equipamento básico	14 980,38	-	(4 264,60)	10 715,78	-	(3 809,18)	6 906,60
Equipamento administrativo	2 847,94	-	(1 013,60)	1 834,34	15 703,50	(6 203,37)	11 334,47
Outros ativos fixos tangíveis	59 237,51	-	(11 847,50)	47 390,01	-	(11 847,50)	35 542,51
	<b>1 742 409,82</b>	-	<b>(45 611,62)</b>	<b>1 696 798,20</b>	<b>(63 995,71)</b>	<b>(38 889,19)</b>	<b>1 593 913,30</b>

Os registos em depreciações e amortizações ocorreram conforme segue:

Quadro 10 | Depreciações e Amortizações

	2017	2016
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Edifícios e outras construções	(27 290,43)	(28 485,92)
Equipamento básico	(3 809,18)	(4 264,60)
Equipamento administrativo	(6 203,37)	(1 013,60)
Outros ativos fixos tangíveis	(11 847,50)	(11 847,50)
	<b>(49 150,48)</b>	<b>(45 611,62)</b>

## 5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS/ OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

### Investimentos em associadas

A estrutura das entidades participadas pela entidade encontra-se como se segue:

Quadro 11 | Entidades Subsidiárias

	Ano	% participação	Fundos	Sede	Área de Negócio	Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido
APIEF - Centro de Formação para Indústria Térmica, Energia e Ambiente	2017	75,00%	4 000,00	Lisboa	Formação	74 674,19	(4 323,84)
CENTERM - Centro Tecnológico para Indústria Térmica, Energia e Ambiente	2017	88,89%	45 000,00	Lisboa	Certificação	(25 091,34)	2 819,52
ANREE - Associação Nacional para o registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos	2017	25,00%	5 000,00	Lisboa	Organização e manutenção do registo de produtores de EEE	-	-
			54 000,00			49 582,85	(1 504,32)

As participações encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

### Outros investimentos financeiros

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Quadro 12 | Outros investimentos financeiros

	2017	2016
Fundo de compensação do trabalho	343,12	179,74
	<b>343,12</b>	<b>179,74</b>

## 6. CRÉDITOS A RECEBER

Apresentamos de seguida a decomposição dos clientes em 31/12/2017:

Quadro 13 | Clientes 2017

	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente
Clientes e utentes - conta corrente	42 059,25	-	42 059,25	42 059,25
Clientes de cobrança duvidosa	310 979,62	(310 979,62)	-	-
	<b>353 038,87</b>	<b>(310 979,62)</b>	<b>42 059,25</b>	<b>42 059,25</b>

Apresentamos de seguida a decomposição dos clientes em 31/12/2016:

Quadro 14 | Clientes 2016

	Quantia nominal	Imparidade	Valor líquido	Corrente
Clientes e utentes - conta corrente	88 404,71	-	88 404,71	88 404,71
Clientes de cobrança duvidosa	273 842,68	(273 842,68)	-	-
	<b>362 247,39</b>	<b>(273 842,68)</b>	<b>88 404,71</b>	<b>88 404,71</b>

## 7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Apresentamos de seguida a decomposição da rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” em 31/12/2017 e em 31/12/2016:

Quadro 15 | Estado e Outros Entes Públicos

	2017	2016
Autoridade tributária	32 663,40	28 485,61
Segurança social	42 722,52	35 941,57
	<b>75 385,92</b>	<b>64 427,18</b>
<b>Saldos credores</b>		
<b>Corrente</b>		
IRS - Retenção imposto s/ rend.	5 502,75	7 074,50
IVA - Apagar	7 460,20	10 796,62
Contribuição p/ Seg. Social	10 943,16	30 916,19
Impostos em Plano Prestacional	51 479,81	15 639,87
	<b>75 385,92</b>	<b>64 427,18</b>

	2017	2016
<b>Impostos em Plano Prestacional</b>		
Autoridade tributária	19 700,45	10 614,49
Segurança social	31 779,36	5 025,38
	<b>51 479,81</b>	<b>15 639,87</b>

## 8. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Apresentamos de seguida a decomposição dos outros ativos correntes em 31/12/2017 e em 31/12/2016:

Quadro 16 | Outras Contas a Receber

	2017		2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores	6 342,09	6 342,09	2 506,64	2 506,64
Outros devedores				
APIEF	77 155,93	77 155,93	83 432,49	83 432,49
CENTERM	113 054,21	113 054,21	7 778,50	7 778,50
Outros	3 000,00	3 000,00	3 855,27	3 855,27
	<b>199 552,23</b>	<b>199 552,23</b>	<b>97 572,90</b>	<b>97 572,90</b>

## 9. DIFERIMENTOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos ativos em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Quadro 17 | Diferimentos Ativos

	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Outros	1 018,55	891,75
Rendas	-	2 123,00
Seguros	609,41	1 000,74
	<b>1 627,96</b>	<b>4 015,49</b>

Apresentamos de seguida a decomposição dos diferimentos passivos em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Quadro 18 | Diferimentos Passivos

	2017	2016
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Quotas Anuais	600,00	-
	<b>600,00</b>	<b>-</b>

### 10. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31/12/2017 e 31/12/2016 detalha-se conforme se segue:

Quadro 19 | Disponibilidades

	2017	2016
Caixa	73,90	7,66
Depósitos à ordem	1 475,09	2 918,61
	<b>1 548,99</b>	<b>2 926,27</b>

### 11. FUNDOS PATRIMONIAIS

Apresentamos de seguida a decomposição dos fundos patrimoniais em 31-12-2017 e 31-12-2016:

Quadro 20 | Fundos patrimoniais

	2017	2016
Fundos	17 287,31	17 287,31
Reservas	5 333,76	5 333,76
Resultados transitados	468 006,45	449 672,20
Excedentes de revalorização	878,33	878,33
<b>Subtotal</b>	<b>491 505,85</b>	<b>473 171,60</b>
Resultado líquido do período	4 444,06	18 334,25
<b>Total</b>	<b>495 949,91</b>	<b>491 505,85</b>

### 12. FORNECEDORES

Apresentamos de seguida a decomposição dos fornecedores em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Quadro 21 | Fornecedores

	2017		2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores - conta corrente	46 015,03	39 638,50	38 751,67	38 751,67
	<b>46 015,03</b>	<b>39 638,50</b>	<b>38 751,67</b>	<b>38 751,67</b>



### 13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Apresentamos de seguida a decomposição dos financiamentos obtidos em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Quadro 22 | Financiamentos obtidos

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Leasing	98 672,54	780 373,24	879 045,78	96 490,34	898 167,86	994 658,20
Empréstimo bancário	122 610,57	-	122 610,57	125 872,88	22 659,03	148 531,91
	<b>221 283,11</b>	<b>780 373,24</b>	<b>1 001 656,35</b>	<b>222 363,22</b>	<b>920 826,89</b>	<b>1 143 190,11</b>
	<b>&lt; 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; 5 anos</b>	<b>Total</b>		
Empréstimos bancários						
Leasing	98 672,54	9 144,21	771 229,03	879 045,78		
Empréstimo bancário	122 610,57	-	-	122 610,57		
	<b>221 283,11</b>	<b>9 144,21</b>	<b>771 229,03</b>	<b>1 001 656,35</b>		

### 14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Apresentamos de seguida a decomposição dos outros passivos correntes em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Quadro 23 | Outros passivos correntes

	2017		2016	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	6 199,87	6 199,87	5 944,76	5 944,76
Pessoal	45 957,23	45 957,23	-	-
Remunerações a pagar ao pessoal	33 637,42	33 637,42	31 778,43	31 778,43
Outros acréscimos de gastos				
APIEF	71 500,00	71 500,00	123 374,34	123 374,34
CENTERM	85 000,00	85 000,00	14 983,72	14 983,72
Outros	21 852,50	21 852,50	27 754,25	27 754,25
Outros credores				
Outros	9 325,06	9 325,06	2 187,00	2 187,00
	<b>273 472,08</b>	<b>273 472,08</b>	<b>206 022,50</b>	<b>206 022,50</b>

## 15. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2016 é detalhado conforme se segue:

Quadro 24 | Rédito

	2017		2016	
	Valor nominal	Valor reconhecido	Valor nominal	Valor reconhecido
<b>Prestação de serviços</b>				
Associados:				
Quotas	346 572,80	346 572,80	340 260,00	340 260,00
Jóia	3 405,00	3 405,00	2 340,00	2 340,00
Apoio institucional e publicidade:				
Apoio institucional (patrocínios)	15 300,00	15 300,00	20 550,00	20 550,00
Publicidade (promoção empresarial em suportes associados:				
Anuário	22 397,50	22 397,50	13 350,00	13 350,00
Site	-	-	250,00	250,00
Serviços de apoio a terceiros:				
APIEF	190 998,30	190 998,30	129 600,00	129 600,00
CENTERM	111 172,10	111 172,10	121 800,00	121 800,00
Associados	4 285,75	4 285,75	4 115,00	4 115,00
Outros	170,00	170,00	-	-
Outras prestações de serviços				
Inscrições	8 360,00	8 360,00	10 710,00	10 710,00
Publicações	1 209,21	1 209,21	1 079,72	1 079,72
Outras	8 735,35	8 735,35	10 834,53	10 834,53
Descontos:				
Quotas	(7 782,80)	(7 782,80)	(14 792,40)	(14 792,40)
	<b>704 823,21</b>	<b>704 823,21</b>	<b>640 096,85</b>	<b>640 096,85</b>

## 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os registos em fornecimentos e serviços externos ocorreram conforme segue:

Quadro 25 | Fornecimento e Serviços Externos

	2017	2016
Subcontratos	4 914,31	2 921,81
Trabalhos especializados	14 440,31	13 929,98
Serviços bancários	7 650,28	5 362,86
Publicidade e propaganda	418,59	471,50
Vigilância e segurança	459,45	2 687,66
Honorários	8 936,21	23 897,71
Conservação e reparação	1 335,37	889,09
Outros	7 612,10	9 680,19
Material de escritório	1 225,81	1 763,68
Livros de documentação técnica	3 000,00	-
Artigos de oferta	-	75,00
Material informático	-	19,93
Electricidade	13 412,49	15 938,91
Água	3 673,83	3 905,06
Deslocações e estadas	17 684,94	6 460,82
Transporte de pessoal	276,00	1 192,15
Rendas e alugueres	63 926,05	70 214,19
Comunicação	9 945,42	12 072,74
Seguros	9 079,26	8 502,18
Contencioso e notariado	1 026,00	50,84
Despesas de representação	145,06	528,89
Limpeza, higiene e conforto	523,19	951,53
Outros serviços	4 737,67	47 786,54
	<b>174 422,34</b>	<b>229 303,26</b>

## 17. GASTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 11 (11 em 31/12/2016).

Quadro 26 | Pessoal

	2017	2016
Remunerações do pessoal	212 027,07	214 979,41
Encargos sobre remunerações	44 038,57	44 298,93
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 545,65	1 679,51
Outros gastos com o pessoal	-	68,74
	<b>257 611,29</b>	<b>261 026,59</b>

## 18. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade de ativos são detalhadas conforme se segue:

Quadro 27 | Imparidades de Ativos

	2017		2016	
	Aumentos	Valor líquido	Aumentos	Valor líquido
Clientes	37 136,94	37 136,94	19 452,72	19 452,72
	<b>37 136,94</b>	<b>37 136,94</b>	<b>19 452,72</b>	<b>19 452,72</b>

## 19. OUTROS RENDIMENTOS

No exercício de 2017 foi vendido um imóvel que originou uma mais-valia contabilística de 35.562,06€. Os registos em outros rendimentos e ganhos ocorreram conforme segue:

Quadro 28 | Outros Rendimentos e Ganhos

	2017	2016
Rendimentos não financeiros		
Alienações ativos fixos tangíveis	35 562,06	-
Correções relativas a per. anteriores	30,30	485,00
Outros rendimentos e ganhos	2 616,90	12,96
	<b>38 209,26</b>	<b>497,96</b>

## 20. OUTROS GASTOS

Os registos em outros gastos e perdas ocorreram conforme segue:

Quadro 29 | Outros Gastos e Perdas

	2017	2016
Impostos	2 473,67	4 858,25
Correcções relativas a per. anteriores	340,71	11 392,09
Quotizações	11 158,14	8 295,98
Multas e penalidades	4 447,82	4 396,38
Outros gastos e perdas		
Considerados gastos fiscais	3 579,02	-
Não considerados gastos fiscais	4 306,12	-
Revogação contrato de arrendamento	156 500,00	-
Outros	-	245,17
	<b>182 805,48</b>	<b>29 187,87</b>

## 21. RENDIMENTOS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os registos em rendimentos e gastos de financiamento ocorreram conforme segue:

Quadro 30 | Juros e gastos similares suportados

2017	2016
37 461,88	37 678,50
<b>37 461,88</b>	<b>37 678,50</b>

## 22. PARTES RELACIONADAS

Os valores das partes relacionadas em 31/12/2017 e em 31/12/2016 detalhem-se da seguinte forma:

Quadro 31 | Partes Relacionadas

Entidades	Natureza do Relacionamento	2017			2016		
		Vendas	Compras	Saldos pendentes	Vendas	Compras	Saldos pendentes
APIEF	Subsidiária	226 923,30	126 412,44	77 155,93	206 174,30	4 964,95	83 432,49
CENTERM	Subsidiária	130 432,10	14 938,72	113 054,21	125 266,88	27 584,47	7 778,50
		<b>357 355,40</b>	<b>141 351,16</b>	<b>190 210,14</b>	<b>331 441,18</b>	<b>32 549,42</b>	<b>91 210,99</b>

## 23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

## RELATÓRIO | CONTAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO 2017

---

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O ÓRGÃO DE GESTÃO

